ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/09/10

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Contratação de seguros para o município - Modificação objetiva ao contrato e minuta da adenda ao contrato - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
2	Fornecimento em contínuo de rações para animais - Remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
3	Aquisição de novas versões de software MEDIDATA/Aplicações SIGMA para os serviços da CM e dos SMAS - Início do procedimento e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
4	Contratação de serviços para manutenção do sistema de ventilação e AVAC e AQS do Pavilhão Multiusos de Vila Franca de Xira - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
5	Contratação de serviços de impressão e acabamento de 6 edições anuais do Boletim Informativo Municipal - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
6	Contratação de serviços de manutenção simples aos 22 elevadores instalados nos vários equipamentos municipais - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
7	Cedência em direito de superfície	Associação de Promoção Social da Castanheira	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
8	Abertura de procedimento para recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia do 2º grau - Chefe da Divisão Municipal, Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental e remessa à assembleia municipal para aprovação do júri			Aprovação
9	Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Técnico Superior - Engenheiro Civil - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/09/10

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
~~10~~	~~Concessão da exploração do Parque Linear Ribeirinho Estuário do Tejo - Praia dos Pescadores e Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem - Remessa à assembleia municipal para autorização da celebração do contrato de concessão~~			~~Aprovação~~
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
11	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
~~12~~	~~2ª Alteração ao Plano Diretor Municipal - Espaços de indústria extrativa~~			~~Aprovação~~
13	Aumento de comproprietários - Granja de Alpriate, artº 10, secção BB	Sérgio Fernando Ramos da Cruz Teixeira	Vialonga	Aprovação
14	Aumento de comproprietários - Casal do Palmeiro de Fora	António Juneval Gonçalves	S. João dos Montes	Aprovação
~~15~~	~~Obras de urbanização da zona 4A do loteamento denominado por Malva Rosa - Verdelha (Ex-Mague) - Receção provisória parcial~~	~~Obriverca - Construções e Projetos, SA~~	~~Alverca do Ribatejo~~	~~Aprovação~~
~~16~~	~~Obras de urbanização do loteamento sito na Terra do Curro - Receção definitiva e cancelamento da garantia bancária~~	~~Constrofiles - Sociedade de Empreendimentos, Lda~~	~~Sobralinho~~	~~Aprovação~~
~~17~~	~~Obras de urbanização do loteamento sito na Quinta da Seta, À-dos-Bispos - Receção definitiva e cancelamento da garantia bancária~~	~~Terraços da Encosta - Empreendimentos Imobiliários, Lda~~	~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação~~
~~18~~	~~Alteração ao loteamento denominado por Malva Rosa - Verdelha (Ex-Mague) - Alvará de loteamento nº 4/03, de 17/07~~	~~Obriverca - Construções e Projetos, SA~~	~~Alverca do Ribatejo~~	~~Aprovação~~

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/09/10

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
19	Execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde - Procedimento de segurança para riscos específicos (coberturas)	Construtora Udra, Lda	Sobralinho	Aprovação
20	Estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de S. Marcos - Conta final	HCI - Construções, SA	Calhandriz	Aprovação
21	Conceção/construção do Pavilhão Desportivo do Sobralinho - Receção definitiva final e liberação da caução	Comprojeto, Lda	Sobralinho	Aprovação
22	Arranjo exterior na zona do Barracão do Sal e Cine-Nazaré - Receção definitiva e liberação da caução	Consórcio IberSilva/Geomov, Lda	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
23	Beneficiação da estrada 501 (Estrada da Alfarrobeira) - Auto de vistoria e liberação parcial da caução	Constradas, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
24	Procedimento para atribuição do direito ao arrendamento do espaço municipal destinado a cafetaria e designado por "Café Central"		Vila Franca de Xira	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
25	Relação dos despachos do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente, em substituição do Sr. Presidente, na área de pessoal			Conhecimento
26	Legislação síntese			Conhecimento

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/09/10

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
27	Pagamentos autorizados			Conhecimento
28	Balancetes			Conhecimento
~~29~~	~~Autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo - Listagem de contratos~~			~~Conhecimento~~
	. Outros assuntos			
~~30~~	~~Parecer prévio vinculativo e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença~~	~~António José Jesus Carvalho~~		~~Aprovação~~
31	Fundo de maneio - Notariado Privativo Municipal			Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
32	Transportes escolares 2014/2015 - Alunos portadores de deficiência			Aprovação
33	Doação de relógio a corda-despertador, por Maria Vitalina Lopes Cordeiro, ao Núcleo Museológico de Alverca			Aceitação
34	Doação de objetos museológicos de serviços/escritório, por Maria José dos Santos, ao Núcleo Museológico de Alverca			Aceitação
35	Contratação de serviços de segurança para a Feira Anual de Outubro e Salão de Artesanato 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
36	Feira Anual de Outubro 2014 - Venda ambulante			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/09/10

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
37	Feira Anual de Outubro 2014 - Atribuição de subsídio compensatório aos campinos			Aprovação
38	Feira Anual de Outubro 2014 - Alteração do horário de funcionamento do Posto de Turismo			Aprovação
39	Feira Anual de Outubro 2014 - Prevenção de acidentes			Aprovação
40	Feira Anual de Outubro 2014 - Constituição de fundo de maneio			Aprovação
41	Feira Anual de Outubro 2014 - Horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais			Aprovação
42	"Merchandising" para a Nova Biblioteca de Vila Franca de Xira			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
~~43~~	~~Prossecução do Projeto "Jardim Observado" - Protocolo de colaboração~~	~~CASBA - Centro de Apoio Social do Bom Sucesso e Arcena~~		~~Aprovação~~
44	Espaços verdes do concelho - Ponto de situação			Análise
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
45	Abertura de processo de inquérito			Aprovação
46	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/09/10

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e catorze, pelas 9h30, nas instalações da Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:----------

. Nuno Miguel Marques Libório; ----------

. Fernando Paulo Ferreira; ----------

. Ana Lídia Alves Cardoso; ----------

. Rui Ribeiro Rei; ----------

. Marina Estevão Tiago;----------

. Aurélio dos Santos Marques; ----------

. António José Sequeira Félix;----------

. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues;----------

. José António da Silva de Oliveira;----------

. Vítor Manuel Jorge da Silva. ----------

Esteve ausente o Sr. Vereador João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituído pelo Sr. Vítor Manuel Jorge da Silva. ----------

---

Ausentou-se a Srª Vereadora Marina Tiago, pelas 10h05, durante o período antes da ordem do dia, tendo regressado, pelas 12h55, durante o período de intervenção aberto ao público. ----------

---

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-------

---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro_____
Fl. Ata 002
Reunião de 2014/09/10
Procº _____
Deliberação nº_____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS----------

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA----------

. Adjuntos----------

Jorge Zacarias----------

Mário Nuno Duarte ----------

. Técnico Superior----------

Dr. Renato Gonçalves ----------

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO ----------

. Adjunto ----------

Dr. Alexandre Sargento ----------

Adão Conde----------

. Assessoria ----------

João Pedro Baião ----------

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS----------

. Coordenador----------

Dr. Cláudio Lotra ----------

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS----------

. Coordenadora ----------

Drª Isabel Araújo ----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA ----------

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno ----------

Drª Nélida Soares ----------

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental----------

Dr. Luís Marques ----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA----------

. Diretor ----------

Arqtº Nuno Santos----------

. Chefe da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana ----------

Urbª Ricardo Ramalho----------

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS ----------

. Diretora----------

Engª Rosário Ferrão ----------

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas ----------

Engº José Fernandes ----------

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas----------

Engº Clemente Rocha ----------

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA----------

. Diretora----------

Drª Maria de Fátima Faria Roque ----------

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus ----------

Drª Maria João Carraça ----------

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude ----------

Dr. Pedro Montes----------

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL----------

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público ----------

Arqtª Catarina Conde ----------

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social----------

Drª Ana Carla Costa ----------

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA----------

. Chefe de Equipa ----------

Urbª Luís Matas de Sousa ----------

OUTRAS PRESENÇAS----------

. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

VOTO DE PESAR – FALECIMENTO DE JOAQUIM DIAS----------

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, e pedindo ao Sr. Vice-Presidente para ler um voto de pesar relativo ao falecimento de Joaquim Dias, que foi um homem com quem privou durante muitos anos nas áreas da etnografia e do folclore, que muito trabalho fez, e que vai deixar sementes de futuro, no sentido de que a cultura popular continue viva no concelho. ----------

Por isso, o desaparecimento de Joaquim Dias é uma grande perda, pessoa com quem teve o privilégio de privar e ser amigo.----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, com a leitura do voto de pesar, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, certamente que se juntarão a este voto de pesar, e dar-se-á informação à família do mesmo, com a aprovação maioritária da câmara municipal.

Prosseguiu, referindo estarem todos de acordo, sendo unânime a aprovação do voto de pesar.----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. ----------

---

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Voto de Pesar - Falecimento do acordeonista e dirigente associativo Joaquim Manuel de Matos Caldeira Dias

O Município de Vila Franca de Xira expressa o seu pesar pelo falecimento do acordeonista, dirigente associativo e defensor da cultura popular, Joaquim Manuel de Matos Caldeira Dias (n. 27.05.1949, Ponte de Sor; f. Vila Franca de Xira, 04.09.2014).

Foi acordeonista de ranchos folclóricos do concelho de Vila Franca de Xira desde a década de setenta, passando pelo Grupo Folclórico Ribatejano onde se manteve cerca de 15 anos, para além do Grupo Desportivo e Cultural da Loja Nova, em que participou num dos primeiros trabalhos de recolha etnográfica realizado no concelho, e que se refletiu no repertório do Rancho Folclórico daquela coletividade, BEM COMO NO RANCHO FOLCLÓRICO DA CASA DO POVO DE VIALONGA.

Em 1996, fundou o Grupo Etnográfico Danças e Cantares de Alverca do Ribatejo, na sequência da recolha efetuada ao longo de décadas junto da população da freguesia, resultando na apresentação de um rancho com repertório musical e trajes representativos da localidade.
Ao longo de 18 anos participou com o grupo em inúmeras deslocações por todo o país, divulgando a cultura tradicional do concelho, estabelecendo intercâmbios que se traduziram pela realização anual de festivais de folclore em Alverca do Ribatejo, sempre com um excelente programa de âmbito nacional.

Mantinha com o Grupo Etnográfico uma atividade ao longo de todo o ano, através de iniciativas como a organização de concursos de presépios tradicionais que animaram o comércio de Alverca, para além do "canto das Janeiras", realizado anualmente sempre com a presença de grupos convidados de outras regiões.

Participou em projetos e espetáculos que proporcionaram uma nova visão do folclore e a sua possível articulação com outras formas de representação artística, como foi o caso dos "Andamentos de Outono", numa parceria de grande sucesso com a Banda Filarmónica e o projeto ANIMA de Dança Contemporânea da Sociedade Euterpe Alhandrense.

Com a preocupação de contribuir para a formação de novos tocadores para os Ranchos Folclóricos, dinamizou o ensino do acordeão e concertina, para além de organizar um encontro anual com a participação de dezenas e instrumentistas de todos os escalões etários e com diferentes níveis de desempenho, desde o modesto tocador sem formação musical até ao mais conceituado acordeonista com repertório erudito e gravações editadas, passando ainda por grupos de concertinas e recitais de alunos e professores.

Enquanto dirigente associativo, participava na Associação para a Defesa da Cultura Tradicional Portuguesa do Distrito de Lisboa, sendo também fundador da Associação Dinamizadora do Folclore do Concelho de Vila de Xira, tendo colaborado na realização de visitas técnicas aos ranchos do concelho e na organização das Mostras de Folclore realizadas em Vilas Franca de Xira.

A sua atividade alargou-se também a outros eventos de âmbito nacional e ultrapassando dos domínios do folclore, com várias participações na iniciativa "Andanças" e outras oficinas de danças tradicionais organizadas pela *"Associação PédeXumbo"* - Associação para a Promoção da Musica e da Dança.

O seu falecimento constitui uma enorme perda para o movimento cultural do concelho, deixando uma marca muito forte no panorama do folclore nacional, pelas representações realizadas durante décadas e amizade e respeito conquistados junto do movimento associativo, autarquias, indústria e comércio local com quem estava sempre disponível para colaborar.

O Presidente da Câmara Municipal

- Alberto Mesquita -

Vila Franca de Xira, 09 de Setembro de 2014

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que dará seguidamente a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, para as boas vindas ou para qualquer outra matéria que queira colocar. ----------

Interveio o Sr. Presidente da junta, cumprimentando todos os presentes e dizendo que em nome da junta de freguesia agradece o facto de uma reunião deste cariz ser na freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, nomeadamente no lugar de Alhandra, fazendo votos de um bom trabalho a todos. ----------

Lamenta ainda e pede desculpa por não ficar a acompanhar os trabalhos, o que gostaria imenso, mas vai ter uma reunião da comissão social alargada, que está marcada e calendarizada para o ano inteiro, e era impossível alterar a data. ----------

Terminou, fazendo votos de um bom trabalho.----------

Interveio de novo o Sr. Presidente, agradecendo à Sociedade Euterpe Alhandrense o facto de ter disponibilizado a sala para a realização da reunião.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SITUAÇÃO DO INTERMARCHÉ - VIALONGA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo levantaram uma questão relativa ao Intermarché, fizeram requerimentos à câmara municipal, e o Intermarché continua a laborar. ----------

Já são pouco mais de 9h30, e uma das razões pela qual as reuniões se iniciam às 9h30 é para que, além de facilitar, os serviços da câmara municipal estejam a funcionar ao mesmo tempo, e neste sentido solicita ao Sr. Presidente que peça aos serviços que enviem uma cópia, quer da presença da fiscalização junto daquela entidade, com sede na freguesia de Vialonga, quer do auto e ofícios que eventualmente a câmara municipal enviou, entre outras entidades, às forças de segurança e ASAE, no que diz respeito à não existência de licença de utilização, logo, à impossibilidade de estar aberto. ----------

Se tudo se mantiver tal como no passado, solicitam que chegue à bancada da Coligação Novo Rumo essa informação, para que os seus membros possam verificar. Não têm conhecimento que a câmara municipal tenha passado a licença de utilização entretanto, e é uma situação que os envergonha, porque não se podem deixar equipamentos a funcionar que não cumpram a legislação em vigor. --

Não pode haver cidadãos de primeira e de segunda, têm todos que estar equiparados à mesma posição. ----------

Portanto, solicita ao Sr. Presidente, se for possível, que nas próximas horas faça chegar essa informação. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que toda essa informação está disponível e será disponibilizada, solicitando ao diretor do departamento que dê instruções aos serviços para ver se essas informações hoje chegam ao gabinete dos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo. ----------

Por outro lado, pediram para analisar o processo, o processo está disponível, e é só uma questão de marcarem a data para o analisar, que estará disponível. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
URBANIZAÇÕES DA CRUZ DE PAU E DA CHABITAL - ALHANDRA ----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, dizendo que os membros da CDU voltam a colocar algumas questões que continuam sem a devida resposta por parte do executivo PS na câmara municipal. - Ficaram a saber que da parte do Sr. Presidente existe disponibilidade para acionar as garantias bancárias para repor aquilo que deveria ser uma responsabilidade do urbanizador na Urbanização da Cruz de Pau, em Alhandra, muito próximo do local onde se encontram hoje.----------
Por isso mesmo perguntam se, efetivamente, deu alguma sequência aquilo que o Sr. Presidente informou para a comunicação social, e se podem ficar hoje descansados que da parte da câmara municipal serão usados todos os meios legais no sentido de serem executadas as infraestruturas que há muito fazem falta àquela área residencial. ----------
É uma pergunta simples, que naturalmente terá também uma resposta imediata, assim o desejam. ----------
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de perguntar se nas urbanizações da Cruz de Pau e da Chabital a parte de infraestruturas está devidamente terminada, ou se há necessidade de utilizar as garantias bancárias como medida de acabamento das respetivas obras de infraestruturas.----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo terem sido colocadas questões muito importantes, e é também importante procurar dar a resposta possível, sendo que há outras matérias que são sugestões, recomendações, que se vão ter em linha de conta.----------
Quanto a este assunto, naturalmente que vão ser acionadas as garantias, porque já se foi ao limite do que era possível, para que o urbanizador assumisse as suas responsabilidades.----------
O Sr. Vereador Vítor Silva falou nas infraestruturas da urbanização da Chabital, e vai-se analisar o assunto. ----------
---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

INSTALAÇÕES DO ALHANDRA SPORTING CLUB ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a um assunto que não é novo, é bastante antigo, e precisa de uma resolução, o problema das instalações do Alhandra Sporting Club. ----------

Os membros da CDU gostariam de dizer, com toda a franqueza, que acham que o Partido Socialista deve assumir as responsabilidades que transitaram do anterior mandato para o atual, repondo os direitos que estão há muito tempo consignados à direção do Alhandra Sporting Club, a bem do desenvolvimento desportivo desta freguesia.----------

Não é mais tolerável, por parte da CDU, conviver com a situação de degradação a que está sujeito este clube, e acham mesmo que, da parte da câmara municipal, não há mais desculpa para se evitar tomar responsabilidades sobre esta matéria.---

Não é preciso recordar, mas para além de novas instalações, o clube é credor da câmara municipal no valor de cerca de 400 000,00€. Portanto, não vão desenvolver mais histórias à volta deste assunto, e o que gostariam de saber hoje é se o PS, na reunião de câmara de Alhandra, está em condições de assumir um compromisso para com esta população, porque é disso que se trata, um compromisso para com a população de Alhandra. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a Alhandra e ao Alhandra Sporting Club, dizendo que seria importante que a câmara municipal, de alguma forma, avaliasse, juntamente com a Cimpor, aquela sua vontade, e pensa que positiva, da cedência dos seus equipamentos, e que, em vez das instituições, porque é legítimo cada direção ou grupo de pessoas, a determinada altura, sentirem o que pensam ser melhor para aqueles equipamentos, se tentasse perceber que, eventualmente, nalguns casos, em vez de competir, seria melhor cooperar, para que os equipamentos servissem de forma mais estratégica os cidadãos e as coletividades.

Nem todas as coletividades devem fazer tudo, nem todas as que fazem desporto devem querer fazer teatro, porque alguma coisa irão fazer, ou quem faz teatro, eventualmente, não deveria fazer outra coisa, pois a determinada altura o objetivo e o resultado final não será positivo.----------

A situação entronca-se, quer com esta questão da Cimpor, quer com a da Marinha,

que é outra situação em que não há recuperação possível da área norte do concelho de Vila Franca de Xira, sem resolver o problema dos monos que afeta toda esta área. ----------

Um do monos que afeta toda esta área, e é outro erro, é o abandonar instalações como as da Marinha sem ter uma solução, que foi o que aconteceu, e a breve prazo a solução é chegar lá, meter uma máquina e destruir tudo, porque se delapidou um património extraordinário, que era o património da Marinha.----------

Continua a dizer que a Marinha tem condições para resolver uma parte dos problemas do Alhandra, e resolvia, à época, uma parte dos problemas do Vilafranquense, e que a câmara municipal se deveria empenhar mais para resolver o problema da Marinha, que é de todos, afeta o território de Vila Franca de Xira e o desenvolvimento do município. ----------

Face aos compromissos com o Alhandra, a câmara municipal tem, de uma vez por todas, decidir o que quer fazer. Teve oportunidade de dizer que os compromissos devem ser honrados, mas a senhora ex-presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, numa atitude absolutamente eleitoralista, e irresponsável, assumiu um compromisso só para o ato eleitoral, de 400 000,00€ com o Alhandra, quando não tinha competências próprias para atribuir esse valor. Esse documento não veio à câmara municipal para vincular a todos, e deveria ter vindo, independentemente da vontade que todos os presentes possam ter para resolver o problema. ----------

Isto é importante, porque há outros casos semelhantes, em que depois as eleições passam, os problemas ficam, e sobram para quem ganha eleições, e para quem, não ganhando eleições, também terá que votar, de uma ou outra forma, essa situação. ----------

Em primeiro lugar, o compromisso que foi assumido, eventualmente deve ser honrado, mas é bom que se saiba que quem assumiu esse compromisso, não só não tinha competência para o assumir, como foi absolutamente irresponsável em fazê-lo, porque se o queria fazer teria de o ter trazido a reunião de câmara, para que todos se vinculassem a um compromisso, que seria um compromisso para lá daquele ato eleitoral, que vincularia a todos num futuro próximo.----------

É assim que as coisas se fazem, porque senão depois têm-se heranças como a do Castanheira, que era um projeto para custar 700 000,00€ ou 800 000,00€, e

acabou por custar mais do dobro, e ninguém foi responsável. Deve ter sido o eletricista, que chegou lá e mandou o empreiteiro avançar com a obra, e como se está a ver, um eletricista manda avançar, o empreiteiro vai, faz a obra, e depois fica 10 anos à espera de receber o dinheiro, estando-se mesmo a ver que foi assim. É este tipo de coisas que pensa que não abona em nada a favor da câmara municipal, e não abona em nada a favor de quem exerce cargos políticos, porque não quer acreditar que é mais ou menos como ontem, o Dr. António Costa e o Dr. António José Seguro, em que se descobriu que finalmente o D. Sebastião tem duas caras, uma pela frente e outra dentro do Partido Socialista, que defende outra coisa qualquer. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que esta é uma matéria em que se tem vindo a trabalhar, há uma reunião já marcada com o clube, e naturalmente que compreende as preocupações, mas nem tudo é possível resolver, e ir-se-ão tentar encontrar algumas convergências. ----------

Sobre o valor dos 400 000,00€, certamente que se falará sobre esta matéria, e está muito de acordo com algumas questões que foram faladas, até porque, em boa verdade, a câmara municipal não é credora de coisa nenhuma, pois tem os subsídios em dia, tem todas as questões de compromisso com o clube em dia, e avançou, inclusivamente, com obras de requalificação e melhoria das condições de trabalho. ----------

Tem que se falar no clube no seu todo, não é só em parte, da secção náutica, onde a autarquia tem investido muitas centenas de milhares de euros, mas naturalmente que esta questão dos 400 000,00€ tem de ser vista com a cautela que é necessária. ----------

Refere ainda, porque a matéria foi colocada, que a prudência em política também é um dado importante, não se podendo prometer aquilo que às vezes não se consegue resolver, pelo que mais vale ser cauteloso, sendo esta uma resposta a uma "picadela" política do Sr. Vereador Rui Rei.----------

Depois, sobre a questão das instalações que a Cimpor queria disponibilizar, essa é uma matéria que para si está resolvida, a Cimpor fez as iniciativas que quis fazer, o próprio fez algumas, no sentido de encontrar soluções de consenso, que não foram possíveis, e agora é uma questão que a Cimpor tem de resolver. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
CENTRO DE SAÚDE DE ALHANDRA – COMPROMISSO COM A SEGURANÇA SOCIAL DA FEDERAÇÃO DOS CIMENTOS DA CIMPOR E O SNS ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de dar conta de um problema que também afeta a população servida pelo centro de saúde de Alhandra, sendo que muito para além das áreas de circunscrição de freguesia, o centro de saúde de Alhandra abrange a população do Sobralinho, São João dos Montes e outros utentes do SNS - Serviço Nacional de Saúde.----------

Gostariam de dar conta de um compromisso infelizmente desrespeitado por sucessivos governos, o de um acordo bastante antigo assumido com a Segurança Social da Federação dos Cimentos da Cimpor e o SNS, no sentido de assegurar médico de família aos antigos trabalhadores reformados e seus familiares, o que efetivamente não está a ser cumprido. ----------

Para além desta situação de incumprimento, reiterado de sucessivos governos, existe atualmente um quadro médico já de si bastante reduzido, para garantir a assistência adequada ao número de utentes inscritos no centro de saúde de Alhandra. ----------

Sabem os membros da CDU que também no centro de saúde de Alhandra, uma população maioritariamente envelhecida e de parcos recursos económicos, são muitas as dificuldades no acesso ao médico de família.----------

Por isso, consideram muito justa a luta e indignação dos utentes do SNS, e que esta câmara municipal deverá tomar como boa a reivindicação destes mesmos utentes. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo, quanto ao compromisso do centro de saúde/Cimpor, que depois falará com o Sr. Vereador num outro momento, para lhe dar mais informações, pois confessa que desconhece. ----------

Portanto, se o Sr. Vereador tem outras informações, agradece que as transmita, para o próprio, junto da ARS – Administração Regional de Saúde e da própria Cimpor para ver o que é que é necessário fazer. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, referindo que começará a sua intervenção pelo Orçamento Participativo, do qual o boletim municipal dá conta do resultado das respetivas votações.----------

Os membros da CDU sabem que existiu um milhão de euros distribuídos pelas respetivas freguesias, e a olhar para os projetos vencedores veem que, se não todos, pelo menos a maior parte deles não vai açambarcar toda a verba ou parcela máxima que estava destinada a cada um dos projetos ou a cada uma das freguesias. ----------

No caso da Póvoa de Santa Iria o orçamento vencedor é de 75 000,00€, e a parcela máxima era de 145 000,00€. No caso da freguesia de Vialonga, o projeto vencedor é de 5 000,00€ e a parcela máxima era de 145 000,00€.----------

Aquilo que pensavam que iria acontecer é que, tendo em conta que estes projetos não totalizavam a verba destinada à freguesia, que a câmara municipal pudesse contemplar o segundo ou os terceiros classificados deste projeto, e como não é isso que vem no boletim municipal, a pergunta que fazem é: O que é que a câmara municipal faz com a restante verba? Fazem a pergunta porque o regulamento do orçamento participativo fala do valor máximo que é possível ser gasto para cada uma das freguesias e não que obrigatoriamente só poderá ganhar um projeto, ou só poderá ser contemplado só um projeto. ----------

Portanto, gostariam que a câmara municipal refletisse sobre esta decisão, se é que já a tomou, porque, de facto, no que diz respeito ao número de projetos, o regulamento é totalmente omisso. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente falará sobre esta matéria.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

QUEIXAS RELATIVAS A VIATURAS ABANDONADAS ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU têm recebido algumas queixas sobre viaturas abandonadas na via pública, inclusivamente nalgumas delas os munícipes dão conta que estão lá há mais de um ano. ----------

Assim, gostariam de saber qual a razão que leva a que as viaturas estejam abandonadas há tanto tempo, uma vez que nalguns dos casos já servem de casa, infelizmente, e noutros servem para que as crianças entrem lá dentro e comecem a brincar, sendo que essas brincadeiras, por vezes, podem dar lugar a coisas bastante graves. ----------

Portanto, era conveniente que a câmara municipal não desleixasse este serviço, que é importante.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente falará sobre esta matéria. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mostrando o fluxograma dos procedimentos que existe, de acordo com a lei, para se retirar um carro das ruas, dizendo que a verdade é que, sob o ponto de vista da câmara municipal, tem que se assegurar um conjunto de pressupostos documentais e notificações que garanta que, quando as viaturas vão para destruição, não haja nada do lado do Estado que esteja em falta, uma vez que se estão a destruir bens que pertencem a alguém. ----------

Há um conjunto de dificuldades que respeita ao facto de, durante muito tempo, as pessoas podiam transacionar os automóveis sem que depois fizessem o devido registo, o que significa que muitas das vezes os proprietários que se notificam não são já os proprietários das viaturas, e há depois que fazer um conjunto de outras verificações sobre esse processo, para além de outros aspetos que dizem respeito ao facto de, muitas vezes, quando se coloca o papel de notificação, às vezes há uma ligeira movimentação, por vezes de uma carcaça, já nem é propriamente de um carro que se mobilize sozinho. A verdade é que qualquer movimentação que exista faz com que os prazos comecem todos outra vez. ----------

O que quer transmitir é que esse serviço que é assegurado pela Divisão de Ambiente está acompanhado sempre com muita proximidade, e são muitas

viaturas porque, com a dificuldade e a crise, as pessoas estão a abandonar algumas das viaturas que antes tinham ao serviço, por dificuldades diversas.---------
A câmara municipal tem procurado fazer um reforço dessa retirada de viaturas da via pública, e diria que tudo o que os Srs. Vereadores possam, em termos de conhecimento, fazer chegar à câmara municipal dá jeito. Os Srs. Presidentes de junta também são uma boa colaboração nesse processo, uma vez que, quanto mais cedo derem conta desses casos, mais depressa se consegue reagir. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

QUIOSQUE DA QUINTA DA FLAMENGA - VIALONGA ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo-se ao quiosque da Quinta da Flamenga, em Vialonga, dizendo que o mesmo está a funcionar, e não parecia credível aos membros da CDU, nem podiam acreditar, que este quiosque pudesse começar a funcionar sem que houvesse instalações sanitárias condignas para quem o utiliza, agora não só o parque, mas também o próprio quiosque.----------

O quiosque não tem instalações sanitárias próprias, ao contrário dalguns. Sabem que, por exemplo, no caso das roulottes, elas são obrigadas a ter uma instalação sanitária, e aqui também deveria ser o caso. ----------

Para além disso, as tais instalações sanitárias prometidas, e já reivindicadas há duas ou três reuniões, não aparecem, de facto não existem, e poderiam ser inclusivamente do género das que existem no passeio ribeirinho de Alhandra.--------

Aquilo a que se assiste agora é que, também porque a zona do quiosque é muito pouco iluminada, as pessoas, infelizmente, acabam por utilizar a zona perto do quiosque para serviço de casa de banho, o que é lamentável, mas da parte da câmara municipal não se devem dar razões para que tal aconteça, e convinha resolver este problema rapidamente, quer o da instalação, quer também o da iluminação daquela área. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que aquele quiosque começou, e já está a dar vários problemas, e não é só a questão das instalações sanitárias, que se vão tentar resolver, e a verificação da questão da iluminação pública, mas é também alguma forma de estar da pessoa que concessionou o quiosque, já se estando a ter problemas, que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso certamente conhecerá, e que estão a preocupar a câmara municipal.----------

Ninguém concessiona, depois concessiona-se, e posteriormente acontecem coisas laterais, que se vão tentar resolver, porque o que importa é ter aquele quiosque a funcionar em pleno, para benefício da população. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ROTUNDAS NA VARIANTE DE VIALONGA ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que os membros da CDU já falaram da questão das duas rotundas da variante, a rotunda junto ao Intermarché e a rotunda junto à ARPIV – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Vialonga.----------

A rotunda junto ao Intermarché foi, de alguma forma, intervencionada, e a rotunda da ARPIV continua a mato, pelo que gostariam de perceber por que razão, se se arranja uma rotunda, não se arranjou desde logo a outra, até porque aquilo que foi feito na rotunda junto ao Intermarché não é nada que pudesse ser assim tão avultado, e não pudesse ser feito, desde logo, na rotunda da ARPIV.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se vai tentar fazer o arranjo da rotunda da ARPIV, sendo que o arranjo da rotunda do Intermarché foi o próprio Intermarché que fez, a pedido da câmara municipal. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

REQUERIMENTO DOS MEMBROS DA CDU SOBRE O PRÉ-ESCOLAR E ATL ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que gostaria de dar conta de um requerimento que os membros da CDU fizeram, que diz respeito às crianças do pré-escolar. ----------

Têm notícia de que existem crianças que não foram contempladas com entrada nos jardins de infância da rede pública, e tinham pedido a relação do número de crianças inscritas e admitidas no ensino pré-escolar neste ano letivo que agora começa, que todos desejam que seja frutífero e que, se já começa de uma forma conturbada, pelo menos acabe da melhor forma. ----------

Gostariam de saber então quais são as crianças em lista de espera para admissão, e aquelas que, de facto, não foram admitidas na rede pré-escolar dos 5 anos letivos anteriores. ----------

Para além dos aspetos que estão neste requerimento, gostariam também de dar conta que existem situações que chegaram ao seu conhecimento, de crianças que não têm lugar no ATL – Atividades de Tempos Livres, de algumas escolas da rede pública, nomeadamente escolas que são novas e deveriam ter espaços adequados para esse serviço. ----------

Assim, convinha que a câmara municipal resolvesse esta situação, mas também que não a resolvesse como o fez na escola do Cabo, onde o monobloco é pago pela entidade que gere este ATL. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que solicitará ao Sr. Vice-Presidente para responder a esta matéria. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, relativamente ao requerimento com os números mais finos respeitante às inscrições, quer para o pré-escolar, quer para os ATL, esse conjunto de informações está a ser compilado, tendo em conta este novo ano letivo, e logo que tenha essa informação mais fina, será fornecida a ambas as bancadas.----------

Realça, neste arranque do ano letivo, sobretudo dois aspetos de grande preocupação. O primeiro, o facto dos processos de colocação de professores não estarem concluídos, há bastantes anos que não se via um problema desta natureza, que não afeta, tanto o pré-escolar e o 1º ciclo, como afeta os outros

ciclos, mas verdade seja dita que ainda há situações de professores de 1º ciclo e educadores de infância que estão hoje em falta. ----------

Conta-se que durante a semana não fiquem. Não é uma responsabilidade da câmara municipal, mas esta não pode deixar de se solidarizar, quer com os pais, quer com os diretores, que demonstram grande dificuldade em obter as respostas necessárias por parte do Ministério da Educação, que tomou algumas medidas de última hora recentemente, nomeadamente com a continuação ou renovação de alguns contratos que tinha com os temporários, mas isso colocou uma situação depois, em termos de montagem de sistema, mais difícil, uma vez que esses professores acabam por já estar colocados, e os que têm horários da própria escola tiveram que ser todos reformulados.----------

Há ainda um conjunto de horários que não saíram, e esse é um dos aspetos que preocupa a câmara municipal mais a fundo. ----------

Relativamente a uma segunda situação, que é a que já diz mais respeito à câmara municipal e em que se está a trabalhar, tem a ver com o arranque que se vai fazer ao longo do concelho na semana que vem, que depois dará origem, como é habitual, ao conjunto de serviços muito vasto que a câmara municipal presta às crianças, quer do pré-escolar quer do 1º ciclo, nomeadamente com as refeições, com as CAF – Componente de Apoio à Família e com o ATL. Assim, todo esse processo vai decorrer com a normalidade, mas com a complexidade que existe, uma vez que se está a falar de alguns milhares de crianças.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
DEMOLIÇÕES DE CASAS DA AVENIDA DR. SOUSA MARTINS - ALHANDRA ----------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo-se, para terminar, à demolição das casas na avenida Sousa Martins, em Alhandra.----------
As casas são património da câmara municipal, e veio à reunião de câmara a venda deste património, que foi deliberada por maioria. São casas num estado avançado de degradação, o Partido Socialista e a Coligação Novo Rumo votaram a favor da alienação deste património, o concurso ficou vazio, e no entender dos membros da CDU voltou-se à estaca zero com todo este processo. ----------
Agora, qual não foi o espanto dos mesmos, pois passaram por esta zona e as casas foram demolidas, porque se entendeu que era melhor para a questão da segurança das pessoas.----------
Convinha portanto que a câmara municipal lhes fizesse chegar um relatório da Proteção Civil Municipal e o dos bombeiros, que comprovassem isso, e agora gostariam de perceber, até porque no caso de ainda se pretender alienar este imóvel certamente não será nas mesmas condições, porque a casa já não existe, e gostariam de saber qual é a perspetiva para este território.----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo que de facto eram casas que estavam identificadas como podendo ruir a qualquer momento.----------
Pede-lhe a Srª Vereadora informação sobre a justificação da demolição das casas, e ir-se-á preparar essa informação, para chegar aos Srs. Vereadores da CDU, sendo que efetivamente o concurso ficou deserto, e ir-se-á tentar encontrar alguém que esteja interessado na aquisição daqueles terrenos para a construção de edifícios, de acordo com as orientações que a câmara municipal depois dará, e ver-se-á como é que este processo vai seguir.----------
---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, começando pela questão do lixo, novamente. ----------
Na freguesia de São João dos Montes continuam as reclamações pela deficiente recolha dos resíduos sólidos urbanos em toda a freguesia, falta a recolha dos ecopontos e vidrões, designadamente no centro da vila e estabelecimentos comerciais.----------
Estas situações são recorrentes, nas zonas rurais do concelho continuam, e pode dar o exemplo de Vila Franca de Xira, na zona onde mora, na Calçada da Costa Branca, junto ao cemitério, em que continuam os contentores, em particular os de plástico, com muito tempo de recolha, e depois as pessoas põem os resíduos no normal, e não há separação.----------
Assim, pensa que era importante que se fizesse um levantamento de todas estas necessidades, e a câmara municipal agisse em conformidade.----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que procurará ser breve, para terminar, solicitando à câmara municipal que voltasse a reanalisar a questão, porque, efetivamente, se nalgumas áreas do concelho a situação da recolha dos resíduos sólidos foi mais ou menos resolvida, há outras em que não foi. ----------
Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo precisavam de saber se se implementarão medidas, que medidas foram implementadas e como se resolverá o problema duma vez por todas, face à recolha de resíduos no concelho.----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo que, sobre esta questão da recolha, que foi falada pelas duas bancadas, pedirá ao Sr. Vice-Presidente para a abordar. ----------
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo, relativamente a esta preocupação manifestada pelo Sr. Vereador Rui Rei, e numa pequena parte pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, que não quer deixar de aproveitar este momento para tecer, mais uma vez, um agradecimento forte a todos os que foram envolvidos na resolução de um problema que foi causado, ao longo do tempo, pela dificuldade que as câmaras municipais têm em fazer a contratação de pessoal. ----------
Não é um problema que tenha afetado especificamente o concelho de Vila Franca de Xira, mesmo ao lado tem havido situações bastante gravosas no que toca à

recolha de resíduos sólidos urbanos, e tem-se dado conta desta dificuldade como a grande causadora do problema. ----------

De qualquer das formas diria, com bastante esforço e a libertação para contratação que o Sr. Presidente encontrou, conseguiu-se contratar um número de pessoas que permitiu, mesmo durante este período de férias, e também com recurso a algumas horas extraordinárias, resolver o problema com que a câmara municipal se deparava em larga escala, ainda no mês de junho e julho, sendo este um aspeto que queria realçar. ----------

Há ainda um ou outro momento, ou uma ou outra zona que apresenta problemas, mas neste início do mês de setembro, com o final das férias, é natural que o processo se resolva ainda com mais facilidade, uma vez as pessoas já estão em maior número ao trabalho. ----------

Tomou a devida nota relativamente a esta questão que foi levantada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, na zona específica de São João dos Montes, junto a algumas das suas zonas comerciais. Como se sabe é uma zona que não tem muitas áreas comerciais, mas ir-se-á ver o que se estará a passar. ----------

De qualquer das maneiras, não quis deixar de realçar que as duas grandes questões de diagnóstico foram atacadas, a primeira com a contratação de mais pessoal, e agora o que se perspetiva é que durante o próximo ano sejam também adquiridos novos elementos em termos de camiões, que possam entrar em funcionamento, e possam também facilitar este processo.----------

O documento de reflexão sobre essa matéria veio a reunião de câmara ainda nos meses de junho e julho, estando-se também, depois desta fase, a elaborar um novo documento que possa dar algumas orientações em termos de planeamento e de prospetiva. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se à biblioteca municipal de Vila Franca de Xira, referindo que houve um projeto inicial de construção da biblioteca, que teve o apoio e financiamento do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, como todos sabem. ----------
Saiu, e se calhar para o público ainda não chegou, o boletim de notícias do município, e logo na primeira página consta "Fábrica das Palavras, novo espaço cultural de Vila Franca de Xira inaugura a 20 de setembro". Até acha esta frase muito bonita, sinceramente, não está a fazer humor, e até terá a ver com a similitude da fábrica do arroz, e isso não está em causa para si.----------
Depois, o editorial do Sr. Presidente, de que lerá apenas numa parte, é que está correto: "a nova biblioteca municipal de Vila Franca de Xira, denominada Fábrica das Palavras". Assim é que pensam que deve ser, e há uma contradição. Depois também consta, nas páginas centrais: "Fábrica das Palavras (...) à beira rio, inaugura a 20 de setembro". ----------
Assim sendo, esta é a questão de fundo.----------
É uma frase feliz, tem de o dizer, e repete, mas na opinião dos membros da CDU isso remete a biblioteca municipal para segundo plano, ignora-a completamente, e não está correto, sendo que o Sr. Presidente esteve bem nessa situação.----------
Esvazia de conteúdo a biblioteca, e a função principal para que aquele edifício foi construído é para a biblioteca, sendo evidente que a câmara municipal tem um espaço cultural, como tem a anterior e todas, e até uma galeria.----------
Esta situação, inclusivamente, está escrita nos vidros da entrada da biblioteca, que têm também "Fábrica das Palavras", e depois uma linda coisa, nem fala em biblioteca, diz "BMVFX". Fazendo um pouco de humor, até o faz lembrar não sabe o que, se é uma marca de bicicletas de todo o terreno, ou se é um número de série de um motor para ralis ou de Fórmula 1.----------
Considera que a questão tem de ser vista e revista, pois não é assim, aquilo é uma biblioteca. Depois até admitem, e faria todo o sentido, constar Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, e não só com as letras, e então depois "Fábrica das Palavras". ----------

Não toleram que a biblioteca seja, pelo menos na sua afirmação, menorizada ou subalternizada. ----------

Depois, e para não se alongar mais tempo, todos os equipamentos destes espaços coletivos, quando se dá nome, no início, ou quando é mudado o nome, têm que vir forçosamente à reunião de câmara, e não vieram. Não estão de acordo que se ignore a biblioteca, mas se se quer pôr "Fábrica das Palavras", e esquecer a biblioteca, deve trazer-se isso a reunião de câmara, e depois logo se verá. A CDU votará contra, como é evidente, e a outra oposição logo se verá. ----------

Era para isto que gostaria de sensibilizar o Sr. Presidente, está de acordo com o mesmo, que está correto no seu editorial, e até com o humor que tem às vezes, sem ofender ninguém, ou o Sr. Presidente não esteve atento a este boletim, porque esteve de férias, nos seus afazeres, não é nenhuma piada, ou então alguém lhe quis pôr um "pauzinho na engrenagem".----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo-se o Sr. Vereador Aurélio Marques, na sua maneira bem-disposta de colocar as questões, falou sobre a biblioteca de Vila Franca de Xira, e confessa que para si estava absolutamente assumido que aquela é a biblioteca de Vila Franca de Xira, mas também compreende a preocupação, e ir-se-á tentar, em outros materiais informativos, corrigir essa questão. ----------

Sinceramente foi uma reflexão interna profunda, com técnicos, nem foi uma decisão política, tendo estes sugerido que a biblioteca viesse a chamar-se "Fábrica das Palavras". Pensa que é uma escolha feliz, pois há coisas que parece que têm tudo a ver. Havia ali uma fábrica, um processo de quase 80 anos de laboração de uma fábrica, e agora era conjugar as duas situações, mas reconhece que poderia ter sido, até porque no seu próprio editorial o refere com toda a naturalidade, "Biblioteca de Vila Franca de Xira".----------

Julgava que isso estava absolutamente assumido por todos, mas poderá não estar.

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

40º ANIVERSÁRIO DA MORTE DE JOSÉ FALCÃO----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que se está a chegar ao fim, a 12 de outubro, do encerramento das comemorações do 40º aniversário da morte de José Falcão, que teve a exposição, que os membros da CDU já elogiaram em reunião de câmara em tempo oportuno, e queriam fazer uma sugestão ao Sr. Presidente e ao seu executivo.----------

Pensa que ainda há tempo para isso, e, se se estiver de acordo, sugerem o seguinte, que não é uma proposta, pois para ser proposta teriam de a apresentar em ordem do dia:----------

Vila Franca de Xira foi, e ainda é, uma terra de matadores de touros, entre vários, José Júlio, Mário Coelho, e o saudoso José Falcão, que tem esta homenagem, Vítor Mendes, entre outros.----------

Assim, por que não, no encerramento desta exposição, e poderia ser na corrida noturna de terça-feira, que é a corrida chave da Feira de Outubro, que é a cavalo, embora os matadores de touros não gostem muito disso, ou então no domingo, e seria inédito, pelo menos no país e até fora, a câmara municipal proporcionar um encontro, convidando os matadores de touros retirados e em atividade. ----------

Não são muitos, são cerca de 20, e não vai dizer, se se estiver de acordo, qual será a ementa das festas. Poderá dizê-lo, mas não o vai fazer agora, se for avante dará algumas sugestões, mas não quer sobrepor-se, se for acolhida a sugestão. Também, se houver necessidade de contactar estes toureiros, tem, do Sindicato Nacional dos Toureiros Portugueses, uma pessoa e o seu contacto, que possivelmente poderá dar esses contactos. ----------

Pensam que seria uma coisa interessante e inédita, mas é apenas uma sugestão, que será ou não acolhida, mas nesta área, não só da tauromaquia, mas também do turismo e não só, poderia ser um caso de encerramento da exposição de José Falcão, com todos os matadores em atividade e fora dela.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo, quanto a esta sugestão, que julga que se poderá analisar com toda a naturalidade, falando com a família, porque estas matérias devem ser faladas primeiro com a família, e com o seu acordo, julgando que a mesma não irá contra. ----------

Tem a dizer que há muitos anos que não acontecia, como na inauguração da exposição de José Falcão, os matadores vivos de Vila Franca de Xira estarem juntos, e pensa que foi um momento importante, que não é vulgar, pelas razões que o Sr. Vereador conhece, e todos conhecem, não valendo a pena explanar muito sobre isso, mas é uma sugestão que se vai analisar.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

RUA DUQUE DA TERCEIRA – ALHANDRA ----------

Interveio o Sr. Presidente, passando a palavra ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues, relembrando contudo que já se vai com o tempo que vai, e quando se começa a chegar ao fim, naturalmente que os últimos são um pouco mais prejudicados, o que quer dizer que, certamente, terá que se usar outra metodologia no futuro.-------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que será muito breve, como é normal na sua pessoa, cumprimentando todos os presentes, e referindo ainda que traz três questões muito breves, as duas primeiras prendem-se com a freguesia de Alhandra, nomeadamente com a limpeza das sarjetas no centro da vila, na rua Duque de Terceira. ----------

Há cerca de 4 ou 5 anos, não sabendo precisar, foram feitas obras nesta artéria, em que foram removidos os sifões das sarjetas. A ausência desses sifões tem provocado, principalmente nos dias de maior calor, cheiros nauseabundos resultantes da falta de limpeza que as sarjetas acabam por ter, e a ausência dos sifões para colmatar esses mesmos cheiros. ----------

Assim, os membros da CDU solicitam, aos serviços da câmara municipal, que analisem esta situação, no sentido de se tentar encontrar uma solução para repor as condições na rua Duque de Terceira. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS tomou boa nota sobre esta questão da eventual ausência de sifões na rua Duque da Terceira.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

BALNEÁRIOS PÚBLICOS DE ALHANDRA ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se ao balneário público de Alhandra, questão que já foi colocada várias vezes, balneário que é utilizado pelos funcionários da autarquia para trocarem de roupa, para se lavarem, tomarem as suas refeições ou aquilo que necessitarem. No fundo, são os balneários dos funcionários da junta de freguesia. ----------

As condições desses balneários são do conhecimento de todos, são pura e simplesmente, passando a expressão, miseráveis, porque são mesmo, são autenticamente terceiro mundistas, e tratando-se de um imóvel municipal, requerem os membros da CDU, e já o solicitaram, bem como a junta de freguesia, à câmara municipal, obras urgentes que dotem aquele espaço das condições mínimas de higiene e salubridade para serem utilizados pelos funcionários da autarquia. ----------

Sabem também que já houve contactos entre o Sr. Presidente e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, sabem quais foram a géneses desses contactos, mas a verdade é que todos sabem que a junta de freguesia não tem os recursos, nem meios necessários, para elaborar um projeto de recuperação daquele espaço. ----------

Nesse sentido, julgam e propõem à câmara municipal que seja a mesma, através dos seus departamentos técnicos, a colocar o seu "knowhow", o seu saber, ao serviço da junta, e possam os serviços da autarquia elaborar um projeto de recuperação para os balneários públicos ao serviço dos trabalhadores da junta.------

Interveio o Sr. Presidente, referindo, como já foi dito, que houve e tem havido conversas com o Sr. Presidente da junta, e aquilo que pediu ao Sr. Presidente da junta foi que lhe fizesse chegar o que pensa que deve ser o aproveitamento dos balneários. ----------

Os balneários têm uma área importante, que dará para outras atividades, sendo que quando estiver esquematizado, far-se-ão as obras faseadamente, porque não se podem fazer todas de uma vez, e em relação estreita com a junta, como é evidente.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU gostariam de saber o que se passa com a passagem superior pedonal do Forte da Casa, isto porque não se veem obras. As obras, aparentemente, ou já foram concluídas ou pararam. Não se encontra ninguém a laborar lá no momento, e a passagem superior ainda não foi aberta ao público.----------

Assim, gostavam de saber qual é o ponto de situação. As obras acabaram? Já foram dadas por concluídas? Sim ou não? Se o foram, por que razão não é feita a abertura ao público da passagem superior?----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber qual o ponto de situação da passagem superior pedonal, porque as obras aparentam estar concluídas mas não estão, faltam intervenções, sendo que, daquilo que é visível, nomeadamente os acessos não lhes parece que estejam concluídos.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador António Oliveira depois dará a informação que houver disponível. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que já na última reunião de câmara, através do Engº José Fernandes, essa informação foi prestada, mas repetirá. Também para si, em termos conclusivos, a obra já estaria efetuada, tendo a câmara municipal sido surpreendida por mais uma notificação da REFER, para a exigência de uma vedação de proteção à catenária.----------

Quem está a visualizar a passagem superior pode ver que tem aquele troço metálico, e a REFER fez a exigência da proteção, o que quer dizer que quanto às encomendas, notificações e procedimentos que se queriam urgentes, não se podem fazer sem a colocação desta proteção, e a câmara municipal espera que após a sua colocação, a REFER não venha a exigir mais um corte de via para ser colocada, senão ter-se-á mais uma "carga de trabalhos". Neste momento já se está numa fase em que se quer mais esta obra concluída, e este é o motivo que está em causa. ----------

Além disso, é preciso acertar pormenores de alguns acessos, mas a razão foi esta. -

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
RECUPERAÇÃO DO TEATRO SALVADOR MARQUES – ALHANDRA----------
Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, informando, para terminar, que durante esta semana os membros da CDU irão entregar um requerimento, a propósito de uma notícia que saiu na comunicação social, sobre o Teatro Salvador Marques em Alhandra. ----------
A notícia dava conta da existência de um estudo prévio de recuperação do teatro, que foi entregue por uma empresa de estudos, projetos e arquitetura, isto em janeiro deste ano, e tendo em conta que desconheciam a entrega deste projeto, irão entregar um requerimento à câmara municipal, no sentido de serem recetores, quer do estudo prévio que foi fornecido à autarquia, quer de toda a documentação existente sobre o imóvel municipal, imóvel este que é de interesse municipal. --------
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, cumprimentando todos os presentes, com uma saudação muito especial ao Sr. Jorge Zacarias, como presidente da instituição onde hoje se encontram, que certamente o acompanha na tristeza que sente ao ver tão perto, e sem atividade, um equipamento que seria tão importante para o complemento da atividade desta instituição, que tem sido magnífica, no ensino, não só da música, canto, dança ou outras atividades artísticas. Refere-se ao Teatro Salvador Marques, que seria também muito importante como complemento, se estivesse em atividade, desta instituição. ----------
Por isso, os membros da Coligação Novo Rumo desejam que rapidamente seja encontrada uma solução de recuperação do Teatro Salvador Marques, bem perto do local onde se encontram. ----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo que os membros da CDU vão apresentar um requerimento sobre a questão do Teatro Salvador Marques, e serão disponibilizadas todos as informações que se têm. ----------
---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
ANIVERSÁRIO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE----------

O Sr. Presidente interveio, transmitindo que a Srª Vereadora Marina Tiago irá ausentar-se da reunião de câmara, porque vai representar a câmara municipal numa iniciativa. Hoje é a data comemorativa da criação do Serviço Nacional de Saúde - SNS, e há uma iniciativa que vai decorrer no novo hospital de Vila Franca de Xira, que coincide com a reunião de câmara.----------

O próprio teria todo o gosto em estar, mas considera mais importante estar nesta reunião, e por isso mesmo delegou na Srª Vereadora Marina Tiago a representação da câmara municipal nessa iniciativa, que se irá ausentar por esse motivo. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, começando por dizer que os membros da Coligação Novo Rumo se congratulam com a comemoração do aniversário do Serviço Nacional de Saúde, que é para os mesmos, a par da educação e da segurança social, algo que é absolutamente importante, basilar e essencial na defesa dos serviços do Estado e dos cidadãos. ----------

Portanto, dever-se-á preservar o SNS, poder-se-á melhorar, é certo, mas dever-se-á preservar, porque é talvez um dos mais importantes ativos da sociedade portuguesa e de defesa dos cidadãos.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
REABILITAÇÃO URBANA NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA----------
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo-se à reabilitação urbana, dizendo que a câmara municipal, em tempos, revelou que tinha encomendado um estudo de reabilitação urbana a uma universidade, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber qual o ponto da situação sobre esta matéria, pois acham que a câmara municipal tem vindo a desenvolver várias intervenções em equipamentos, como o caso do Museu do Neo-Realismo, da biblioteca nova, que será inaugurada muito em breve, do hospital e dos centros de saúde novos, de Vila Franca de Xira e Alhandra, e zonas ribeirinhas, onde também houve uma intervenção bastante importante. ----------
Por outro lado, a autarquia tem que desenvolver esforços no sentido de sensibilizar os privados para a reabilitação urbana, através de programas específicos de reabilitação, com incentivos para a preservação e valorização do seu património. Ao olharem para bem perto, para o concelho de Lisboa, sabem que grande parte do licenciamento de obras é referente a reabilitação urbana, e não a construção nova, que deixou de ser importante.----------
Por isso, gostariam de propor umas jornadas sobre a reabilitação urbana neste concelho, a realizar no pavilhão multiusos em Vila Franca de Xira, por exemplo na primavera do próximo ano, um evento multidimensional, que tinha como principal objetivo aproximar a reabilitação urbana da população, provando que este movimento não se esgota na dimensão da atividade económica e de segmentos do mercado imobiliário, mas tem um impacto real na vida das cidades, quer na perspetiva dos que lá moram e trabalham, quer dos novos visitantes.----------
Haveria também um ciclo de conferências que, de forma transversal, incluiria, com o impacto no turismo, a dimensão social na reabilitação urbana, a sustentabilidade na cidade, as formas de financiamento, além de causas de origem mais técnica. ----
A reabilitação urbana é o desígnio das cidades portuguesas, recuperando a maioria da história, reanimando os centros históricos, e dinamizando o comércio local e o turismo. Ao trazer mais atividades para os centros das cidades está-se a dinamizar a economia, à escala dos micronegócios e das empresas portuguesas, criando emprego e riqueza na economia local, do comércio, e também do turismo. ----------

Na reparação de edifícios alimenta um pouco a fileira da construção civil, que é um multiplicador de toda a atividade industrial. É mais importante reabilitar utilizando investimento em infraestruturas, que são um ativo único no centro das cidades.-----

O futuro da construção em Portugal e na Europa tem de passar pela reabilitação do património edificado, e esta terá de incluir a conservação do património monumental, a reabilitação dos edifícios antigos, a reparação e reabilitação da envolvente e das zonas comuns dos edifícios construídos desde as décadas de 60 a 80. ----------

Nesta fase de transição de paradigma, passagem de construção nova para a reabilitação, é fundamental que o Estado possa alavancar uma estratégia de financiamento recuperável a curto prazo, através de impostos gerados pela própria atividade económica.----------

A reabilitação não pode ser um mero exercício de ir para o mercado, importa, antes de mais, compreender que dinâmicas "a assinam", em termos de oferta, esperando que do ponto de vista da procura existam respostas. ----------

Os fundos imobiliários são também um parceiro essencial no desenvolvimento das cidades portuguesas, gerindo ativos imobiliários que hoje assentam em cerca de 12 mil milhões de euros. Neste momento de redefinição de estratégias de investimento imobiliário e foco na reabilitação urbana, os fundos imobiliários continuam a assumir o papel de parceiros das cidades e da reabilitação urbana, ao conciliar o interesse dos municípios e investidores.----------

Por isso, o que sugerem é que o próprio município deva ter uma intervenção mais atuante, porque de outra maneira a parte do investimento privado torna-se, neste momento, um pouco difícil de sensibilizar. Por isso, aguardam que lhes seja dada alguma indicação sobre esta sugestão. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Vítor Silva fez uma explanação interessante sobre a questão da reabilitação urbana, e depois o Sr. Vice-Presidente também falará sobre isso.----------

O que refere é que ontem houve um momento importante no concelho, que teve a ver com a requalificação urbana no que diz respeito à área industrial, depois de se ter conseguido, com a aprovação de todos, a alteração do loteamento da zona industrial de Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo. ----------

Ontem, com a presença do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e o Sr. Secretário de Estado da Agricultura, do mesmo Governo, foram comemorados, não só os 10 anos de atividade da Lactaçores, como sobretudo a inauguração das novas instalações, que tiveram a ver exatamente com o facto de se terem conseguido encontrar soluções para pôr em atividade armazéns que estavam abandonados. ----------

Esta regeneração industrial, na parte respeitante à Lactaçores, vai continuar, sendo que desde 2004, até aos dias de hoje, a Lactaçores tem um volume de vendas, em termos da distribuição dos produtos, não só no continente, como em 16 países já nos 5 continentes, e uma carteira de encomendas vastíssima, e tudo isso através da distribuição a partir de Vila Franca de Xira. ----------

Desta forma, é motivo de satisfação, são mais postos de trabalho que foram criados, e pensa que num momento de expectativa são exemplos muito importantes em termos da economia para o concelho. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o estudo, de facto, está em curso, e no contacto com a universidade uma das questões que a câmara municipal levantou foi a necessidade de incluir, nesta fase final de elaboração do estudo, a realização de alguns "workshops" que fossem públicos, de maneira a se conseguir envolver, não só alguns agentes locais, mas também autarcas, pessoas interessadas nesta matéria, que pudessem enriquecer esse documento. ----------

A ideia que o Sr. Vereador deu, de umas jornadas um pouco mais alargadas, faz sentido, e já deu indicações ao responsável pela Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, uma vez que durante o ano que vem, já com o estudo consolidado, faz sentido que se organize um conjunto de jornadas de reflexão sobre estas matérias, uma vez que, como referiu o Sr. Vereador, e bem, são problemas que afetam o conjunto de tecido urbano, seja ele habitacional, económico ou industrial. ----------

Portanto, diria que está na ordem do dia, e depois do estudo consolidado e apresentado, estará na ordem do dia pô-lo a andar e essas jornadas podem, francamente, ajudar nesse processo. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
MERCADOS RETALHISTAS DE VILA FRANCA DE XIRA E ALHANDRA----------
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, agradecendo os dados que fizeram chegar aos membros da Coligação Novo Rumo sobre os mercados retalhistas de Vila Franca de Xira e Alhandra. Só ontem, ao final do dia, é que chegaram esses dados, e não teve ainda oportunidade de os analisar, mas já viu que, tanto no caso de Vila Franca de Xira, como no de Alhandra, encontram-se bastantes bancadas disponíveis. ----------
Isso quererá dizer que, em certa medida, algo tem que ser alterado, conforme já referiu, e seria importante pensar-se num novo horário, nomeadamente estudando a possibilidade de, em Vila Franca de Xira, encontrar um espaço de apoio à restauração, conforme tem sido a ser praticado em Lisboa, no mercado da Ribeira e de Campo de Ourique, e no Porto, no Bom Sucesso.----------
Seria realmente uma maneira de dinamizar a restauração e, ao mesmo tempo, proporcionar, não só aos jovens, como a todas as pessoas em Vila France de Xira, momentos e sítios onde pudessem procurar um pouco mais de lazer. ----------
Por isso, será necessário atuar e pensar, e a primeira medida seria alterar o horário, na medida em que o horário que é praticado não se ajusta com a realidade dos clientes e dos utilizadores. Pensa que é necessário abrirem ao final do dia, fazendo um acompanhamento de horário mais de acordo com aquele que é oferecido pelas grandes superfícies, pelos supermercados.----------
O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vereador Vítor Silva colocou uma série de sugestões, que se vão analisar, e também tem que se perguntar o que é que têm de ser os mercados hoje. ----------
Tem-se uma ideia dos mercados municipais do passado, entretanto a vida alterou-se, há ritmos de vida completamente diferentes, há ritmos de horários que se calhar têm de se alterar, e há estimulação de outro tipo de atividades para dentro dos mercados. ----------
Assim, é uma discussão que vale a pena, e está de acordo. ----------
---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
ESTRADA 248-3 – CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES----------
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo querem voltar a falar na necessidade que há no arranjo da estrada 248-3, em que o pavimento se encontra, nalguns sítios, como no Casal do Álamo, bastante perigoso, nomeadamente para os motociclos, porque já parte do pavimento cedeu, o que se torna bastante perigoso.----------
Também é assim na parte junto à escola, embora já esteja protegida com umas lombas, que em certa medida alertam para a necessidade de condução com velocidade reduzida, mas poderia ser ainda melhorada. Uma sugestão dos membros da Coligação Novo Rumo seria a hipótese de elevar um troço de pavimento e destacá-lo com outra cor ou outro tipo de piso.----------
Trata-se de uma zona com elevadíssimo tráfego automóvel, e afluência diária de alunos, que deve merecer uma atenção especial por parte da câmara municipal.----
Chamam novamente também à atenção para a necessidade de alargamento da zona dos pontões, para que os peões fiquem devidamente salvaguardados. ----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo que antes de se trabalharem as depressões e os abatimentos que a estrada tem, há um trabalho à partida para fazer, que é o de algumas centenas de milhares de euros de construção de muros de suporte de terras. Enquanto não se fizer isso aquele problema não se resolve.----------
Já teve ocasião, com o Sr. Vereador António Oliveira e com os técnicos, de estar no local, e informaram-no que enquanto não se fizerem aqueles muros não vale a pena. Pode-se fazer maquilhagem na estrada, mas não vai resolver em definitivo. O Sr. Vereador também sugere questões sobre a escola, que se vão analisar.---------
---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PRÉDIO POR ACABAR NAS RUAS JOSÉ PEDRO CÂNCIO E MANUEL DIAS - ALHANDRA -

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que gostaria de colocar uma questão à câmara municipal, embora reconheça que, se calhar, não tem meios de atuação que permitam alterar o que irá referir. ----------

Há uns anos que se encontra por acabar um edifício, ou seja, encontra-se neste momento um esqueleto de construção de um edifício que foi abandonado, em que a firma terá sido considerada insolvente na altura, nas ruas José Pedro Câncio e Manuel Dias, em Alhandra. ----------

Não sabe até que ponto há dos serviços da câmara municipal possibilidade de poder fazer algum procedimento, de modo a que aquela estrutura possa ser demolida, na medida em que, não só no aspeto exterior e visual é bastante pesarosa, como também é perigosa.----------

Agora até fica muito mais à vista, com a demolição de dois prédios antigos, que foi feita na avenida Sousa Martins.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que se vai analisar esta situação. --------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
PLANO ESTRATÉGICO DE MARKETING E TURISMO PARA O CONCELHO ----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria de fazer uma sugestão, porque na última reunião de câmara foi aprovado o Plano Municipal do Ambiente, e os membros da Coligação Novo Rumo solicitaram à câmara municipal que avaliasse a possibilidade, porque também está previsto a sua realização, do Plano Estratégico de Marketing e Turismo para o concelho. ----------
Faz sentido que possam ser avaliados em conjunto, porque com certeza que a estratégia da câmara municipal relativamente ao ambiente não será diferente, ou não poderá ser dissociada, de uma estratégia de promoção do concelho/promoção do seu turismo. ----------
Assim, valeria a pena que quem olhasse para um documento pudesse, eventualmente, olhar para o outro e o pudesse avaliar no seu todo, por muito que possam ser documentos distintos, mas que possam ter alguma integração. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador faz uma sugestão de aglutinar o plano de ambiente, aprovado na última reunião de câmara, a matéria de marketing e promoção turística, e é uma questão que pensa ser possível, e ir-se-á analisar. ----------
---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO CONTINHO – ALVERCA DO RIBATEJO----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo assistiram com alguma preocupação ao facto de, apesar de ainda não ser completamente confirmado, mas se se vier a confirmar, das obras na Escola Secundária Gago Coutinho estarem previstas só para 2016. ----------

É uma vergonha para o Estado português esta situação que se passa em Alverca do Ribatejo, e só estariam disponíveis para compreender um atraso até 2016 se existissem responsáveis pelo que se passou até hoje na escola. Como até hoje ainda não assistiram a nenhum responsável ser chamado à responsabilidade daquela vergonha, que chegou a mais de 20 milhões de euros a recuperação de uma escola, quando a do lado custou pouco mais de 6 ou 7 milhões de euros, acham que é algo que envergonha a todos, a quem exerce atuais funções, a quem exerceu funções anteriores, e ao pai, mãe, avó ou à tia.----------

Sobra este problema para os alunos e professores daquela escola, com os quais estão absolutamente solidários, e acham inaceitável que esta situação continue sem uma solução clara e objetiva para este problema.----------

Isto demonstra também uma ausência de estratégia na resolução dos problemas, porque 20 milhões de euros teriam dado para resolver problemas em mais 3 ou 4 escolas no concelho, e não se teriam tido problemas, entre eles a resolução do problema da escola de Vialonga, que é outra situação inaceitável.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que, falando do passado, não renega o facto de, provavelmente, se dever ter tido alguma cautela nas intervenções que foram feitas, sobretudo no volume, no montante que estava previsto, mas também quer dizer que não foi o Partido Socialista nem o anterior governo que veio dizer para a comunicação social, e até fez um despacho nesse sentido, que todas as escolas que estavam incompletas da parte do processo da Parque Escolar iam avançar. ----------

Há questões do passado em que é importante não cometer erros no futuro, sem dúvida, mas há responsabilidades de um governante, em quem se tem obrigação de acreditar quando diz publicamente algo, e depois vem-se a saber que a maior parte das escolas vão avançar todas, terminando as obras, e na Gago Coutinho

infelizmente, por desgraça, só em 2016 é que, eventualmente, vão começar essas mesmas obras. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ENTRADA NORTE DA CIDADE DE VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à entrada norte da cidade de Vila Franca de Xira, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber se a câmara municipal tem conhecimento do projeto da Estradas de Portugal, e se poderia dar dele conhecimento para, em conjunto, avaliarem o projeto de intervenção numa zona realmente importante para a cidade, e numa zona que é considerada um ponto negro. ----------

Portanto, dever-se-ia aproveitar esta intervenção para resolver uma boa parte dos problemas na entrada da cidade de Vila Franca de Xira.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que irá disponibilizar os documentos que a câmara municipal tem acerca disso.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
DERROCADA DA ENCOSTA DA URBANIZAÇÃO DA RAPOSEIRA – SÃO JOÃO DOS MONTES----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à derrocada da encosta da urbanização da Raposeira, em São João dos Montes, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber em concreto o que se passou, e se aquele parque infantil que ali está é seguro, porque esteve vedado, e entretanto está de novo reaberto. Assim, gostavam de ter acesso a essa informação, para que se possa avaliar a segurança de todo aquele espaço e toda aquela zona. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador António Oliveira irá falar sobre este assunto. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que naquele dia em que a proteção civil é alertada pela iminência de queda de um pedregulho em plena curva, na rotunda, o próprio esteve no local com a proteção civil e os serviços do DOVI – Departamento de Obras Viaturas e Infraestruturas, tendo-se feito deslocar rapidamente as retroescavadoras. Para a proteção civil, PSP e serviços dos SMAS, o primeiro ataque a fazer foi destruir completamente toda a iminência de queda ou derrocada que se encontrava ali, e posteriormente ir à descoberta do motivo. --------

Neste momento, a proteção civil e os serviços da câmara municipal e SMAS não levantaram qualquer questão, esperou-se uns dias para verificar se aquelas encostas podiam ficar secas, e assim veio a acontecer. Os laboratórios dos SMAS estiveram no local mais que uma vez para fazer inspeções e análises à água que, no início, ali aparecia, e, por ironia do destino, tudo aquilo veio a secar, a água não é a chamada água da rede, mas o facto é que aquilo ao longo dos dias veio a acontecer.----------

Houve conhecimento que está ali uma conduta da Solvay, está em carga, não está em utilização, e neste momento os SMAS estão a fazer a monitorização de toda aquela zona, mas aquilo secou, o que não quer dizer que não haja problema, e gostariam de ter a certeza. Não é água da distribuição, não foi pontual, foi gradual, foi acontecendo, e para proteção também foram colocadas três barreiras "new jersey" na rotunda. Neste momento está-se num trabalho de verificação, mas tudo aquilo secou e ficou aparentemente resolvido. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

QUESTÕES RELACIONADAS COM A ORDEM DO DIA ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se passará para a ordem do dia, e no fim, se sobrar tempo, e julga que se conseguirá ser suficientemente sintético, poderão ser dados alguns esclarecimentos que os Srs. Vereadores pretendam. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que o ponto 44 está agendado há mais de um mês, há cerca de 2 meses, e os membros da Coligação Novo Rumo solicitam que se possa discutir entretanto, porque senão vai passar mais uma reunião e não se vai discutir, e entretanto o tempo passa.----------

Interveio o Sr. Presidente, sugerindo que se desenvolvam e discutam os pontos que os Srs. Vereadores, de uma bancada e de outra, querem levantar, e logo após a intervenção do público tomar-se-á esse processo, a menos que haja coisas urgentes que têm mesmo de ser aprovadas, pedindo neste sentido ao Dr. Fernando Barreiros para ver, analisar e depois dizer algo sobre essa matéria.----------

Assim sendo, há pedidos de intervenção nos pontos 1, 5, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 29, 30, 37, 42, 43 e 44, estando os restantes pontos aprovados por unanimidade.----------

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU já estão a ver no que isto vai dar.----------

Respondeu o Sr. Presidente que leva ao que os Srs. Vereadores quiserem, pois se se for económico na explanação das coisas, dará. Se não se for, dará outra coisa, e não sabe o que é que advirá de reuniões com 11 ou 12 horas, em termos de capacidade de raciocínio, ao fim de 6 horas.----------

Contudo, se houver necessidade, para conforto do Sr. Vereador Nuno Libório, de se fazerem reuniões extraordinárias, far-se-ão. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que sim, desde que a população do concelho tenha horário para funcionar e participar. ----------

---

---

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO – MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO E MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 324/14, de 03/09, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da modificação objetiva do contrato nº 36/2013, celebrado com a Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA, referente à contratação de seguros para o município, que se revela num acréscimo de compromisso de 19 994,24€, bem como da minuta da adenda ao contrato, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 324/14, de 03/09, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Presidente, informando que houve alteração, produzida pelo Ministério da Administração Interna, nos seguros relativos aos bombeiros, para terem uma cobertura mais ampla, justamente, na opinião da câmara municipal. No entanto isso traz outro tipo de encargos, o que quer dizer que tem que ser comtemplado na carteira de seguros da câmara municipal. ----------
   Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a questão era exatamente essa, perguntar, com esta alteração, qual é a cobertura mínima dos bombeiros face a esse seguro da câmara municipal.----------
   Há outros municípios que aumentaram a cobertura do seguro para que, em caso

de morte, que toda a gente espera que não aconteça, ou de algum outro tipo de acontecimento, os bombeiros e as suas famílias tenham alguma situação. Apesar de não serem os meios financeiros ou as condições que pagam o desaparecimento, ou alguma situação mais grave que possa acontecer, devem-se efetivamente compensar estes cidadãos, que dão um pouco do seu tempo ao serviço de todos. ----------

O que os membros da Coligação Novo Rumo querem saber é, apesar da alteração do MAI, qual é a cobertura mínima a que os bombeiros ficam sujeitos. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que é a cobertura que vai ao encontro da exigência legislativa produzida pelo MAI. ----------

A outra questão que o Sr. Vereador Rui Rei coloca vai para além disso, no entanto quer lembrar, e o Sr. Vereador sabe, pelo que não é propriamente lembrar, na medida em que Sr. Vereador tem isso bem presente, que o Município de Vila Franca de Xira é dos municípios que mais apoia os seus bombeiros. ----------

De qualquer modo, neste momento, o que é importante é salvaguardar a compatibilização da legislação produzida, e por isso, há um acréscimo deste valor, que se vai juntar à prestação de serviço que o município tem com a Companhia de Seguros Allianz Portugal. ----------

O que o Sr. Vereador Rui Rei colocou são questões mais amplas, mas o que tem de se resolver de imediato é este problema, senão os bombeiros ficam a descoberto. -

Disse ainda não ter presente, mas para que o Sr. Vereador fique com informação ainda mais detalhada sobre a questão colocou, passa a palavra ao Sr. Vereador António Félix, para informar qual a cobertura que é agora exigida pelo Ministério. --

Interveio o Sr. Vereador António Félix, referindo que tal como o Sr. Presidente já disse, o que se fez foi adequar o seguro à portaria que foi publicada, e que revogou a anterior. ----------

Em termos gerais, pode dizer que em caso de acidentes pessoais por morte a indeminização é igual a 250 vezes a retribuição mínima mensal garantida mais elevada, em termos de invalidez permanente a indeminização é igual a 250 vezes a retribuição mínima mensal garantida mais elevada, por incapacidade temporária, parcial ou total, até 0,15 vezes a retribuição mínima mensal garantida mais elevada por dia e em termos de despesas de tratamento e medicamentos, é

até ao montante equivalente a 100 vezes a retribuição mínima mensal garantida mais elevada. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE RAÇÕES PARA ANIMAIS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 307/14, de 26/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, relativo ao fornecimento em contínuo de rações para animais. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 307/14, de 26/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE NOVAS VERSÕES DE SOFTWARE MEDIDATA/APLICAÇÕES SIGMA PARA OS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – INÍCIO DO PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 312/14, de 22/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação das peças concursais e autorização para início do procedimento por ajuste direto critério material, para aquisição de novas versões de software Medidata/Aplicações Sigma para os serviços da câmara municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 312/14, de 22/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AVAC E DE ÁGUAS QUENTES SANITÁRIAS DO PAVILHÃO MULTIUSOS DE VILA FRANCA DE XIRA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 320/14, de 02/09, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para manutenção do sistema de AVAC e águas quentes sanitárias do Pavilhão Multiusos de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 320/14, de 02/09, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E ACABAMENTO DE SEIS EDIÇÕES ANUAIS DO BOLETIM INFORMATIVO MUNICIPAL – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 321/14, de 02/09, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de impressão e acabamento de seis edições anuais do Boletim Informativo Municipal, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 321/14, de 02/09, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que após os membros da Coligação Novo Rumo analisarem o documento e de ter vindo de novo esta proposta para edição de mais boletins, chamam a atenção para três questões, neste momento:---

   Em primeiro, se se olhar para o atual boletim, na última página, quando publica as decisões tomadas na reunião de câmara, em determinada altura diz "aprovado por maioria", por exemplo, e deveria especificar quem votou a favor, quem se absteve e quem votou contra, e o mesmo no que diz respeito aos pedidos de agendamento de propostas, que são discutidas, deve ser identificado claramente quem agenda e quem toma as posições. É importante para que quem lê saiba o que é que cada um pensa, o que cada um decide e o que cada um vota. ----------

   Dada a periocidade que a câmara municipal neste momento coloca neste boletim,

os membros da Coligação Novo Rumo perguntam se, face à legislação em vigor, este boletim não pode trazer em si mesmo muitos dos editais que a autarquia publica na comunicação social. Ou seja, do seu ponto de vista, este boletim, com o valor que é proposto, pode passar a ter em si mesmo a eficácia de muitos dos editais que a câmara municipal coloca na comunicação social. Gostariam de saber se isso é assim.----------

Em último lugar, para si há uma diferença entre bimestral e bimensal, e era preciso que lhes explicassem, porque lhes parece que são 18 edições bimestrais, que será um boletim duas vezes por mês, mas eventualmente podem ter avaliado mal.----------

Terminou, dizendo que estas são as três questões que gostariam de ver clarificadas.----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que responderá às questões colocadas, mas antes disso dará conta que, de facto, a câmara municipal emitiu o primeiro número, foi um trabalho interessante, sob o ponto de vista de se procurar colocar um conjunto de informações que há muito, em termos de papel, a câmara municipal não editava.----------

Os membros do executivo estão disponíveis, e estão a refletir em termos dos serviços, formas de se ir sempre melhorando de edição para edição este instrumento de comunicação, e estão abertos a que possa haver outros contributos relativamente ao modo como as informações podem aparecer de forma mais apelativa.----------

A ideia original é que este boletim possa ser bimestral, ou seja, que apareça de dois em dois meses, se fosse bimensal seria duas vezes por mês, mas a ideia é que seja uma vez de dois em dois meses. Há outras câmaras municipais que o fazem, de 15 em 15 dias, mensal, ou bimensal, e há algumas que fazem de três em três meses.----------

Numa situação de dois em dois meses, e uma vez que as reuniões da câmara municipal são de 15 em 15 dias, o número de deliberações que entretanto se vai tendo é muito grande. Neste primeiro boletim crê que só lá estão as deliberações de uma reunião de câmara, mas irão passar a estar, em princípio, de 4, ou eventualmente de 5, dependendo do número de reuniões que se realizem

entretanto, o que pode, sob o ponto de vista da informação relativa a cada uma das deliberações, também ter que se adensar, ou condensar a informação.----------
Fica este registo levantado pelo Sr. Vereador Rui Rei, não sabe se fisicamente será possível ou não, mas vai-se ver como é que esta questão se resolve.----------
Noutros municípios o que tem havido para a elaboração dos editais, e nalguns casos até para a publicação das deliberações, é uma espécie de encarte que vem dentro do boletim, mas isso já não cabe dentro do número de páginas, porque optou-se por fazer um número de páginas pequeno relativamente ao que é o universo da prática municipal, no entanto, estando presente o responsável desta área, dir-lhe-ia para pensar em todas estas questões que foram levantadas.----------
Há uma outra questão, que tem a ver com o tipo de editais, face ao tipo de ações que publicitam, uma vez que de dois em dois meses pode ser tardio para a publicação de alguns editais, outros poderão mesmo referir a publicação nos órgãos de comunicação social, mas é uma questão que o técnico responsável pela Divisão de Informação ficará de pensar, para perceber se é ou não é possível.-------
No entanto, diria que, a não ser que se faça um encarte, acha muito difícil conseguir pôr toda a informação e todos os editais que entretanto a câmara municipal tem necessidade de emitir, nomeadamente os editais de condicionamentos de trânsito, que são coisas muito imediatas e que estão sempre a sair, portanto, esses nunca poderiam ser incluídos, dos cemitérios também há um conjunto de editais que sai regularmente, mas pode haver outro tipo de editais, nomeadamente de aberturas de concurso, etc., que em teoria possam vir a ser incluídos neste boletim.----------
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que há matérias que são fáceis de resolver, como especificar melhor o sentido de voto, e bem assim como o agendamento que é feito pelas diversas bancadas, sendo que esta questão dos editais, do seu ponto de vista, é preciso juridicamente avaliar se isso é possível ou não, pois acha que a própria lei determina que se tenha que publicitar em jornais nacionais, às vezes, e até regionais.----------
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo querer fazer uma sugestão muito rápida. Julga que no boletim municipal faria todo o sentido, não ter especificamente o e-mail de cada um dos vereadores, mas pelo menos o e-mail de

cada uma das forças politicas, e ao invés de aparecer como nota de rodapé nos textos que são da responsabilidade de cada uma das forças politicas, haver um espaço, se calhar no final, com o contacto de cada uma das bancadas. ----------

Se se reparar, os membros da CDU não colocaram o contacto porque pensaram que iria aparecer no boletim o respetivo contacto de cada uma das forças políticas, mas como agora verificaram que isso não existe, gostariam que passasse a existir, acham que faz todo o sentido, em vez de estarem a ocupar espaço na sua pequena coluna.----------

Respondeu o Sr. Presidente que isso será feito, e ir-se-á melhorar o que for possível, porque é dos boletins mais democráticos do país, e como tal os membros do executivo estão sempre disponíveis para ampliar justamente aquilo que deve ser a procura de dar voz a todos. ----------

Está muito satisfeito com este boletim, sinceramente, por um lado porque lhe parece um bom trabalho, naturalmente que a câmara municipal tem que mostrar o que faz, é inevitável, mas também é justo que todas as forças políticas tenham voz neste boletim. ----------

Está francamente satisfeito que pela primeira vez isto tenha acontecido nesta câmara municipal, sendo de referir que é raro, o próprio não conhece, é provável que haja, mas é raro um boletim municipal dar voz também às oposições, e está muito satisfeito por isso. ----------

Terminou, dirigindo-se à Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que, por isso, ir-se-á melhorando de acordo com as sugestões que lhes forem chegando.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

---

---

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SIMPLES A 22 ELEVADORES INSTALADOS NOS VÁRIOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 322/14, de 02/09, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção simples a 22 elevadores instalados nos vários equipamentos municipais, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 322/14, de 02/09, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

Assunto: CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DA CASTANHEIRA DO RIBATEJO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO----------

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2014/08/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da cedência em direito de superfície à Associação de Promoção Social da Castanheira do Ribatejo, de um prédio urbano sito na rua Prudêncio Duarte Correia, na Vala do Carregado, União de Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, com a área de 1 901,45 m2, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2137 P e descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira pela ficha 1871 da freguesia da Castanheira do Ribatejo, com atribuição, como avaliação, do valor de 45 602,00€, por um prazo de 50 anos, prorrogáveis por períodos de 5 anos, e o pagamento anual de um cânon superficiário de 912,00€, bem como posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. ---------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que, tal como os membros da CDU já tinham dito na última reunião, é evidente que não põem qualquer obstáculo a esta cedência. Colocaram algumas questões que foram tomadas em consideração, e registam o facto do Sr. Vice-Presidente, que presidiu a essa reunião, ter levado o assunto ao Sr. Presidente e terem-se colocado as questões dos membros da CDU à APS, que respondeu a praticamente todas as suas dúvidas.

É evidente que sobre os acordos de cooperação com o Instituto de Solidariedade de Segurança Social as suas dúvidas não lhes dão conforto, mas é mesmo assim, segundo diz a carta da APS, antecipadamente não há garantia de haver acordo com a Segurança Social, acontece "à posteriori", depois da instituição ter as instalações. ----------

As instalações serão adaptadas, reconvertidas e depois pode-se dar o caso, mas "é da vida", como aconteceu com a ARIPSI – Associação de Reformados e Idosos da Póvoa de Santa Iria, de não haver acordo, e as dificuldades que isso traz, mas não é por isso que os membros da CDU, como disse, vão colocar qualquer obstáculo. No entanto queriam acrescentar apenas mais duas perguntas àquelas que fizeram na última reunião: ----------

Na primeira carta da APS vem um pedido de subsídio de 74 000,00€ para o projeto, e gostariam de saber, se for possível, já hoje, qual o grau da comparticipação da

câmara municipal em toda esta situação, ou seja, qual é a comparticipação que vai ter nestas obras. ----------

Gostariam também de saber se houve avaliação de outros parceiros do género, se outras instituições não mostraram interesse no edifício, ou se não tiveram condições de o fazer. ----------

Não é nenhum "presente envenenado", porque, pela sua parte, não sabe mesmo, e como é evidente os membros da CDU vão viabilizar a cedência, mas gostariam que estas duas questões fossem esclarecidas. ----------

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que, na continuação das questões que os membros da Coligação Novo Rumo levantaram na última reunião de câmara, efetivamente nada têm contra a APS, pelo contrário, só têm um conceito de idoneidade importante e completo, mas a pergunta que colocam é até que ponto é possível haver uma atualização do cânone superficiário anualmente. ---------

Já sabem que, pela informação dos serviços, não é prática corrente fazerem-se essas atualizações e que realmente em termos de equidade seria difícil começar-se a praticar para uns e para outros não se ter praticado, aceitam perfeitamente. -------

Também nas contas há um valor que não sabem como é que foi calculado, primeiro tem 1 901,45€ x 1,50€, que dá 2 852,00€, que somados à avaliação do edifício dá 45 602,00€, mas depois tem por baixo 1 473,70€ x 1,50€, não sabem como foi calculado este último valor. É uma questão de pormenor, não tem qualquer influência para a sua aprovação. ----------

Outra questão que pretendem colocar já foi levantada pela bancada da CDU, é até que ponto é que houve alguma abordagem a outras instituições para realmente lhes perguntar se estariam interessadas, embora reconhecendo que em termos de capacidade e de idoneidade a APS oferece todas as garantias. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, como todos sabem, e conhecem tão bem como os membros do PS, estas instalações que ficaram desocupadas na sequência da devolução à câmara municipal por parte da associação a quem tinham sido cedidas, foram discutidas e conversadas entre as diversas associações da Castanheira do Ribatejo, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social, porque as pessoas conhecem-se todas, e no caso daquela freguesia nem sequer são muitas, portanto é natural que tenham

conversado. De qualquer maneira o impulso e a oportunidade que surgiu veio efetivamente da APS, que tinha há bastante tempo vontade de começar também a avançar por esta área, uma vez que se dedica mais à infância, mas tem todas as condições técnicas para poder avançar para esta área, e tomou também a iniciativa de tentar, e crê que usou esta expressão há 15 dias atrás, "atirar o barro à parede" junto do Ministério da Segurança Social, para perceber se a Segurança Social estava ou não estava em condições de secundar um processo destes, mesmo que não seja ainda em termos de acordo, e também não foi ainda em termos de comparticipação para a obra. O que a Segurança Social veio dizer foi "sim senhor, este projeto adequa-se ao que nós consideramos que deve ser um lar para a terceira idade". Na sua opinião este já foi um passo importante, e por isso considera que este ponto de entrega do edifício em direito de superfície vem criar as condições à APS para tentar "pressionar" um pouco mais a Segurança Social sobre esta matéria. ----------

O município não sabe o que é que o Estado pode avançar em termos de verba para patrocínio de novos programas no âmbito da ação social, o que sabe é que neste momento está tudo congelado, há bastante tempo que nem via PIDDAC, nem via QREN há verbas disponíveis para esta matéria, mas não acredita que o próximo Quadro Comunitário de Apoio, que também ainda ninguém sabe muito bem como é que vai ser, deixe de fora a área da terceira idade, uma vez que o país está a envelhecer, sendo natural que seja uma área prioritária em termos de acompanhamento por parte do Governo.----------

A expectativa da câmara municipal é que a APS possa vir a ter apoio financeiro por parte do Estado para a realização das obras que forem necessárias, e que venha a ter também acordo.----------

No caso da ARIPSI não é que não tenha havido acordo, houve acordos, mas ainda não para a totalidade das camas daquela instituição. ----------

Cada vez mais é assim, sob o ponto de vista da filosofia da própria Segurança Social nesta matéria, não é a de deter a comparticipação a 100% das camas, tal como os lugares em creche, ATL, etc., cada vez mais a perspetiva é que detenha uma parte e que permita à instituição fazer a sua sustentabilidade e um apoio a outro tipo de mercados, que não o da Segurança Social, sendo esta a filosofia

neste momento do Ministério. ----------

Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo desculpa, mas solicitando ao Sr. Vice-Presidente que recentre a questão, porque as outras questões hão de se resolver certamente com a Segurança Social. ----------

Justificou o Sr. Vice-Presidente que a questão foi colocada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, por isso é que estava a dar resposta, mas a última situação que o Sr. Vereador também levantou, mais concreta, e que tem a ver como é que a câmara municipal se pode envolver na comparticipação, quer do projeto, quer da obra, as regras estão completamente definidas no Programa de Apoio ao Movimento Associativo. ----------

A câmara municipal comparticipará até 40% do valor do projeto, desde que a obra seja comparticipada pela Administração Central. ----------

Caso a obra venha a ser comparticipada pela Administração Central, o município comparticipa até 25% do valor da obra, desde que não seja essa parte comparticipada pelo Governo, até um determinado montante máximo, que também se encontra definido no Programa de Apoio ao Movimento Associativo.------

As regras são estas, assim que haja o despoletar da verba por parte do Estado para a obra, a câmara municipal então faz as suas comparticipações em consonância. --

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que, agora que o processo, pelo menos esta parte da cedência em direito de superfície termina, com a aprovação, assim pensa, por unanimidade da câmara municipal, os membros da CDU gostariam de pedir ao Sr. Presidente que processos destes não voltem a acontecer, passando a explicar porquê.----------

Há mais de um ano, sensivelmente um ano e dois meses, se a memória não lhe falha, os membros da CDU trouxeram à câmara municipal, no período antes da ordem do dia, precisamente este assunto, a cedência em direito de superfície das instalações da Associação da Vala do Carregado à APS. ----------

Perguntaram à anterior Presidente de Câmara se isto era verdade, porque estranhavam saber desses assuntos por pessoas terceiras a este órgão. Na altura, o que lhes foi dito pelo Partido Socialista foi que os membros da CDU davam muita importância às conversas de café, e que a CDU deveria ter mais atenção àquilo que ouvia nas esplanadas desses mesmos cafés. ----------

De facto, aquilo que hoje aconteceu, para bem do município naturalmente, porque esta cedência em direito de superfície à APS, entidade idónea como foi dito, é uma mais valia para todos, é a prova que a CDU não embarca em conversas de café, e que quando traz a reunião de câmara assuntos desta importância, fá-lo com alguma fundamentação.----------

Deste modo, aquilo que pedem é que para a próxima vez que algum membro do Partido Socialista tenha este tipo de conversas com as instituições, que o faça com muito cuidado, e que dê a conhecer primeiro a este órgão, câmara municipal, as suas pretensões, para que todos possam discutir o assunto. ----------

Certamente que esta cedência, como já foi dito, deve ter sido conversada em várias entidades, nomeadamente na Comissão Social da Freguesia da Castanheira, onde a câmara municipal tem assento. Naturalmente que isto foi conversado com os parceiros sociais desta freguesia, e aí se viu a necessidade de mais um equipamento para a terceira idade. Recorda que na freguesia da Castanheira existem outras duas instituições com esta valência, nomeadamente a APATI – Associação Promotora de Apoio à Terceira Idade e o Lar Betel, são instituições que já têm inclusivamente acordos com a Segurança Social, e sabem, ainda agora o Sr. Vice-Presidente referiu, que esse tipo de acordos infelizmente estão fechados pelo Governo, que já prejudicou inclusivamente a própria ARIPSI, como se sabe.----------

Era bom que estas coisas fossem discutidas de outra forma, e que os membros da CDU, enquanto membros da câmara municipal tivessem acesso a toda a informação, para que não façam mais o papel de ignorantes, e depois na reunião de câmara levarem como resposta que, de facto, a CDU é uma força política que vai muito às esplanadas, até pode ir, mas quando o faz não é certamente neste tipo de responsabilidades. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo não se recordar dessa troca de impressões, provavelmente foi feito num daqueles momentos em que estão um pouco mais libertos, e não são ditas para ofender seja quem for.----------

De qualquer modo, fica com este registo que acabou de referir, porque quanto mais as coisas forem discutidas, se calhar melhor se chega a bom porto nas soluções.----------

Antes de passar a palavra ao Sr. Vereador Rui Rei, queria apenas dizer que aquilo

que importa referir é que num local como a Vala do Carregado, que necessita tanto de um equipamento com estas características, certamente ir-se-á conseguir que aquela população tenha os cuidados que são necessários numa população tão envelhecida.----------

Isso é o que lhe importa verdadeiramente, sem pôr em causa o que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso acabou de dizer, mas é fundamentalmente aquilo que julga importante referir e trabalhar.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, começando exatamente pela última intervenção do Sr. Presidente, indo buscar uma frase, com a qual concorda, que é preciso ter-se prudência naquilo que se afirma, porque depois pode-se não ter condição de cumprir no momento a seguir. ----------

Diz isto porque tem muitas dúvidas, para não dizer que não vai acontecer, que aquele equipamento na Vala do Carregado não vai servir a população da Vala do Carregado, por uma razão muito simples, a esmagadora maioria daquela população não tem 900,00€ para suportar uma renda mensal para estarem numa instituição, e num quarto, que é o que se paga sensivelmente na ARIPSI, ou nem sequer tem 500,00€ para pagar isso. ----------

Quando se fala destas coisas, tem que se saber quanto é que vai custar o projeto, quanto vai custar a obra e quanto vai custar o final, sem financiamento da Segurança Social, e com financiamento da Segurança Social. E aqui entronca-se numa coisa, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo era mais simples que alguma instituição com "know how" pudesse fazer esta valência, em vez de uma instituição que não tem "know how" e que vai entrar de novo, que vai ter que aprender, vai ter que contratar, vai ter que fazer, vai ter que duplicar serviços, quando o que se deveria estar a fazer nesta fase era a consolidação das instituições, ou contribuir para isso, porque não compete à câmara municipal tomar decisões pelas instituições, mas compete-lhe racionalizar os apoios.----------

Compete à câmara municipal tomar decisões face ao território, para não se cometer o mesmo erro que se cometeu na Vala do Carregado na primeira vez, em que se gastou lá uma fortuna e a instituição fechou passados 6 meses, e tudo isto pago com dinheiro público.----------

Referiu a questão da ARIPSI ou da ARPIV – Associação de Reformados, Pensionistas

e Idosos de Vialonga, dizendo que nestas duas instituições, começando pela ARPIV e depois pela ARIPSI, não se aplicou a regra que o Sr. Vice-Presidente disse. A ARPIV foi paga integralmente pela câmara municipal, e a ARIPSI só não o foi porque a meio do jogo se conseguiu arranjar um financiamento.----------

Já está na câmara municipal há uns anos, e se puser a suas mãos no fogo não se vai queimar, apesar de que a chuva ajudava a abrandar. A câmara municipal, por razões estritamente políticas, fez uma "negociata" por causa da ARPIV, que ainda hoje não está resolvida, e fez um conjunto de compromissos que nunca vieram a reunião de câmara. A anterior Presidente de Câmara fez esses compromissos todos, depois disse que era mentira, mas o anterior Presidente da Junta de Vialonga veio dizer que era verdade, e ainda hoje aquilo não está no nome da ARPIV, se não está enganado.----------

O PS assumiu um conjunto de compromissos que nunca honrou com o promotor, e o próprio, vereador na câmara municipal já à época disse, "desculpem lá, os senhores fazem na ARPIV e não fazem na ARIPSI, na Póvoa de Santa Iria, quando tem todas as condições e necessidade". O executivo PS foi pressionado e lançou e apoiou a ARIPSI, mas ao início sem compromissos, a câmara assumiu e depois é que avançou. ----------

Tanto avançou que à época, e está absolutamente convencido que hoje não acontecerá, mas "a malta às vezes já vê porcos a andar de bicicleta", pode acontecer tudo, mas o que diz é que acha difícil algum Governo hoje apoiar um projeto, uma construção, sem ter apoio a seguir, seja para 100%, para 80% ou para 60%. Acha difícil que um governante hoje se vá expor a apoiar uma instituição que não lhe dá a seguir financiamento e corre o risco de ficar fechada, ou então transforma uma IPSS num lar de luxo, com financiamento público, o que acha que é "pornográfico".----------

Não tem nada contra, muito pelo contrário, na Póvoa de Santa Iria também existe, no concelho e na área metropolitana existe, e quem tem condições financeiras deve escolher para onde vai, agora, a maioria da população que não tem condições financeiras não admite, e bem, que dinheiros públicos financiem, eventualmente, lares de luxo, não pode admitir. ----------

Por isso diz, e volta a recentrar, se é absolutamente essencial esta valência, no

limite até pode ser a câmara municipal a comparticipar o projeto e a construção. Fez isso em Vialonga, fez isso originariamente na Póvoa de Santa Iria, pode fazê-lo na Castanheira do Ribatejo, se for essa a necessidade que a câmara encontre com os parceiros locais, os membros da Coligação Novo Rumo não têm nada contra. -----

Os membros da Coligação têm dúvidas, nada têm contra a APS, mas foi perguntado ao então candidato do Partido Socialista antes das eleições autárquicas, por alguns presidentes ou membros das associações, o que iria acontecer com as instalações da Vala do Carregado, e foi respondido que a câmara municipal não tinha ainda nenhuma decisão. ----------

O que a esmagadora maioria das instituições da Castanheira acha é que já estava tudo combinado com a APS, isto é claro, os membros da Coligação Novo Rumo perguntaram e foi-lhes respondido. E mais, disseram-lhes que as associações não foram questionadas face a esta intenção, e se não foram, acham que por uma questão de transparência deveriam ser questionadas se têm condições financeiras, se têm projeto, se acham que o podem fazer, e no limite a câmara deveria estimular a associação entre instituições. Porquê? Se calhar há equipamentos e já não era necessário aquele ser construído, há obras que poderiam não ser feitas ali porque já estão feitas noutros sítios, até, no limite, não sabe se a lavandaria da APS tem condição para ali, se pode ou não, reconhece que não avaliou, mas com certeza que seria importante avaliar toda esta área. ----------

Não sabe se a câmara municipal avaliou ou não se obras num edifício como aquele, que foram feitas para a atividade específica que foi feita, é a melhor solução para se readaptar para um equipamento de idosos. ----------

Na prática, o que se irá fazer é um edifício novo, com a exceção do esqueleto, só não se irá construir o esqueleto, entenda-se as fundações, os pilares e as vigas, porque em tudo o resto, um edifício novo vai ser destruído para construir de novo. Pergunta se é a melhor solução, se é a solução mais eficaz e mais barata para isto.

Por último, o valor que a APS pede pelo projeto, aproximadamente 70 000,00€, se fosse há 10 anos, até poderia ser um projeto "porreiro", mas o próprio acha o projeto caro, e dever-se-ia pôr à concorrência, porque hoje, eventualmente por metade, arquitetos com capacidade demonstrada e que fizeram outros projetos, se calhar até fariam esse projeto. ----------

Na sua opinião a câmara municipal só deve comparticipar um projeto se tiver a certeza que se vai fazer a obra, porque comparticipar um projeto para ficar na gaveta nos próximos 3 ou 4 anos, quando daqui a esse tempo se irá ter que rever o projeto todo, parece-lhe um pouco desfasado, a não ser que a câmara municipal e a instituição, esta ou outra, entendam que há condições para se construir. Então a câmara municipal deve fazer aquilo que está no acordo, ou aquilo que é estrategicamente importante para a população do local. ----------

Esta era a reflexão dos membros da Coligação Novo Rumo, para que no futuro, e não é como diz sempre o Sr. Presidente da República, "eu avisei", é uma reflexão, porque acham que a câmara municipal ainda está a tempo de perguntar, de avaliar e de decidir de uma forma sustentada. ----------

O próprio também gostava de ter algumas coisas que não tem, embora não perca muito tempo com isso, mas efetivamente se não tem, não vale a pena estar a perder tempo e vir a ter, ou então vir a ter para depois ter efetivamente um problema e não o benefício.----------

Acha que neste caso se está em tempo de avaliar e de pôr toda a gente a trabalhar em conjunto, porque nos momentos em que se vive, está-se em momentos de associação e não em momentos de se estar em divergência e concorrência na área social, nomeadamente na área social, que tem um forte financiamento do sector público local. ----------

Queria apenas dizer que, mesmo assim, se a câmara municipal avançar, deve, porque vai ter financiamento, a exemplo do que reserva a Segurança Social, reservar espaços que sejam para claro interesse dos cidadãos do concelho, porque vai pôr dinheiro na instituição, nesta ou noutra qualquer, e não faz sentido que a Segurança Social imponha reservas e a câmara municipal amanhã tenha um problema social sério e não tenha um espaço onde possa dizer "este idoso pode ir para ali porque passa dificuldades sérias e terá ali um tratamento humano, sério e digno, que merece como outros que têm posses". A câmara municipal deveria acautelar isto, para futuro, em todos os apoios que dá, seja de idosos, seja de crianças, porque há muitos idosos e muitas crianças que os pais não têm condições para os colocar mesmo nas instituições mais baratas do concelho. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que foram feitas algumas

recomendações, sugestões e reflexões, que não comentará muito, na medida em que julga que já se investiu o tempo suficiente na discussão deste ponto. ----------

Só quer dizer que está de acordo com uma questão de princípio que é fundamental, a câmara municipal vai certamente ajudar na construção das obras que são necessárias para adaptar aquele espaço para o equipamento para terceira idade, mas crê que a instituição tem que alterar os seus estatutos no sentido de que os utentes que vêm sinalizados da Segurança Social têm que ser obrigatoriamente da zona de influência onde a instituição está sediada.----------

Se a instituição alterar os seus estatutos nesse sentido, a Segurança Social não poderá obrigá-la a colocar um utente doutro concelho qualquer, como habitualmente faz. ----------

Por outro lado, as pessoas que são sinalizadas pela Segurança Social, são pessoas com baixos rendimentos, o que quer dizer que irão pagar a sua pequena reforma e não mais do que isso. Outras pessoas que não são sinalizadas pela Segurança Social vão ter que pagar os valores que são praticados na própria instituição.---------

Posto isto, põe o ponto à consideração dos Srs. Vereadores, crendo que estão em condições de votar favoravelmente, tendo em consideração também as sugestões que foram feitas.----------

Terminou, concluindo que o ponto foi aprovado por unanimidade. ----------

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------

---

---

1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DO 2º GRAU – CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE CONTROLO ORÇAMENTAL E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO JÚRI----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 494/14, de 02/09, do DGAFJ/DRH, para aprovação da abertura do procedimento para recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia do 2º grau – Chefe da Divisão Municipal Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação do júri. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 494/14, de 02/09, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – TÉCNICO SUPERIOR – ENGENHEIRO CIVIL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 488/14, de 29/08, do DGAFJ/DRH, para remessa à assembleia municipal para aprovação da renovação do prazo, por mais seis meses, para homologação da lista de classificação final do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado – Técnico Superior – Engenheiro Civil.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 488/14, de 29/08, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO PARQUE LINEAR RIBEIRINHO ESTUÁRIO DO TEJO – PRAIA DOS PESCADORES E CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 292/14, de 11/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação do início e da escolha do procedimento de concurso público de concessão da exploração do Parque Linear Ribeirinho Estuário do Tejo-Praia dos Pescadores e Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem, bem como do júri e das peças concursais, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização da celebração do contrato de concessão, nos termos da alínea p), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 292/14, de 11/08, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que este ponto versa sobre uma proposta de concessão de um espaço na Póvoa de Santa Iria, espaço que foi construído e apresentado desde sempre à população como um espaço de excelência para fruição da própria população, que iria permitir e permite o livre acesso da população à zona ribeirinha. ----------
Está-se agora perante uma tentativa de concessão daquele que é um espaço público de excelência para uma exploração privada, e perante a tentativa de concessão de um equipamento público, de natureza pública, pago com dinheiros

públicos, comunitários, com regras específicas no Quadro Comunitário de Apoio financeiro existente, o que levanta aos membros da CDU sérias dúvidas. Deve ficar claro que nada têm contra a possível concessão do espaço de cafetaria, e até acham bastante normal que tal viesse a acontecer, mas concessionar todo o espaço, de acordo com a planta que lhes é apresentada e daquilo que é o objeto do caderno de encargos apresentado, parece-lhes excessivo, e não concordam rigorosamente nada com a tentativa de concessionar um espaço de utilidade pública, de utilização pública para estas funções. ----------

Se se tiver em conta também o caderno de encargos, que tiveram oportunidade de ler exaustivamente, consideram-no vago naquilo que poderão ser as possibilidades de exploração dos serviços por parte do futuro concessionário, parece-lhes vaga a possibilidade de exploração económica e financeira das atividades que poderão vir a ser executadas, e cria-lhes sérias dúvidas até que ponto um espaço que atualmente é público e de livre utilização por parte da população possa, de um momento para o outro, vir a ficar com restrições de livre utilização por parte da população, se efetivamente o futuro concessionário vier a cobrar algumas atividades ou a utilização de alguns dos equipamentos desta unidade territorial, como por exemplo o parque de merendas, o campo de vólei, o próprio parque de estacionamento. ----------

Consideram que o caderno de encargos é omisso nestas matérias, não clarifica cabalmente o que é que pode ou não ser alvo de exploração comercial, pelo que não concordam com a intenção de concessionar toda a área, que ascende a mais de 20 000 m² de parque público, para exploração privada. ----------

Por outro lado, não aceitam, nem concordam minimamente com a tentativa de concessionar a um privado o Centro de Interpretação Ambiental e da Paisagem - CIAP. ----------

O CIAP é um equipamento que deverá, na opinião dos membros da CDU, ser gerido, explorado e dinamizado pela câmara municipal, em colaboração com os seus departamentos de ambiente, educação e cultura, não podendo, nem carecendo sequer da intenção de vir a ser entregue à exploração privada, ainda pra mais, e não se pode esquecer, que na última reunião de câmara foi aprovada a contratação de um serviço para a execução do Plano Municipal de Ambiente, que

agora se vê um pouco amputado de uma das suas componentes mais recentes, e de uma das suas componentes mais visíveis na Póvoa de Santa Iria, que é o CIAP. -- Assim, por tudo isto, não concordam minimamente, e votarão contra a tentativa de concessão de um espaço que é público, que foi pago com dinheiros públicos, com dinheiros de um Quadro Comunitário de Apoio financeiro, que tem regras específicas, e que lhes levanta sérias dúvidas se poderá vir a ser utilizado alguma vez como uma exploração privada.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo não têm receio dos privados a prestarem serviços na administração pública, mas neste caso têm dúvidas face à extensão do que se está a querer fazer com esta proposta. ----------

Não estão esclarecidos e não estão à vontade, porque, eventualmente, na prática não sabem se se poderia impedir que fosse colocado um portão em baixo, que lá está, mas fechado, e na zona de Alverca do Ribatejo colocar também portões, impedindo o acesso, o usufruto público daquele espaço. ----------

Perante eventualmente o exagero desta avaliação, sugere que se possa reavaliar o impacto de toda esta forma de concessão/privatização de um espaço, não tendo a concessão ou privatização, em si só, ou por si só, uma situação negativa, mas deve ser tida em conta a dimensão, importância e forma como está construído o caderno de encargos, e analisando todos os compromissos que a câmara municipal coloca para uma entidade privada poder fazer. ----------

A entidade pública até pode fazer a custo zero, entendendo-se que as despesas irão cobrir as receitas, dando no fim saldo zero, e assumindo a câmara municipal que quando for necessário fazer algum investimento vai ao orçamento municipal, mas a entidade privada não é uma entidade pública, não vai nem pode fazer isto, pelo que, face aos compromissos e ao valor da renda que é pedida, mesmo como mínimo, se a entidade que ganhar só fizer isto, não ganha dinheiro para pagar à câmara municipal.----------

A câmara municipal joga numa lógica que não é errada, que é partir do princípio que uma entidade privada, que venha a ganhar esta concessão, será tão dinâmica que vai explorar todas as possibilidades daquele espaço, seja o de cafetaria, o de restauração, o da zona de interpretação ambiental, do vólei, da praia ou do rio. Vai

ter que explorar e dinamizar isto tudo, porque se não o fizer não tem condição de garantir todos os compromissos que a câmara municipal solicita, e bem, porque se se entrega um espaço ele tem que ser cuidado e bem cuidado, por muito que às vezes se possa seguir a velha máxima, que é: "olha para o que eu digo, não vejas o que eu faço".----------

Assim, face a esta matéria os membros da Coligação Novo Rumo solicitam uma avaliação de todos os impactos inerentes, e no fim poderiam eventualmente reavaliar todo este processo, e verificar se deve avançar assim ou em partes, pois existem situações por clarificar, a parte da iluminação e a do abastecimento de energia elétrica, não estando clarificado se vai ser resolvida no âmbito desta concessão a uma entidade terceira, seja ela qual for.----------

Gostariam pois que isto fosse reavaliado melhor, mais sustentado, para tomarem uma decisão que os vai vincular nos próximos anos.----------

O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo só ter uma pequena dúvida, mas pensa que é possível superar, que é o contrato que hoje existe com a cafetaria, e neste sentido pergunta à Drª Isabel Araújo se se pode prorrogar esse contrato, ao que a mesma respondeu que o contrato é prorrogado automaticamente de 4 em 4 meses, pelo que essa questão não se coloca, não há problema, a menos que depois se informe que ele deve cessar, com 15 dias de antecedência. ----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, para dizer que, não havendo esta dificuldade, que gostava de esclarecer, e tendo em consideração as questões colocadas, tanto de uma bancada, como de outra, crê que valerá a pena analisar e voltar a trazer este ponto de uma forma integrada, tal como está, mas melhor formulado, ou eventualmente encontrar uma forma de ter dois tipos de apreciação relativamente aos espaços a concessionar.----------

Nesse sentido, retira o ponto, para mais tarde vir a nova reunião de câmara.----------

A Drª Isabel Araújo certamente que tomou boa nota das questões que foram colocadas, e haverá de se avaliar como é que este processo há de ter sequência. ---
---

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.----------

---

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE E PELO SR. PRESIDENTE ----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 661/14, de 03/09, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2014/08/20 e 2014/08/29, e pelo Sr. Presidente, nos dias 2014/09/01 e 2014/09/02, respeitantes a licenciamentos de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 661/14, de 03/09, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que antes de colocar uma questão muito concreta, que diz respeito à vila de Alhandra, há uma pergunta que se impõe, que de certa forma ficou sem o devido esclarecimento aquando da apresentação das dúvidas da CDU no período antes da ordem do dia.----------
O Sr. Presidente interveio, perguntando se tem a ver com este ponto. ----------
Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que sim, tem a ver com os atos praticados pelo Sr. Presidente, perguntando se no âmbito das competências do mesmo, de atos praticados em matéria de urbanismo, tem possibilidade de autorizar demolições suportadas por relatórios técnicos que determinam exatamente o risco iminente de degradação dos prédios, ou se, pelo contrário, esse ato obriga a uma deliberação da câmara municipal, tendo a questão a ver, naturalmente, com aquilo que a sua camarada, Ana Lídia Cardoso, colocou, acerca da demolição das habitações na rua Sousa Martins. ----------
Perguntou novamente o Sr. Presidente se é do ponto que o Sr. Vereador Nuno Libório irá falar, tendo o mesmo respondido que sim.----------
O Sr. Presidente interveio novamente, esclarecendo que aquilo que o Sr. Vereador

estava a falar era sobre o período antes da ordem do dia, ao que o Sr. Vereador Nuno Libório respondeu que foi porque os membros da CDU não encontraram esse ato de competência praticado, e suscitou-lhes agora a dúvida.----------

Prosseguiu, referindo-se a uma questão relacionada com um ato praticado pelo Sr. Presidente relativamente ao licenciamento de um armazém para acomodar matérias-primas a favor da Cimpor, em que a pergunta é muito simples, gostariam de saber se este licenciamento será finalmente a estrutura para acomodar todo o processo de transporte de cimentos que hoje, por opção económica da empresa, é utilizado para descarga em barcaças no rio Tejo, que, como se sabe, prejudica muito a população de Alhandra através da libertação de poeiras. ----------

Gostariam de saber se finalmente poderão ficar descansados, e se a Cimpor tomou em linha de conta as preocupações manifestadas pela junta de freguesia, pela população de Alhandra, e pelos representantes autárquicos que há muito tempo vêm insistindo no sentido de serem resolvidos estes graves problemas ambientais.-

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de fazer uma pergunta sobre este licenciamento à Cimpor. --

Na última reunião de câmara também perguntaram, pois tiveram conhecimento que houve uma certa movimentação com a polícia marítima, que esteve com um carro de laboratório, um camião-grua, a fazer alguns ensaios, e gostariam de saber se tinha a ver com algum desassoreamento do rio, na perspetiva de que a Cimpor era uma das interessadas, por causa da possibilidade de atracar barcos que permitissem levar o seu produto final e alguma matéria-prima.----------

Por outro lado, discordando um pouco da opinião que o Sr. Presidente tem, gostariam de falar sobre a cessação de exploração de algum equipamento que a Cimpor tinha, que, como proprietária de um equipamento privado, é livre de fazer o que muito bem lhe apetece. Atendendo à dimensão que a própria unidade industrial, e a própria empresa, têm, a nível do país, e reconhecendo também que, em certa medida, foi através da comparticipação da Cimpor que subsidiou muitas obras ao longo do último mandato, pensam que a própria câmara municipal dever-se-ia ter interessado mais pela libertação e cessação de exploração destas suas instalações.----------

Fizeram-lhe chegar as razões do Alhandra não ter apresentado solução, não teve

ainda oportunidade de ler, mas não quis deixar de manifestar a sua opinião.----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo, sobre a comissão de acompanhamento ambiental do centro de produção de Alhandra da Cimpor, que para além de a comissão ter tido uma tomada de posição, a mesma foi enviada ao presidente da Agência Portuguesa do Ambiente – APA, e ao Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia, tendo a câmara municipal recebido esta semana uma informação da Agência Portuguesa do Ambiente, referindo que tinha recebido um ofício do Sr. Secretário de Estado do Ambiente. A câmara municipal recebeu inicialmente o ofício, mas não tinha em anexo o tal ofício, houve alguma dificuldade em que chegasse, e entretanto chegou ontem.----------
De seguida, procedeu à leitura do ofício, por ser muito simples e sintético: "Tomada de posição da comissão de acompanhamento ambiental do centro de produção de Alhandra da Cimpor referente à emissão de partículas - Encarrega-me o Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, de remeter a V. Exª cópia do ofício nº 6263/14, de 08/07/2014, da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, no âmbito das suas competências em matéria de emissões de poluentes atmosféricos, de licenciamento ambiental da unidade industrial em causa e da qualidade do ar, para análise, avaliação e verificação do cumprimento das condições de licenciamento e operação, e, se considerado necessário, tomada de medidas corretivas em articulação com a entidade licenciadora da atividade, o Ministério da Economia".----
Continuou, dizendo que o que a câmara municipal recebeu do Sr. Ministro foi justamente isso, dizer que o ministério está a acompanhar, a fazer as diligências, e tomará as iniciativas que achar por bem necessárias, o que vem na sequência das iniciativas que a comissão e a câmara municipal fizeram.----------
Está convicto que o Ministério do Ambiente tomará boa conta dos problemas que a Cimpor tem, e pede ao Dr. Fernando Barreiros para se distribuir a tomada de posição da comissão aos Srs. Vereadores, que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. Está esperançado que o Ministério do Ambiente tomará as efetivas tomadas de atitude para que este problema se resolva relativamente às partículas, e a autarquia continuará a desenvolver tudo o que for necessário fazer.----------

Quanto às competências, para não haver dúvidas sobre essa matéria, pedirá um parecer jurídico para o efeito. ----------

Relativamente ao armazém, trata-se do licenciamento do mesmo, sendo que as grandes empresas do concelho, e pode de memória citar a Atral Cipan, Solvay, Cimpor e outras, durante muitos anos foram crescendo, com autorização do Ministério da Economia para poderem laborar, mas o certo é que não tinham licenciamento urbanístico para o desenvolvimento da sua atividade, e é o que têm vindo a fazer ao longo do tempo. ----------

Encontraram-se metodologias para que estes processos fossem mais rápidos, e o que se trouxe hoje em termos de autorização de utilização é um armazém que teve que ser licenciado e melhorado de acordo com a legislação vigente, mas que, devido à dimensão, não é um armazém em que se depositem os materiais que são transportados por barcaças. ----------

A câmara municipal tem vindo a fazer várias iniciativas junto da Cimpor a protestar sobre o que se está a passar, e vai continuar a acompanhar muito de perto este processo. Quanto às questões de polícia marítima e trabalhos em Alhandra, pedirá ao Engº José Fernandes para tecnicamente informar sobre os trabalhos que foram desenvolvidos na base, e na sequência do estudo hidrológico que a câmara municipal adjudicou ao Instituto Hidrológico, sondagens que eram necessárias fazer para se completar o projeto. ----------

Tomou a palavra o Engº José Fernandes, esclarecendo que foi feito um conjunto de ensaios e um levantamento, para se poder analisar o teor dos lodos e se poder executar uma dragagem naquela zona.----------

Perguntou o Sr. Presidente se foi o que foi feito em Alhandra e Vila Franca de Xira, trabalhos de prospeção do solo, tendo o Engº José Fernandes respondido que sim, para se poder avaliar a qualidade dos materiais, para se tentar ver o sítio do depósito dos materiais. ----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, para se referir às partículas em suspensão na vila de Alhandra, agradecendo desde já a partilha do documento da comissão de acompanhamento ambiental, porque os membros da CDU desconheciam o teor das suas conclusões, da reunião de 02/07/2014. ----------

Lendo, de uma forma muito breve, algumas das suas conclusões, a própria câmara

municipal subscreve, finalmente, algumas das preocupações que há muito tempo vinham a ser participadas pela CDU, pela junta de freguesia e pela população de Alhandra, entre outros, como é óbvio, que se sentem indignados com esta situação.----------

Como primeira questão, que tem de ficar absolutamente clara, querem que a Cimpor, como todas as atividades económico-industriais hoje existentes no concelho, se mantenha por muitos mais anos, pois precisa-se delas, mas tem de haver um compromisso pelo respeito por quem nele vive ou trabalha, e o respeito começa pela adequação, do ponto de vista das atividades económicas, às questões ambientais, não agredindo e não pondo em causa a qualidade de vida. Esse é o compromisso da CDU, e em relação à Cimpor gostariam que isso ficasse claro de uma vez por todas. Pensa que não haverá necessidade de o reforçar, mas fazem-no, uma vez que este assunto é colocado.----------

Como segundo aspeto, solicitaram, por iniciativa própria, várias informações, e sempre lhes garantiram que os meios técnicos instalados, quer no interior da unidade fabril, quer através da rede de monitorização da Agência Portuguesa do Ambiente, eram suficientes, e que os problemas eram esporádicos, não havia necessidade de reforço dos meios de monitorização ou de fiscalização, e que os problemas ocorridos não passavam de situações pontuais.----------

Neste sentido, destaca uma conclusão desta comissão de acompanhamento, subscrita finalmente pela câmara municipal: "ajustar os mecanismos atuais de monitorização de partículas em suspensão no ar, ambiente, adequando os mesmos à realidade atual do transporte do produto instalado no cais de carregamento de barcaças".----------

Assim, finalmente a câmara municipal reconhece, através da sua participação nesta comissão, e certamente pressionada pelos seus participantes, que era importante agir e tomar iniciativas junto de outros para que a situação fosse corrigida. ----------

Sobre o que foi dito relativamente à troca de correspondência, continua a ser uma "mão cheia de nada". Quer acreditar que da parte do Ministério do Ambiente, que é quem fiscaliza este tipo de ocorrências, serão, no mais curto e imediato espaço de tempo, reparados os danos causados à população de Alhandra e que,

esta câmara municipal, de uma vez por todas, caminhará ao lado das legítimas preocupações da sua população afetada. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente, não podendo deixar de dizer que se não houve coincineração nesta unidade industrial, muito foi à custa da população, mas também do Partido Socialista. Depois, tudo o que foi dito era verdade, e a única coisa que se alterou foi o método de transporte do produto cimenteiro, que normalmente não era feito desta forma, e vai ter que ser encontrada uma outra solução, que não cause estes transtornos. --

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dando conta que não há razão nenhuma para o Sr. Vereador se mostrar surpreendido, nem com esta tomada de posição, nem com o conjunto das tomadas de posição que a câmara municipal tem vindo a fazer sobre a matéria, uma vez que preside a esta comissão de acompanhamento ambiental, e desde a primeira hora que tem tomado a dianteira no que toca à defesa do interesse das populações de Alhandra, que coincide também com o interesse que a Cimpor tem de ter, de garantir as prestações ambientais finas e cuidadas que a lei lhe impõe, que o conforto das pessoas que vivem à volta impõe.

Recorda que se não fosse a pressão da câmara municipal e do Partido Socialista muito em concreto, nos momentos em que Alhandra vivia permanentemente debaixo de uma nuvem de cimento, e se não fossem também as obrigações legais que foram impendendo sobre todas as unidades produtivas, provavelmente Alhandra estaria numa situação catastrófica sob o ponto de vista ambiental. A verdade é que o que se tem visto é que, com um conjunto de alterações introduzidas na unidade de produção de Alhandra, tem sido possível, ou tinha sido possível até sensivelmente ao final do ano passado, conviver pacificamente com a unidade de produção da Cimpor em Alhandra e a população.----------

Infelizmente, desde o final do ano passado, isso deixou de ser verdade, e por duas razões fundamentais, e uma é a de um incidente que houve num dos fornos, que o próprio no imediato trouxe à câmara municipal, em termos de conhecimento e tomada de posição. Sendo um incidente, um problema existente na produção, as pessoas e entidades todas entenderam que, sendo uma situação anómala, teve de ser colmatada, mas o problema é que a partir daí a questão da incomodidade ambiental em Alhandra não diminuiu, antes pelo contrário, e não por causa de

nenhum problema na produção da fábrica de Alhandra, mas porque deixou de ser feito ou tomada a devida atenção para os processos de expedição do clínquer, que neste momento constituem o grosso da venda da Cimpor, que vende a granel e através de barcaças no rio.----------

Isso não se compreende, a câmara municipal não compreende, e felizmente todos os elementos da comissão subscreveram esta tomada de posição que a autarquia apresentou nessa reunião, e estão presentes elementos de todas as bancadas representadas na assembleia e câmara municipais, entidades económicas de Alhandra, bombeiros e proteção civil. Assim, há um conjunto vastíssimo de entidades que foi possível reunir nesta tomada de posição, que diz tão só quatro aspetos que são fundamentais:----------

Em primeiro, é preciso que a Cimpor faça os enchimentos necessários para que o carregamento das barcaças não cause nenhuma incomodidade ambiental às pessoas de Alhandra, e isso é possível porque se faz noutros locais, noutros países, noutros locais em Portugal, e portanto a Cimpor tem também todas as condições físicas para fazer esse trabalho, e tem de o fazer.----------

Como segunda questão, tem que modernizar o sistema de monitorização da qualidade do ar, porque os sítios onde está a fazer a monitorização da qualidade do ar são sítios que hoje em dia já não correspondem aos locais onde ela está a produzir a maior poluição, nomeadamente um dos pontos é no local do carregamento dos camiões, que hoje já não representa uma percentagem forte das suas vendas. Por isso tem que se deslocar para a zona do carregamento das barcaças, o que é absolutamente fundamental, de maneira a que se consiga ter uma medição mais adequada dos problemas e incomodidade ambiental na vila de Alhandra. ----------

Depois, a empresa tem que fazer essa informação e o seu tratamento, de maneira a que a câmara municipal consiga ir acompanhando o processo.----------

Esta reunião foi em final de julho, em que a situação estava muito complicada, e durante o mês de agosto, tendo tido contactos regulares com a junta de freguesia, que está mesmo encostada à fábrica, tem vindo a fazer essa monitorização, e a situação não se tem agudizado, mas verdade seja dita que ainda não está resolvida. Desta forma, a câmara municipal, juntamente com as restantes

entidades, na próxima reunião irá continuar a acompanhar este processo e a emitir o que, de acordo com a possibilidade legal, consiga fazer.----------

As queixas que se remeteram, nomeadamente para a APA, que é a entidade do estado encarregada de garantir esta qualidade ambiental, já lá chegaram, estando-se a aguardar que se façam as medições necessárias. ----------

A última referência que faz sobre a matéria respeita a um facto. Tem-se argumentado, e não é errado, que a situação em junho estava melhor do que em janeiro, ou que em maio estava melhor do que em janeiro, e isso é verdade apenas por uma razão, porque em janeiro esteve muito má a qualidade ambiental em Alhandra, em virtude do incidente que tinha havido com o forno. Portanto, o ponto de comparação não pode ser com o momento em que houve o problema, tem que ser com o momento anterior ao problema, e o índice de qualidade ambiental tem de ser o dos anos anteriores, em que era possível, viável e perfeitamente pacífica esta convivência entre a fábrica e a população de Alhandra.----------

Aí, enfim, a câmara municipal não transige nesse processo, a sua posição é muito conhecida, e felizmente a posição de todos os elementos, junta de freguesia, bancadas da assembleia, bombeiros, proteção civil, é absolutamente unânime, e continuar-se-á a trabalhar neste sentido.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU, como é óbvio, não acompanha esta visão do Partido Socialista, e diria que até entra em contradição com algumas das informações que fez chegar aos gabinetes, aliás partilhadas com os restantes vereadores da câmara municipal. Aquilo que sentem, e ainda bem que é assim que acontece, é que quando há luta das populações, protesto da população, a câmara municipal "acorda para a vida", e vem, ainda que de forma tardia, acudir a esta situação. ----------

Pensa que é isso que fica claro, uma vez mais com esta visão idílica.----------

Perguntou o Sr. Presidente o que ganha o Sr. Vereador com esta argumentação, se os membros da CDU são os únicos paladinos da defesa dos interesses da população, e se os membros do Partido Socialista estão presentes só para prejudicar a população.----------

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não percebe por que é que o Sr. Presidente está a reagir dessa maneira, e que deve ter falado nalguma coisa

suscetível de o ter perturbado relativamente aos seus atos. ----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que se tem de ser sério na argumentação, e pedindo desculpa por interromper, mas não pôde deixar de o fazer porque o Sr. Vereador está a faltar à verdade. ----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo ao Sr. Presidente para assumir o seu lugar de presidente de câmara, ao que o Sr. Presidente respondeu que está a assumir, mas não gosta de coisas que não são verdade.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio novamente, dizendo que sabe que o Sr. Presidente tem vários pesadelos durante a noite, e imagina que deva ser difícil lidar com as adversidades criadas pelo seu próprio partido e incompetência política, pela forma como está a geri-lo.----------

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que os membros da CDU "têm a mania" que são os justos defensores. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que, em respeito por todos aqueles que infelizmente estão a assistir à atitude do Sr. Presidente, as suas palavras vão silenciar-se, e o Sr. Presidente, com a sua atitude neste momento, não esteve ao nível de um presidente de câmara.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que isso é o que o Sr. Vereador pensa, dando por terminada a discussão do ponto, referindo ainda que se o Sr. Vereador está satisfeito o próprio não está, porque não gostou de ouvir aquilo que o Sr. Vereador disse, mas às vezes têm que se ouvir coisas que, de facto, não têm nada a ver com a realidade, o que é da vida. O Sr. Vereador tem toda a disponibilidade para falar, mas tem é que ser sério naquilo que diz, não foi, e isso não aceita. ----------

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o Sr. Presidente não deve pôr em causa a seriedade das pessoas, ao que o Sr. Presidente respondeu que o Sr. Vereador é que se pôs a jeito. ----------

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que cumpre com aquilo que diz, para si a discussão está terminada, e o Sr. Presidente, com o espetáculo que deu provou aquilo que responde perante a população, tendo sido um belo espetáculo, sem dúvida. ----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

1. Assunto: 2ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – ESPAÇOS DE INDÚSTRIA EXTRATIVA ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 46/14, de 14/08, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do início do processo da segunda alteração ao Plano Diretor Municipal, que incide apenas sobre o regulamento do plano na categoria de espaços de indústria extrativa. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 46/14, de 14/08, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de colocar à câmara municipal algumas questões.----------
Pretende esta câmara municipal, PS, autorizar a possibilidade de utilização dos espaços extrativos, ou de indústria extrativa, para depósito de resíduos de construção civil, ou de demolição não perigosos, que tenha como objetivo final, segundo a proposta, a recuperação desses mesmos espaços, e gostariam de colocar algumas questões para perceberem, na dimensão e no alcance, aquilo a que a câmara municipal se propõe fazer. ----------
Na opinião da CDU, seria prudente perceber se haverá impactos sobre os solos, ou seja, se se autorizar a utilização de espaços extrativos, em atividade ou fora de atividade, para acomodação de resíduos de construção, esses mesmos espaços poderão ou não ficar comprometidos do ponto de vista ambiental? Para ambas as situações, quer se trate de espaços em atividade ou não, existem planos de recuperação ambiental e paisagística, os denominados PARP - Plano Ambiental e

de Recuperação Paisagística, que obedecem a critérios ambientais previamente aprovados, pelo que, se a meio do percurso se alterar o funcionamento ou o modo de concretização dos planos de recuperação ambiental, o que poderá acontecer no entretanto? ----------

Ao dar dois ou três exemplos muito concretos, a Solvay, por exemplo, segundo se sabe, deixou de explorar desde o início do ano a sua pedreira em Vialonga, de hoje para amanhã, se esta autorização for deliberada, poderá, em vez de ser uma pedreira, passar a funcionar como um local recetor de resíduos. ----------

Assim, até que ponto é que, do ponto de vista do plano de recuperação ambiental e paisagístico, os pressupostos se mantêm inalterados? Têm muitas dúvidas, e por não saberem se são ou não alterados, gostariam de saber se isto pode vir a acontecer.----------

Depois, em tempos falou-se na possibilidade de, no concelho, vir a ser instalada uma unidade de recolha, seleção e triagem de resíduos de construção civil, e nunca mais ouviram falar dessa intenção. A dada altura até se disse que, a acontecer, serviria não só o concelho de Vila Franca de Xira como concelhos limítrofes, e impõe-se a seguinte questão: Com a autorização para que nos espaços das pedreiras, por exemplo, possa haver acomodação de resíduos desta natureza, esta proposta, que não lhes suscitaria dúvidas do ponto de vista da sua amplitude e inovação ambientais, não ficará irremediavelmente comprometida? ----------

Por tudo isto recomendam que a câmara municipal solicite às entidades competentes, que são quem fiscaliza a atividade de pedreiras, parecer sobre estas matérias, para se perceber se o que se está hoje a querer deliberar corresponde ou não a algum normativo legal possível de ser admitido, porque sabem que não cabe às câmaras municipais acompanhar e fiscalizar a atividade das pedreiras, onde se inclui, naturalmente, a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDR LVT - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e as entidades do Ministério da Economia, que têm a capacidade de licenciar e autorizar o funcionamento de pedreiras. ----------

Um segundo aspeto que não consideram ser menos importante é a importância de se ouvirem as associações ambientais para decisões desta natureza. No concelho existem associações, em Lisboa, com prejuízo para outras, mas, no mínimo, a

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza, seguramente auxiliaria a câmara municipal, porque tem um departamento competente para o efeito no fornecimento de informação sobre a matéria, e solicitam que o ponto, enquanto estes dados não estiverem disponíveis e suficientemente esclarecidos, não esteja em condições de ser aprovado pela câmara municipal, tal como propõe o PS.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo perguntam o que é que motiva esta alteração ao Plano Diretor Municipal, do mesmo modo que consideram que deveria ir acompanhada por um parecer pelas entidades que fazem o controlo do ambiente, sobre a nova finalidade e as consequências que poderiam advir. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que antes de passar a palavra ao Urbª Ricardo Ramalho o que diz é que esta segunda alteração terá que ter os pareceres das entidades respetivas, sem os quais não pode ter processo favorável. Portanto, crê que estão salvaguardadas as matérias que o Sr. Vereador Nuno Libório referiu.-

A motivação da alteração é, por um lado, uma incongruência do próprio PDM, que não a deveria ter tido, deveria tratar o território de uma forma igual e não tratou, permitindo que este tipo de atividades seja desenvolvido em pedreiras já desativadas e não aquelas que ainda estão em funcionamento, que podem partilhar atividades diversas, não só da exploração mas também atividades de reciclagem. ----------

Por isso, também se trouxe esta proposta, na medida em que há várias empresas que têm mais apetência para um determinado local do que outro, e muitas das vezes não vêm desenvolver esta atividade no concelho de Vila Franca de Xira, porque os locais que pretendem o PDM não permite, e julga que chegou o momento de dar coerência relativamente a esta matéria, no que diz respeito ao depósito de resíduos em pedreiras, em sentido lato.----------

Quanto às questões mais específicas em termos técnicos, passará a palavra ao Urbª Ricardo Ramalho.----------

Tomou a palavra o Urbª Ricardo Ramalho, esclarecendo que dividirá a resposta em duas fases. Primeiro, como já disse o Sr. Presidente, esta proposta não é mais do que tentar dar alguma coerência àquilo que estava no plano diretor.----------

O que se tinha possibilitava, e estava muito virado para tentar estimular as áreas abandonadas e a sua recuperação, pelo que se admitia a utilização dos resíduos de construção não perigosos para essa recuperação, contudo, de facto não faz muito sentido que os que estão abandonados podem utilizá-los, e aqueles que estão em operação, e constantemente em operação, também da recuperação, não os possam utilizar para o mesmo fim. ----------

Relativamente àquilo que é o acompanhamento, ao que isto pode implicar e aos impactos que poderá ter, o licenciamento não é da câmara municipal, esta atividade tem um licenciamento que compete à CCDR. A questão foi-lhe colocada primeiramente, embora não numa forma oficial, precisamente pela CCDR-Ambiente, porque estava a ter alguns problemas em conseguir licenciar estas atividades, e achava que não havia problema nenhum, e era até uma coisa aconselhável, porque estimulava a reciclagem. No entanto, o PDM estava a pôr barreiras a esse licenciamento. ----------

Depois dessa análise, e de uma análise interna que a câmara municipal fez, de facto concordou-se e decidiu-se fazer esta alteração, que passará sempre, tanto nas pedreiras que estão hoje em atividade, que têm o seu plano de pedreiras aprovado, e o seu plano de recuperação também aprovado, para a instalação, por uma alteração aos respetivos planos, que terá o envolvimento de todas as entidades, nomeadamente da entidade licenciadora em termos de recuperação, que é a CCDR. ----------

Quanto à questão dos pareceres prévios a esta proposta, no seu entendimento não faria muito sentido, porque as entidades estarão sempre envolvidas, estão envolvidas neste processo de alteração, no processo de licenciamento, e sendo a CCDR-Ambiente a principal entidade licenciadora, certamente que terá em conta a questão que o Sr. Vereador Nuno Libório colocou, que é se se está a abrir uma porta para poder estar a poluir, em termos de aterros. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU limitam-se a colocar preocupações de natureza política, e têm o entendimento que decisões desta natureza devem estar devidamente e objetivamente fundamentadas. Pensam que este ponto deve ser acompanhado desta informação, agora transmitida oralmente pela câmara municipal, pela voz de quem

superintende estas matérias, que é a CCDR, a Agência Portuguesa do Ambiente, e pensam que, seguramente, se é assim, e se não há problemas relativamente à legislação em vigor, então que a CCDR coloque essa questão, porque trata-se de uma revisão do Plano Diretor Municipal. ----------

Não se está a fazer uma pequena alteração, estão-se a alterar finalidades do uso do solo que abrangem todo o concelho de Vila Franca de Xira, e como se sabe há muita área de indústria extrativa, independentemente de estar ou não em atividade, estando classificadas muitas áreas para esse efeito. Portanto, os membros da CDU falam de uma situação que pode ter repercussões muito superiores àquelas que estão hoje a imaginar. Dando um exemplo muito concreto, o da pedreira da Solvay, passará a ser um aterro controlado? Compromete-se com isso alguma situação do ponto de vista ambiental? A câmara municipal está em condições de poder certificar ou garantir isso? Não está, nem esta nem nenhuma, pelo que quem licencia e fiscaliza tem que se pronunciar por escrito sobre isso, para estarem confortáveis. Sobre esta matéria solicitam mesmo que o ponto não seja votado, ficavam confortáveis com isso, porque doutra maneira não o podem viabilizar. ----------

Interveio o Sr. Presidente, perguntado ao Sr. Vereador Nuno Libório se percebeu o que está em causa, porque, se na primeira revisão do PDM a câmara municipal tivesse consagrado a coerência do tratamento destas matérias, nem sequer hoje se estava a falar sobre isso. De qualquer modo, não há problema de urgência, e pergunta ao Urbª Ricardo Ramalho se é possível a CCDR pronunciar-se, dizendo algo que possa ir ao encontro daquilo que o Sr. Vereador Nuno Libório referiu.--------

Respondeu o Urbª Ricardo Ramalho que era por aí que queria ir, pois hoje o que se traz é o início de um procedimento, e a próxima fase é precisamente juntar todas as entidades, nomeadamente APA e CCDR, que se vão pronunciar. Pode-se fazer, mas de facto não está previsto que antes de se iniciar um procedimento se vá pedir um parecer sobre um procedimento que eventualmente se vai iniciar.----------

Inicia-se um procedimento e diz-se às entidades "pronunciem-se lá sobre esta nossa proposta", portanto, a preocupação do Sr. Vereador Nuno Libório será garantida no âmbito dos pareceres vinculativos que vão ser proferidos do acompanhamento deste processo específico, porque é aí que eles se vão

manifestar.----------

Para além disso, como será obrigatoriamente um processo de inquérito público também, que só será possível ser iniciado existindo concordância de todas as entidades, e voltando à câmara municipal para se iniciar, nesse momento, aí sim, entra toda a população, as associações ambientais e quem se quiser pronunciar.----

Em termos de procedimento, de envolvimento de entidades, população e associações ambientais, estará tudo garantido durante o processo, e hoje só se trata de se iniciar. Podem-se fazer pedidos de pareceres prévios, depois traz-se novamente o procedimento, inicia-se o procedimento, e ir-se-á novamente às entidades para se pronunciarem, não sabendo se isso terá muita coerência.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que este é um processo vasto em termos de avaliação, e o que se está a fazer não é mais do que pedir a aprovação para se iniciar o procedimento. Tem todo este trajeto, e na discussão pública todos se podem pronunciar, não vendo necessidade de, "à priori", estar a pedir pareceres, mas se for essa a intenção a câmara municipal pode-se pedir parecer agora e depois. A salvaguarda das questões colocadas pelo Sr. Vereador Nuno Libório vai estar absolutamente defendida, no âmbito da discussão pública. ----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que faz lembrar uma questão que aliás é uma situação recorrente, que opõe os membros da CDU relativamente à prática do PS sobre estas matérias, que é, em questões de loteamentos têm dúvidas, e o Partido Socialista vulgarmente diz: "Muito bem, tomaremos em linha de conta as vossas preocupações, façam favor de participar no âmbito do inquérito público, que teremos em linha de conta as vossas e as de todos os membros desse processo de avaliação pública, sobre essa matéria em discussão." ----------

Como primeiro ponto, enquanto vereadores não prescindem do direito de, no momento da deliberação, concordar ou não concordar. Como segundo ponto, não podem viabilizar favoravelmente uma proposta que os remete para dúvidas. Por fim, é uma alteração de grande dimensão, que atinge uma área muito significativa, e praticamente todas as freguesias do concelho de Vila Franca de Xira que, de uma maneira ou de outra, têm áreas mais ou menos classificadas como de espaço de indústria extrativa. ----------

Falam de um fenómeno do concelho, não falam de uma questão localizada neste

ou naquele local. Portanto, têm o entendimento que para a câmara municipal avançar será prudente pedir os pareces às entidades, é muito importante, porque a câmara municipal tem muito a ganhar com isso, envolver as associações ambientais na discussão prévia destes fenómenos. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que tal irá acontecer na discussão pública.----------

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se o Sr. Presidente percebeu o que o próprio quis dizer, que é antes de se lançar a discussão pública, porque por vezes consegue-se corrigir o que pode ser remediado a tempo e horas.-

Interveio o Sr. Vereador Vitor Silva, dizendo que a pergunta feita pela Coligação Novo Rumo não foi respondida. Foi e não foi, e, para não haver dúvidas, gostariam de perguntar novamente o que é que motiva esta alteração ao Plano Diretor Municipal, porque, deve-se ser prático, todos andam nesta vida e sabem o que acontece. Se não houver um interesse concreto para que aconteça, é evidente que ninguém anda a fazer revisões ao PDM de livre iniciativa, não havendo uma aplicação prática. As dúvidas mantêm-se, e perguntam o que motivou essa alteração.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que julgava que tinha respondido, mas certamente não com a clareza necessária. Há pedidos de instalação deste tipo de atividades no concelho em alguns locais que o PDM não permite. Para o efeito, era necessário alterar o PDM.----------

Tendo em vista as dúvidas que estão a ser colocadas, a câmara municipal vai solicitar um parecer prévio à CCDR, porque nada a move a não ser criar condições para que este tipo de atividade se possa desenvolver, até para melhoria de questões ambientais. Por isso mesmo, se as dúvidas são deste tipo, mais vale pedir um parecer à CCDR, que é a entidade que em primeiro lugar tem responsabilidade nesta matéria, e não sabe o que a mesma vai dizer, mas pedir-se-á o parecer, dizendo-se que efetivamente é necessário esse parecer prévio, trazendo-se depois o ponto novamente a reunião de câmara.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dando só uma sugestão, ou seja, já agora deveria haver indicação dos locais onde, pelos vistos, há pelo menos manifestação de interesse, pois gostariam de perceber isso. ----------

O Sr. Presidente respondeu, dizendo serem todas as pedreiras que existem no concelho. ----------

Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório se o Sr. Presidente confirma que é em todas as pedreiras, e se pode depreender da sua afirmação que, por exemplo, a Cimpor, uma vez que está neste momento numa fase de retração da sua atividade industrial, como forma de rentabilizar os seus ativos, pode utilizar a pedreira do Bom Jesus para receber resíduos, e daí retirar proveito económico. É disso que se trata? ----------

Respondeu o Sr. Presidente que em termos teóricos sim, e em termos práticos não sabe dizer. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que isso só reforça as preocupações e dúvidas dos membros da CDU sobre estas matérias, pelo que efetivamente as entidades da administração central devem pronunciar-se previamente sobre esse efeito, agradecendo a compreensão do Sr. Presidente. ------

Respondeu o Sr. Presidente, referindo que se vão pronunciar, sendo o ponto retirado.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de colocar uma questão, até na sequência do documento que foi lido pelos mesmos no dia 1 de novembro de 2008, em Vialonga, na sequência da revisão do PDM, que terminava exatamente com a questão das pedreiras, e a possibilidade de uma unidade de triagem e de um ecocentro, naquele caso em Vialonga, mas que se arrastava para todos, bem como com a manifestação de interesses, que são legítimos, e sejam ditos, como falou o Sr. Presidente, de forma clara, para que todos saibam o que é importante, e realça que assim seja. ----------

Desta forma, pensam que a câmara municipal deveria perceber que a revisão do PDM efetuada não serve os interesses do município, e em vez de andar com algumas alterações pontuais, deveria iniciar um processo de aprovação de um novo plano diretor municipal para o concelho, em que efetivamente, com tempo, e não o exemplo do anterior, em vésperas de eleições, à pressa, pudesse rever a estratégia do município, até porque aquele PDM assentou numa estratégia que não se verificou, e o próprio PDM não a respeitou. ----------

Seria importante avaliar a nova função do município no contexto metropolitano e

nacional, os novos objetivos que o concelho quer ter, e aquilo que tem dentro de si mesmo, que quer reaproveitar e aproveitar. Seria importante começar-se a fazer isso para, aí sim, ter os objetivos finais, que é o que o concelho quer que se desenvolva.----------

O Sr. Presidente interveio, referindo, com todo o respeito, que se está a falar de coisas diferentes. Na sua opinião está-se a fazer uma pequena alteração, que é uma necessidade, para permitir que algumas empresas venham para o concelho laborar, e outra questão é aquela em que se está a trabalhar, em termos de construção, criação e discussão de documentos estratégicos, como a carta educativa, como a reabilitação urbana, como o plano de ambiente, e como a sugestão que foi agora dada, de aglutinar, ao plano de ambiente, o de turismo. São documentos importantes para depois, então, se estar em condições de fazer uma revisão completa do PDM atual. ----------

O que hoje se trouxe a reunião de câmara foi uma pequena nota, que não tem nada a ver com a revisão, que naturalmente se terá de fazer em momento a seguir, quando houver toda essa informação, que ainda não se tem. ----------

Por isso, tendo em vista as muitas dúvidas que foram suscitadas, pedir-se-á um parecer à CCDR, e depois, posteriormente, trazer-se-á esta proposta novamente a reunião de câmara. ----------

---

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.----------

Pelas 12h48, após a discussão e votação do ponto 12 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. ----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------

SITUAÇÃO DA CIMPOR - ALHANDRA ----------

Interveio o munícipe, Sr. António Oliveira Soares, referindo que aquilo que o traz hoje não é a parte do desporto, reportando-se a sua questão à Cimpor. ----------

Tem-se falado muito da poluição, e o próprio, como alhandrense, não acredita nada nos brasileiros. Os brasileiros não vão passar "cartão nenhum" a quem está a lutar por isso, sendo que na segunda-feira caiu mais uma carga em Alhandra. Eram 7h30 quando se levantou, e na avenida os carros estavam cheios de pó. ----------

Lamenta muito para quem lá está, mas pensa que quando acabarem os Jogos Olímpicos de 2016 aquela fábrica vai fechar. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que também partilha da preocupação do munícipe, de que desde que aquela empresa, a Cimpor, passou para uma administração não portuguesa, neste caso brasileira, as situações têm piorado fortemente. ----------

Não sabe dizer se as dúvidas que o munícipe tem são reais ou não, mas, de facto, até agora, as dificuldades que se têm tido com esta administração não têm sido simples. ----------

---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------

SITUAÇÃO DO ALHANDRA SPORTING CLUB ----------

Interveio o munícipe, Sr. Rui Macieira, referindo que aquilo que o traz à reunião continuam a ser as mesmas situações de outras reuniões. ----------

Na última reunião, em Vialonga, apresentou vários factos, da piscina, SMAS e outras atividades do Alhandra Sporting Club, e ficou de lhe ser dada uma resposta, mas até hoje ainda não teve nenhuma. Sabe que vai haver uma reunião com o Sr. Presidente no dia 16, e talvez aí o possam avivar dum determinado número de coisas. ----------

Há um problema neste momento com o campo do Hortinha, o dos arranjos do piso, que ao fim ao cabo são do arranjo do coletor dos SMAS. Desde 2012 que o clube anda a lutar para ser remodelada toda aquela situação provocada pelas cheias, e em 2014 os SMAS resolveram ficar "com o menino na mão". Esse "menino", devido à situação em que o piso ficou, débil como já era, e depois de todas as enxurradas, ficou cheio de terra, por causa das inundações do coletor, provenientes das serras, estradas e por aí fora.----------

Através de uma inspeção feita pelos SMAS verificou-se que o problema tinha sido originado pela Cimpor, logo na altura o clube pediu aos SMAS que dessem o relatório para fazerem pressão com a empresa, o que mais uma vez foi negado, e mais uma vez o Alhandra ficou prejudicado, porque fez um negócio com a câmara municipal. ----------

Esse negócio resolveu-se com a alteração do coletor que está encostado ao muro da Cimpor, que em qualquer altura é capaz de cair, pois como os SMAS tinham medo de mexer no coletor existente, resolveram alterar o seu percurso, indo mais para dentro do campo, e desaguando no antigo coletor junto à CP. Isso foi feito, só que ainda hoje está por acabar, e os meses que se propuseram aos SMAS foram os de julho e agosto, em que não havia dificuldade alguma. ----------

A situação arrastou-se, e ontem, por exemplo, quando se foi para treinar havia duas carradas de saibre em frente à baliza, do lado norte. A sorte é que se tenta sempre treinar para o lado sul, e aí não dificultou muito a operação.----------

De qualquer forma, parece que os SMAS não verificaram bem o problema que existia no campo do Hortinha, com a inundação, e pensam que é uma situação que

se arrasta já há 90 anos, mas não é assim. Esta situação final prejudicou muito o funcionamento de toda a formação do Alhandra, que infelizmente só tem formação, mas gostava de lhe dar melhores condições, e se calhar os SMAS analisaram mal a situação, porque o problema não estava só no coletor.----------

A alteração do coletor espanta-o um pouco, porque deixaram respiradouros no coletor antigo, e questiona se estão sifonados e se aquilo não provocará um mau ambiente na prática desportiva. Este é um alerta que quer deixar, não estando o Alhandra nada satisfeito com a situação das obras no campo do Hortinha. ----------

Outra situação é a das piscinas. Segundo consta vão começar as obras junto à piscina, no parque de estacionamento, e gostaria de fazer um pedido. A entrada do parque de estacionamento tem uma lomba muito acentuada, o que prejudica a entrada de autocarros, e já que se vai trabalhar naquele espaço dever-se-ia encontrar uma situação mais adequada àquela lomba. ----------

Tomou a palavra o munícipe, Sr. Rodolfo Rebelo, mencionando que não vai fazer mais nenhuma apreciação que o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores já não tenham tido conhecimento. Desta vez o Sr. Presidente resolveu ir buscar a sebenta do "ABC político", e marcou para o dia 16 uma reunião com o Alhandra, tentando esvaziar esta assembleia.----------

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que pode desmarcar, se assim se quiser.------

Continuou o munícipe, pedindo um pouco mais de ambição e entusiasmo relativamente aos eventos que possam surgir, sendo que há 8 meses que o clube está à espera de uma reunião, e não é por acaso que no dia 16 haverá uma reunião, levando-o a crer que esse tipo de marcação de reuniões pouco ou nada vai adiantar, a não ser para apresentar cumprimentos. ----------

Assim, o Alhandra Sporting Club vai fazer uma proposta para além do dia 16, em que terá todo o gosto, embora pouca esperança, em comparecer, que é uma reunião com o executivo camarário em conjunto com os restantes vereadores representados na câmara municipal. ----------

Gostaria que essa marcação, se possível, fosse efetuada já hoje, e se tal não for que se encontre uma preparação com uma ordem de trabalhos muito precisa, para tentar avivar e dinamizar aquilo que parece ser um exercício perfeito da preguiça, sendo que para resolver os assuntos terá o clube que recorrer a esta via. É uma

pena, mas julga que só assim se poderá avançar.----------
De todo o modo, as várias intervenções que têm seguido do Alhandra servem para demonstrar à população que da parte do clube está tudo a ser feito, e da parte da câmara municipal nada ainda foi feito. Portanto, se alguma consequência surgir no futuro, essa responsabilidade só será da autarquia, e não é nada que crê a que não esteja habituada, mas será mais uma vez, e fica a prova.----------
O Sr. Presidente interveio, agradecendo a intervenção, e referindo que já todos perceberam, os membros da câmara municipal já sabem o que é que o munícipe vai trazer, e dia 16 terão uma reunião.----------
Tomou de novo a palavra o munícipe, dizendo que não saberão daquilo de que irá falar, de certeza. Percebe que há algum incómodo nesta matéria, mas gostaria só de fazer um reparo aos SMAS. ----------
Respondeu o Sr. Presidente que não há incómodo nenhum.----------
Interveio o munícipe, referindo ter alguma dificuldade em perceber por que é que os SMAS não cobram a dívida que têm de cobrar, até porque o Alhandra tem bens, e se necessário for pode nomeá-los à penhora. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo para o munícipe avançar com isso, que seja consequente e avance.----------
Retomou a palavra o munícipe, Sr. Rodolfo Rebelo, mencionando que não é o próprio que tem de avançar, é quem tem de cobrar. Não quer entrar em diálogo, e talvez seja quem não quer mesmo entrar em diálogo, de qualquer modo, serve este presente para demonstrar que a câmara municipal está muito parada. ----------
Interveio a munícipe, Srª Isabel Macieira, dizendo que o Sr. Presidente do Alhandra Sporting Club trouxe um assunto relativo ao campo de futebol, e a própria infelizmente traz um assunto relacionado com o mesmo, na medida em que já se arrasta há pelo menos uns 17 anos. Daqui a pouco fará 20 anos, é como a usucapião, perde a validade, e nunca mais se tem o problema resolvido. ----------
No executivo de 1997, em que a CDU estava na câmara municipal, foi dado ao Alhandra Sporting Club um terreno, que estava consignado no Plano Diretor Municipal para a construção do campo de futebol.----------
Infelizmente, no ano seguinte houve eleições, entrou um novo executivo, a "coisa amornou", e quando começaram as negociações, a antecessora do Sr. Presidente

foi várias vezes ao Alhandra Sporting Club, e pensa que o Sr. Presidente também foi. A própria não estava lá, mas pensa que o Sr. Presidente também estava presente, tendo-se iniciado algumas reuniões solicitando à direção do Alhandra a troca desse terreno, porque era viável para a construção da escola Soeiro Pereira Gomes, em Alhandra. ----------

Pensa que a direção do Alhandra não teve problema nenhum em aceder ao pedido da câmara municipal, fez-se a troca de terrenos, foi construída a escola, e ficou escrito, através de um documento que tem na sua mão, que se o Sr. Presidente quiser para a ata até poderá dar uma cópia, em que realmente houve uma troca, por causa da escola Soeiro Pereira Gomes, e em que a antecessora do Sr. Presidente dizia ao Alhandra que, se tivesse em vista algum terreno, poderia efetivamente avançar, que a câmara municipal iniciaria as negociações.----------

O Alhandra achou por bem solicitar os terrenos da Cimianto, e a senhora que por acaso assinou a carta, que é a antecessora do Sr. Presidente, no ano 2000 respondeu ao Alhandra que no seguimento da carta revelava oportuno abordar o assunto com a Cimianto, proprietária do espaço indicado. Isto foi no ano 2000, e a Cimianto ainda não estava insolvente. ----------

O que se sabe é que a celeridade que este assunto tem levado tem sido de tal ordem que se está no ano de 2014, a empresa entrou em insolvência, e nem terreno, nem nada. A escola está construída no terreno que estava em PDM, que é aquele documento do ordenamento, esse terreno está lá no ano de 1997, e até hoje não existe. ----------

Assim, será que o Sr. Presidente está habilitado a resolver esta questão do Alhandra Sporting Club?----------

No dia 15 de setembro o Alhandra teve conhecimento que irá haver uma reunião da Cimianto na avenida Praia da Vitória, para resolver a questão da insolvência, e a própria não sabe se a câmara municipal terá alguma palavra a dar.----------

O Alhandra é a única associação do concelho, e não tem nada a ver com aquilo que a câmara municipal dá às outras, tem a ver é com aquilo que o Alhandra não recebe, e como o clube é a única instituição que não tem um campo como deve ser, as crianças andam no pelado, com cheias e imensas coisas, pensa que está na hora, ao fim de 17 anos, de se resolver a questão. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, em resposta ao Sr. Rui Macieira, que aquilo que pode dizer, como já referiu também no decorrer da reunião de câmara, é que as questões são vastas. É um clube eclético, tem várias modalidades, entre as quais o futebol, mas tem outras, onde a câmara municipal ao longo dos anos tem investido muitíssimo, e justamente. ----------

O munícipe colocou uma questão da lomba do estacionamento, e crê que já saberia, mas se não sabe fica a saber, que a matéria vai ser resolvida no âmbito do arranjo que está a ser feito, e é mais uma melhoria para a terra, sobretudo para aquela zona de enquadramento da piscina do Alhandra Sporting Club.----------

Há matérias sobre as quais se poderá falar mais em pormenor na próxima reunião, caso os representantes do Alhandra queiram estar presentes, como a das obras dos SMAS, que fizeram muito mais do que aquilo que era a sua obrigação, e fizeram-no, por um lado, por atender a conversas que o próprio teve com o Sr. Presidente do conselho de administração, no sentido de ver o que era possível resolver. Ao que sabe, se as obras não são terminadas hoje serão amanhã, e a única coisa que falta é um pequeno espalhamento de resíduos. ----------

Respondendo também a outros intervenientes, o que diz é que é fácil perceber que o campo do Hortinha, a menos que levasse uma pequena revolução de reabilitação, não oferece hoje condições para a prática desportiva, nomeadamente aquela que lá existe, que é a formação. ----------

Há muitas matérias, cada um diz o que bem entende, e às vezes as coisas não são mais simples porque se quer complicar. Há uma matéria de fundo, a câmara municipal tem um compromisso, que está escrito pela anterior presidente. Não veio a reunião de câmara, como já foi dito, mas está escrito, e esta autarquia, neste caso o próprio, em sua representação, terá que o honrar, de acordo com o que está escrito, única e exclusivamente.----------

Portanto, é preciso ler e verificar o que está escrito. Sabe o que lá está, e nesse contexto conseguir-se-á resolver, de acordo com o que lá está escrito. Na sua opinião, e falando também para a Srª Isabel Macieira, há condições de encontrar outras soluções, que não somente o terreno da Cimianto, tanto mais que uma vez teve uma conversa com o Sr. Rodolfo Rebelo, na qual lhe chamou à atenção para o aterro que lá está, ao que ele disse que não havia problema e que o Alhandra

tratava. Tem muitíssimas dúvidas sobre isso, nem sabe como será retirar só o aterro dali, mas foi o que o munícipe lhe disse na altura, que agora pode dizer o que quiser. ----------

Numa conversa que tiveram foi isso que disse o Sr. Rodolfo Rebelo, "não se preocupe com o aterro que eu trato disso". Contudo, o que vai sobrar é para a câmara municipal, e a retirada de um aterro daqueles não é coisa pequena, custa muito dinheiro e precisa de avaliação ambiental rigorosa. ----------

Quando se quer aligeirar as coisas é assim que acontece, mas há outras soluções, agora é preciso é que os sócios e a direção atual do Alhandra as aceitem, porque as há. ----------

Está convicto que se conversará na próxima reunião que está marcada, que foi marcada naquela altura porque esteve de férias e não teve condições de agendar noutra, sendo que seria populismo, isso sim, ter marcado a reunião antes da reunião de câmara. Marcar uma reunião depois da reunião de câmara até permitiu que os munícipes viessem, para dizerem o que achavam que deveriam dizer, e por isso, na reunião que está marcada está convicto de que conseguirão encontrar algumas soluções, não todas. ----------

Terminou, referindo estar disponível, com o vereador da área, de resolver algumas questões. ----------

---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------

QUINTA DA COCHOA – SÃO JOÃO DOS MONTES ----------

Interveio a munícipe, Srª Maria Etelvina Rato, dizendo que mora na Quinta da Cochoa há 45 anos. É natural de São João dos Montes, mas mora lá há 45 anos, e de há uns anos para cá que tem um grave problema, que é o das águas, não sabendo se o Sr. Presidente conhece aquela área. ----------

Já foi à junta de freguesia, no tempo da Dª Anabela e do Sr. Moisés, tendo ido também já com este presidente, porque no inverno a estrada não tem condições nenhumas e a água vai para as terras, para baixo da sua casa, tendo a casa completamente estalada. ----------

Foi falar com o presidente, que por acaso não a atendeu, porque não estava, falou com os seus representantes, e teve conhecimento, pois viu-os lá, que o Sr. Presidente e o empreiteiro chegaram a um entendimento para fazerem as obras. ---

Viu lá o Sr. Presidente, a sua representante, o empreiteiro, dois engenheiros da câmara municipal, e até houve uma resposta, sabendo de fontes seguras que a junta já tinha autorização para fazer a obra e a câmara municipal não autorizou, porque o subsolo é da autarquia.----------

Sabe que aquela estrada é camarária, mas mora numa encosta, o terreno está abandonado, o Sr. Presidente sabe que a própria não pode entrar em terras alheias, e aquilo que quer pedir é que se fizesse ali qualquer coisa na estrada, para afastar mais a água debaixo das casas.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que não sabe se a Engª Rosário Ferrão ou o Engº José Fernandes têm algum conhecimento desta matéria, o próprio não tem. ----------

Neste caso, é preciso que tanto o DOVI – Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, como os SMAS, vão ao local, os técnicos, no sentido de saber efetivamente o que se passa. ----------

Depois, por aquilo que a munícipe disse, parece que a sua moradia estará construída em terreno público.----------

Respondeu a Srª Maria Etelvina Rato que não, que está tudo certinho e direitinho. --

Perguntou o Sr. Presidente se tem licença de habitação e isso tudo, sendo que a questão para agora não interessa, e é só para precisar. ----------

Respondeu a munícipe que está tudo certo.----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, perguntando à Srª Maria Etelvina Rato se sabe quem são os senhores da câmara municipal que estiveram no local. ----------

Respondeu a munícipe que não foram da câmara municipal.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a munícipe é que disse que estiveram lá engenheiros da câmara municipal. ----------

A Srª Maria Etelvina Rato respondeu que foi o que lhe foi dito na junta. ----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que não conhece o processo, mas ir-se-á tentar avaliar, no sentido de ver o que se pode fazer, juntamente com a junta de freguesia. Os serviços irão lá, e tentar-se-á ver o que se poderá fazer o mais depressa possível.----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
ESPAÇO PARA HORTA NO CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES----------
Interveio a munícipe, Srª Carla Lanço, dizendo que em 2013 dirigiu-se à câmara municipal, falou com a Engª Carla Alcobia sobre a sua intenção de obter um espaço no Casal do Álamo para fazer uma horta. Foi-lhe entregue esse pedido por escrito, em mão, mas nunca obteve resposta.----------
Este ano, depois das eleições, dirigiu-se à junta de freguesia, falou com o Sr. Presidente, entregou-lhe um pedido igual ao anterior, por escrito, no dia 28 de julho, e ao que sabe foi enviado por ele. Neste momento ainda não lhe foi dada qualquer resposta, e pergunta quem lhe pode dar essa resposta ou a quem se pode dirigir.----------
A intenção da horta nem sequer era para si, é para o seu marido, que gostava de ser um novo agricultor. Moram em São João dos Montes, no Casal do Álamo, e o espaço ao lado dos prédios, pelo que lhe parece, e pelo que o presidente de junta lhe disse, pertence à câmara municipal, e foi com a intenção de arranjar um espaço para fazer uma horta, mantendo-o o mais limpo possível, até porque a junta de freguesia tem sido incumbida de o limpar. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que irá fazer uma sugestão, que é falar com a Arqtª Catarina Conde, para conversarem, para depois o Sr. Vice-Presidente falar com o próprio, vendo-se de que modo se pode evoluir nesse processo.----------
Pensa que valeria a pena, em vez de estar a perder tempo de vir numa outra ocasião falar com a arquiteta, e falaria já. ----------
---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------

TEATRO SALVADOR MARQUES - ALHANDRA ----------

Interveio a munícipe, Srª Carla Lanço, referindo que gostaria de saber que futuro terá o antigo cinema de Alhandra, que há 20 anos está encerrado para férias do pessoal, que era o que estava escrito numa das janelas. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Teatro Salvador Marques foi um cinema durante muitos anos, e com uma programação questionável durante muitos anos. É um tipo de cultura, se calhar, lateral, mas nesse tempo essas preocupações não existiam, podia-se fazer tudo e não havia preocupações a esse nível. ----------

Hoje, felizmente, as pessoas têm outra consciência e, de facto, de uma situação em que o Salvador Marques estava a cair, depois a câmara municipal adquiriu o edifício à Misericórdia de Alhandra, e colocou uma proteção à cobertura para que não se degradasse mais. ----------

Já houve avanços e recuos, tinha-se um projeto que à câmara municipal parecia bastante interessante, mas não foi avante, na medida em que foi considerado de volumetria excessiva, sendo que ia ao encontro do plano de salvaguarda daquela zona. O que é um facto é que se perdeu essa oportunidade, porque havia condições de fundos comunitários para o efeito, mas não foi possível, até porque não houve condições de haver consenso à volta desse processo. ----------

Chegados aos dias de hoje, o que pode dizer é que a câmara municipal está a trabalhar num estudo prévio, que será futuramente um projeto de execução para reabilitar aquilo que for possível do atual edifício para atividades culturais. Contudo, sobre essa matéria na câmara municipal todos têm que se entender, porque há dificuldades de volumetria, que continuam, porque não é possível pôr tudo o que é reivindicado num espaço tão pequeno. Ter-se-ão de tomar decisões, e os Srs. Vereadores vão ter que se pronunciar. ----------

Tentar-se-á fechar um projeto para, nos próximos fundos comunitários, a câmara municipal se candidatar à reabilitação do Teatro Salvador Marques, e é aquilo que pode dizer de uma forma muito rápida. ----------

Perguntou a munícipe se vai demorar 20 anos. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que não sabe, daqui a 20 anos já não estará cá, nem

sequer estará vivo, e não pode responder por isso.----------

Estas são as expectativas da câmara municipal, não sabendo responder à pergunta em concreto da munícipe, porque se está a falar de uma obra muito avultada, de montantes muito avultados, que a câmara municipal só por si, do seu orçamento, não tem condições se não tiver ajuda de fundos comunitários ou da administração central.----------

A câmara municipal vai fazer o trabalho que lhe compete fazer, tentar chegar a um acordo sobre o projeto daquilo que é necessário lá fazer, e depois ver-se-á se é daqui a 5, 10 ou 20 anos.----------

No entanto, a câmara municipal está animada em salvaguardar aquele teatro, que foi absolutamente abandonado durante décadas.----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
CAMINHO DE PEÕES JUNTO AO BAIRRO DA CIMPOR - ALHANDRA ----------
Interveio o munícipe, Sr. João Padinha, referindo que há mais de 20 anos que todos os anos apresenta o problema do caminho junto ao bairro da Cimpor, e não há maneira de ser resolvido, mas continua a necessitar de resolução. ----------
Ainda hoje, quando vinha para a reunião de câmara, vinha um casal de estrangeiros caminhantes, que tiveram de se encostar de repente à parede para um camião passar, senão levava-lhes as mochilas atrás. ----------
Aquele caminho junto ao bairro da Cimpor nem passeio tem, o risco da faixa de rodagem está mesmo na valeta, e as pessoas têm que esperar que o trânsito passe para haver uma vaga e depois passarem. De vez em quando descuidam-se e levam um toque, e já lá houve 8 ou 9 mortes, mas felizmente nos últimos anos têm sido só toques ao de leve. ----------
Ultimamente há mais uma razão para o problema ser resolvido, pois antigamente os caminhantes que iam para Fátima, iam no caminho de Santiago, na berma do outro lado, mas agora a câmara municipal pôs neste caminho a indicação do caminho para Fátima e para Santiago, e por isso são milhares de caminhantes e peregrinos que ali passam durante o ano. ----------
Havia várias maneiras de resolver o assunto, já foram faladas mas nunca se resolveu, e agora há uma grande oportunidade para resolver, pois parece que na Cimpor os brasileiros estão de mãos largas a oferecer instalações. ----------
Há ali 4 casas que implicam recolher o muro, que antigamente tinham famílias grandes, mas agora são quase todos viúvos, e é só uma pessoa ou duas que lá está. Contudo, no bairro há cerca de 13 casas vagas, e é uma rica oportunidade, se as pessoas não quiserem que lhes mexam no quintal, de se deslocarem para essas casas, que até têm quintais melhores que os delas. ----------
A câmara municipal se calhar não sabe disso, mas é uma maneira boa de resolver o problema, uma solução, recuar o muro para dentro. Como as pessoas têm a família menor, porque a maior parte já morreu, aqueles quintais não fazem tanta falta às que lá estão, sendo que das 4 casas, 2 duas só têm 1 pessoa cada. ----------
Mesmo assim, se as pessoas não quiserem há mais 13 casas vagas dentro do bairro, e podem mudar para esse lado, resolvendo-se aquele problema, que

continua, e não se sabe o que irá acontecer ali. ----------

Terminou, pedindo ao Sr. Presidente para tomar essas providências. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que já falou com o Sr. Vereador António Oliveira, no sentido de ver o que pode ser feito para construir o passeio, porque se considera, de facto, que é uma zona perigosa para a circulação de peões, mais a mais com o acrescento de pessoas para Santiago e Fátima, o que também não ajuda. ----------

Falou também o munícipe na possibilidade de ocupar os logradouros, se bem que são da Cimpor, estando mais uma vez a câmara municipal com esse problema. ------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
POSTO MÉDICO PARTICULAR DA CIMPOR - ALHANDRA----------
Interveio o munícipe, Sr. João Padinha, dizendo que se calhar o Sr. Presidente não tem conhecimento de causa, mas o próprio já falou com a junta de freguesia, ou seja, a Cimpor tinha um posto médico particular. ----------
Andou nas negociações, quando fazia parte da comissão de trabalhadores, e na altura, a seguir a 1974, quis-se agregar a caixa dos trabalhadores da Cimpor ao regime geral. A caixa era rica, tinha milhões de contos na altura, e esse dinheiro reverteu todo para a caixa geral, mas com uma condição, tendo ainda cópia do contrato em casa, a do posto médico particular. Está lá um para estrear com todas as condições, nunca foi, e foi feito o ano passado. ----------
Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que essa matéria foi colocada pelo Sr. Vereador Nuno Libório, as informações que o mesmo tem são as que o munícipe estará a dar, e por isso aquilo que respondeu ao Sr. Vereador é que efetivamente agradece toda a informação que possa ser disponibilizada, para poder, junto da Administração Regional de Saúde - ARS, verificar. Assim, aquilo que pode dizer é que se vai analisar.----------
Tomou de novo a palavra o Sr. João Padinha, mencionando que são centenas de pessoas, que nem médico de família têm. ----------
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que gostaria que o Sr. João Padinha lhe fizesse chegar o processo para ver o que é, uma vez que parece que é a pessoa que mais o conhece, concretamente a relação que havia de benefício de saúde através deste posto médico para a Cimpor, que cessou num determinado momento, tendo os trabalhadores depois sido integrados no Serviço Nacional de Saúde.----------
Assim, agradece que lhe faça chegar essa informação. ----------
---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
NÚCLEO MUSEOLÓGICO DOS MARÍTIMOS - ALHANDRA ----------
Interveio o munícipe, Sr. João Padinha, perguntando se a conversa que se teve sobre o núcleo museológico dos marítimos de Alhandra vai para a frente ou não.----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que teve uma reunião há uns tempos atrás com o Sr. Presidente da junta, onde o Sr. João Padinha também participou numa parte, e quando chegou aos balneários sugeriu ao Sr. Presidente da junta que o espaço que está do lado esquerdo, quando se entra, que hoje é uma oficina da junta de freguesia, pudesse ser utilizado para o núcleo museológico dos Avieiros.----------
Interrompeu o Sr. João Padinha, esclarecendo que não são Avieiros, são os marítimos de Alhandra.----------
Prosseguiu o Sr. Presidente, pedindo desculpa pelo engano, e referindo que neste momento o Sr. Presidente da junta está a estudar as possibilidades de utilização ou reutilização dos balneários, e pode acontecer que o núcleo lá possa ficar. ----------
---

---

1. Assunto: AUMENTO DE COMPROPRIETÁRIOS – GRANJA DE ALPRIATE, ARTº 10, SECÇÃO BB – VIALONGA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 439/14, de 01/09, do DGUPRU/D, para aprovação do aumento do número de comproprietários da propriedade descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob o nº 3340/20061213 e inscrita na matriz predial rústica sob o artigo 10 secção BB (parte) e na matriz predial urbana sob o artigo 487, natureza mista, com a área de 2200 m^2, sita na Granja de Alpriate, freguesia de Vialonga, solicitado por Sérgio Fernando Ramos da Cruz Teixeira.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação/despacho nº 439/14, de 01/09, do DGUPRU/D, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: AUMENTO DE COMPROPRIETÁRIOS – CASAL DO PALMEIRO DE FORA – SÃO JOÃO DOS MONTES----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 445/14, de 01/09, do DGUPRU/DGU, para aprovação do aumento do número de comproprietários da propriedade descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob o nº 656/19940927 e inscrita na matriz sob o artigo 17, secção L, natureza rústica, e artigos nº 103 e nº 2936, natureza urbana, com a área de 26 200 m^2, designado por prédio misto, sito no Casal do Palmeiro de Fora, em São João dos Montes, solicitado por António Juvenal Gonçalves. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 445/14, de 01/09, do DGUPRU/DGU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

Assunto: ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA----------

Após o período de intervenção aberto ao público, interveio o Sr. Presidente, referindo que o Dr. Fernando Barreiros informou-o que há 3 pontos que precisam de ir à assembleia municipal, o 19, o 37 e o 42. ----------

Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, esclarecendo que os pontos não necessitam de ir à assembleia, mas são urgentes e precisam de ser discutidos. O ponto 37 tem a ver com a Feira de Outubro, o ponto 42 trata do merchandising para a inauguração da nova biblioteca, e o 19 tem a ver com o desenvolvimento do plano de segurança e saúde de uma obra.----------

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que se passará seguidamente à discussão destes 3 pontos. ----------

1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE – PROCEDIMENTO DE SEGURANÇA PARA RISCOS ESPECÍFICOS (COBERTURAS)----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1202/14, de 29/08, do DOVI/DOVI, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde, referente ao procedimento de segurança para riscos específicos – coberturas, para a empreitada de execução da escola básica do 1º ciclo do Sobralinho, adjudicada à Construtora UDRA, Lda. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1202/14, de 29/08, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se a uma questão lateral, que não diz diretamente respeito à questão do plano de segurança e saúde. Aquilo que se verifica é que a escola acaba por ficar demasiada encostada aos prédios que lá estão, existe algum mau estar naquela área, e eventualmente a implantação em si deveria ser ligeiramente diferente, atendendo às dificuldades que existem no local, à linha de água. ----------
   O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo que o que pode responder é que o projeto foi feito com todas as exigências de afastamento que o licenciamento de uma obra daquelas exige. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DA ENCOSTA E RESTABELECIMENTO DO TROÇO ACIDENTADO DA ESTRADA DE S. MARCOS – CALHANDRIZ – CONTA FINAL----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1136/14, de 11/08, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da conta final referente à empreitada de estabilização do talude da encosta e restabelecimento do troço acidentado da estrada de S. Marcos, na Calhandriz, adjudicada à HCI-Construções, SA.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1136/14, de 11/08, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.----------
---

---

1. Assunto: PROCEDIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL DESTINADO A CAFETARIA E DESIGNADO POR "CAFÉ CENTRAL" – VILA FRANCA DE XIRA----------
---
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 165/14, de 03/09, do GAMAE, para aprovação da abertura de procedimento para atribuição do direito ao arrendamento do espaço destinado a estabelecimento para o exercício da atividade de cafetaria, designado por "Café Central", sito na rua Alves Redol, nº 7, em Vila Franca de Xira, bem como das peças processuais e composição da comissão de avaliação das propostas.----------
---
---
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 165/14, de 03/09, do GAMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
---
4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE ----------

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: ----------

Lei nº 51/2014, de 25 de agosto, I série, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 189/2000, de 12 de agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 134/2005, de 16 de agosto, à nona alteração ao Decreto-Lei nº 176/2006, de 30 de agosto, à sexta alteração ao Decreto-Lei nº 307/2007, de 31 de agosto, à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 189/2008, de 24 de setembro, à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 145/2009, de 17 de junho, e à quinta alteração ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 48-A/2010, de 13 de maio; ----------

Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, I série, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e procede à primeira alteração à Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais; ----------

Lei nº 55/2014, de 25 de agosto, I série, que procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro; ----------

Lei nº 58/2014, de 25 de agosto, I série, relativo á primeira alteração à Lei nº 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil; ----------

Lei nº 59/2014, de 26 de agosto, I série, que procede à trigésima segunda alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro, qualificando os crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais; ---

Lei nº 61/2014, de 26 de agosto, I série, que aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos; ----------

Lei Orgânica nº 5/2014, de 29 de agosto, I série, que procede à primeira alteração à Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica nº 1-B/2009, de 7 de julho;----

Lei nº 68/2014, de 29 de agosto, I série, que aprova o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de julho, que transpôs a Diretiva nº 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no

mercado interno, com a Lei nº 9/2009, de 4 de março, que transpôs a Diretiva nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei nº 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões, e revoga o Decreto-Lei nº 118/2008, de 10 de julho;----------

Lei nº 69/2014, de 29 de agosto, I série, que procede à trigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro, criminalizando os maus tratos a animais de companhia, e à segunda alteração à Lei nº 92/95, de 12 de setembro, sobre proteção aos animais, alargando os direitos das associações zoófilas;----------

Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2014, de 29 de agosto, I série, que aprova, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público; ----------

Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto, I série, que aprova o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local;----------

Resolução do Conselho de Ministros nº 52-A/2014, de 29 de agosto, I série, que aprova o Plano Estratégico de Combate à Violação do Direito de Autor e dos Direitos Conexos; ----------

Lei nº 72/2014, de 2 de Setembro, I série, que procede à segunda alteração à Lei nº 68/93, de 4 de setembro, que estabelece a Lei dos Baldios, à alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho, e à nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro;----------

Decreto-Lei nº 132/2014, de 3 de setembro, I série, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 98/2011, de 21 de setembro, que cria o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.; ----------

Acórdão do Tribunal Constitucional nº 574/2014, de 3 Setembro, I série, não se pronuncia pela inconstitucionalidade das normas conjugadas dos artigos 2º e 4º, nº 1, do Decreto nº 264/XII da Assembleia da República (regime que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão); pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas conjugadas dos artigos 2º e 4º, nºs 2 e 3, do mesmo decreto; ----------

Decreto-Lei nº 133/2014, de 5 de setembro, I série, que revê o peso máximo de determinados veículos, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei nº 99/2005, de 21 de junho, que aprova o Regulamento que Fixa os Pesos e as Dimensões Máximos Autorizados para os Veículos em Circulação; ----------

Portaria nº 172/2014, de 5 de Setembro, I série, que estabelece a composição, o modo de funcionamento e as atribuições do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental; ----------

Tomado Conhecimento. ----------

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vereador António Félix e pelo Sr. Vereador António Oliveira, no período compreendido entre 2014/08/21 e 2014/09/03, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: ----------

Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 115
Reunião de 2014/09/10
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: BALANCETES ----------

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: ----------

   Câmara Municipal:----------

   Dotações Orçamentais ----------24 561 370,75€

   Dotações não Orçamentais ---------- 2 002 785,31€

   Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:----------

   Dotações Orçamentais ---------- 3 948 492,52€

   Dotações não Orçamentais ---------- 854 505,90€

   ---

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ----------Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: ----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

28 balancetes

1. Assunto: FUNDO DE MANEIO – NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 258/14, de 29/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da constituição de um fundo de maneio afeto ao Notariado Privativo Municipal, no valor mensal de 250,00€, que ficará à responsabilidade da Técnica Superior e Oficial Público, Drª Maria Paula Cordeiro Ascensão.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 258/14, de 29/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES 2014/2015 – ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA – COMPROMISSO DE VERBAS----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 420/14, de 04/09, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verbas, no valor previsto de 3 253,61€, referente ao transporte de dois alunos com necessidades educativas especiais, a frequentarem estabelecimentos de ensino na freguesia de Vialonga, no ano letivo 2014/2015, assegurado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vialonga, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 420/14, de 04/09, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/005D --- Orçam.05/02.02.10 ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

1. Assunto: DOAÇÃO DE RELÓGIO DESPERTADOR A CORDA, POR MARIA VITALINA LOPES LOUREIRO, AO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE ALVERCA DO RIBATEJO----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 318/14, de 16/07, do DEC/DCTPM, para aceitação da doação de um relógio despertador a corda, datável dos anos 40 do século XX, que pertenceu a Virgínia Lopes, mãe da doadora, Maria Vitalina Lopes Loureiro, para incorporação no acervo do Museu Municipal-Núcleo de Alverca. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 318/14, de 16/07, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: DOAÇÃO DE OBJETOS MUSEOLÓGICOS DE SERVIÇOS/ESCRITÓRIO, POR MARIA JOSÉ DOS SANTOS REI PEREIRA, AO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE ALVERCA DO RIBATEJO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 306/14, 10/07, do DEC/DCTPM, para aceitação da doação de objetos museológicos de serviços/escritório, pertença de Maria José dos Santos Rei Pereira para incorporação no acervo do Museu Municipal-Núcleo de Alverca. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 306/14, de 10/07, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA A FEIRA ANUAL DE OUTUBRO E SALÃO DE ARTESANATO 2014 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 318/14, de 01/09, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de segurança para a Feira Anual de Outubro e Salão de Artesanato 2014.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 318/14, de 01/09, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2014 – VENDA AMBULANTE----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 280/14, de 01/09, do DEC/Turismo, para aprovação das exceções à venda ambulante, na cidade de Vila Franca de Xira, durante a Feira Anual de Outubro 2014, entre os dias 3 e 12 de outubro.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 280/14, de 01/09, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 122
Reunião de 2014/09/10
Procº DCTAE.00TM.030
Deliberação nº 567

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO COMPENSATÓRIO AOS CAMPINOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 276/14, de 01/09, do DEC/Turismo, para aprovação da atribuição de subsídio compensatório, no valor estimado de 5 000,00€, aos campinos participantes nas esperas de touros, no âmbito da Feira Anual de Outubro 2014.----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 276/14, de 01/09, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a questão dos membros da CDU tem a ver com a quantidade de campinos. No Colete Encarnado vinha discriminada a quantidade de campinos, depois foi acrescida, pelo interesse de mais campinos, e desta vez não vem, o que não quer dizer que seja importantíssimo.----------
Espera que o acompanhem no raciocínio, ou seja, são 5 000,00€, que à razão de 50,00€ por espera, por cada campino, resultará em 100 campinos na totalidade. Assim, se as esperas são 5, serão 20 campinos por cada espera.----------
Questiona se será isso, e o que pretendeu dizer é que deveriam vir mais completas estas situações, mas pode não ser esse o raciocínio. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que sim, mais coisa menos coisa, serão 18, 19, 20, que é o que é habitual as esperas terem em número de campinos.--------
Mencionou o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que pelos valores chegou lá,

mas a informação deveria vir mais completa.----------

Interveio o Sr. Presidente, perguntando à Drª Maria João Carraça se é isso.----------

Respondeu a Drª Maria João Carraça que se trata da estimativa máxima de participação, e fazendo as contas, de facto, é o que dá, são 20 campinos por espera, o que não quer dizer que sejam exatamente 20, poderão ser 18, 19 ou 17, mas é a estimativa máxima.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2014 – ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO POSTO DE TURISMO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 277/14, de 01/09, do DEC/Turismo, para aprovação da alteração do horário de funcionamento do Posto de Turismo, no decurso da Feira Anual de Outubro 2014.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 277/14, de 01/09, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2014 – PREVENÇÃO DE ACIDENTES----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 279/14, de 01/09, do DEC/Turismo, para aprovação das medidas a tomar para prevenção de acidentes no decurso das largadas e esperas de touros, a realizar no âmbito da Feira Anual de Outubro 2014. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 279/14, de 01/09, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 126
Reunião de 2014/09/10
Procº DCTAE.00TM.030
Deliberação nº 570

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2014 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO-
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 275/14, de 01/09, do DEC/Turismo, para aprovação da constituição de um fundo de maneio, no valor de 5 100,00€, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, no âmbito da Feira Anual de Outubro 2014, que ficará sob a responsabilidade da Drª Maria João Carraça, Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus. ----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 275/14, de 01/09, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2014 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 278/14, de 01/09, do DEC/Turismo, para aprovação da alteração facultativa dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de Vila Franca de Xira, entre os dias 3 e 12 de outubro, no decurso da Feira Anual de Outubro 2014. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 278/14, de 01/09, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: "MERCHANDISING" PARA A NOVA BIBLIOTECA DE VILA FRANCA DE XIRA ---
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 190/14, de 01/09, do DEC/DBD, para aprovação do preço de venda ao público dos artigos de "merchandising" associados à nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira.------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 190/14, de 01/09, do DEC/DBD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --
---

4. Dotação orçamental: ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de ver o logotipo que foi eventualmente adjudicado ao Arqtº Miguel Arruda, pois vão aprovar as canecas, os lápis e as borrachas, mas não sabem o quê, não conhecem, nunca lhes foi mostrado o produto final que o Arqtº Miguel Arruda terá executado para a câmara municipal.----------

   Por outro lado, está-se a promover a nova biblioteca, mas dever-se-ia promover a identidade do município. Pensa que, em vez de se andar a gastar alguns trocos, dever-se-ia definir afinal o que é que se quer ser, e não quando se for grande, porque muitos já o são, mas eventualmente o que se quer ser. Isso faz sentido, porque hoje é a biblioteca, uma caneca, um lápis, e não têm nada contra, não estão a falar de uma má compra, na perspetiva da venda, não há nenhuma realidade, mas a verdade é que se deveriam centrar os esforços na promoção da identidade, na marca do município. Se não se está satisfeito com o que se tem, cria-se, há pessoas a pensarem nessas coisas, não sabendo se com muito ou menos sentido, mas a verdade é que se deveria promover o que se quer ser, e anda-se, a determinada altura, a disparar para vários sítios, e a gastar munições, não se atingindo objetivo nenhum. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vice-Presidente para dar instruções imediatas aos serviços para fazer chegar o logotipo à Coligação Novo Rumo e à CDU, perguntando se há um documento formal. ----------

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que há, que já deu instruções e que se irá remeter às bancadas o documento formal, porque, para além do logotipo, tem um conjunto de regras de utilização, de questões de "design".----------

Depois, e por uma questão formal, até porque pode ser equívoco, o que vem hoje à reunião de câmara exclusivamente para decisão é o valor da venda, o valor pelo qual se venderá este material. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, e só pretendeu transmiti-lo, pois poder-se-ia estar a criar uma situação em que não se percebesse exatamente o que vinha. Assim, remeter-se-á a questão do logotipo e das regras de utilização do mesmo, que estão definidas.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que não era para falar neste ponto, iria falar do ponto 29, sobre uma coisa que pensa estar relacionada, em que gostaria de ser esclarecido. Há 3 000,00€ para o projeto do logotipo da biblioteca, e não está a discutir o ponto 29, mas consta lá, perguntando apenas por que é que não foram os trabalhadores a fazer este logotipo, e se gastou 3 000,00€, tendo sido mais uns trocos para o Arqtº Miguel Arruda. Se era implícito que os serviços não o podiam fazer, porque já estava convencionado com o arquiteto ser ele a fazê-lo, por que é que já não estava incluído, e ele agora vai receber 3 000,00€? ----

Remete a questão para a sua intervenção sobre a questão, está a ver "Fábrica das Palavras", e repete que é muito bonito, está totalmente de acordo, mas não devem deixar o Arqtº Miguel Arruda pôr o "BMVFX" que já lá está, que parece uma série de motores de carros de Fórmula 1 ou rally. Por que é que não vai a palavra "biblioteca"? Compreende a intervenção do Sr. Vereador Rui Rei nesta questão, discorda deste "BM", e mesmo nos vidros deve encarar-se seriamente retirá-lo de lá e escrever "Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira".----------

Respondeu o Sr. Presidente que quando o Sr. Vereador Aurélio Marques chegar à exposição da Bienal de Fotografia conversarão, porque esta questão da arte tem que se lhe diga. ----------

Ir-se-á enviar a informação que o Sr. Vereador Rui Rei pediu, em simultâneo também para a CDU, e no ponto 29, quando for discutido, falar-se-á melhor. ----------

Perguntou o Sr. Vereador Rui Rei se o ponto é aprovado por unanimidade, respondendo o Sr. Presidente que pensa que sim. ----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que estava a olhar, e realmente a ex-presidente de câmara e atual presidente da concelhia do Partido Socialista tem razão, e diria que se a biblioteca não fosse aprovada com os votos da Coligação Novo Rumo teria sido, eventualmente, aprovada com a Coligação Democrática Unitária. ----------

O ridículo às vezes tem limites, tinha que o dizer, porque de facto é tão ridículo, que toda a gente lê aquilo, e é a dificuldade que as pessoas às vezes têm de perceber que o tempo já passou, mas ainda se querem colocar em bicos de pés, a dizer "eu estou aqui". ----------

O próprio está, e está a lembrar-se de uma coisa que "está aqui", a Cercipóvoa, e o que "estava aqui" para a Cercipóvoa e outras era pagar as dívidas de coisas que estão absolutamente terríveis e tenebrosas naquela instituição e noutras. Nessas é que havia alguém que deveria dar a cara e dizer "estou aqui disponível para fazer a mesma associação que fiz para pagar aos empreiteiros, para agora pagar aos trabalhadores", e isso é que era importante que fosse feito. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não irá comentar aquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer, até porque lhe parece, em alguns casos, injusto, mas os estilos são os estilos, cada um tem o seu, o seu é o que é, e se calhar quem gosta, gosta, e quem não gosta, não gosta, mas também já não tem idade para mudar. ----------

Não gosta de tudo, gosta de algumas coisas, e gosta muito, há outras de que gosta mais ou menos, e outras de que não gosta nada. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

---

Assunto: FINAL DA REUNIÃO ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que passará a palavra ao Sr. Vice-Presidente para fazer uma apresentação do documento feito sobre as zonas verdes, que corresponde ao ponto 44 da ordem do dia, presumindo que não haverá condições de ir para além disso, da própria apresentação. ----------

Assim, vão ficar por tratar, porque se está no limite da reunião e quer terminar às 14h00, os pontos 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 29, 30, 43 e 44. ----------

De seguida, perguntou à Engª Rosário Ferrão e ao Sr. Vereador António Oliveira se há alguma dificuldade dos pontos transitarem, tendo-lhe sido respondido pelo Sr. Vereador António Oliveira que não.----------

Assunto: ESPAÇOS VERDES DO CONCELHO – PONTO DE SITUAÇÃO----------

Presente o requerimento nº 23/2014, dos membros da Coligação Novo Rumo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, bem como relatório sobre limpeza e manutenção de zonas verdes, para análise do ponto de situação dos espaços verdes do concelho de Vila Franca de Xira. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo, se os Srs. Vereadores não se importarem, que não irá fazer a apresentação do documento, uma vez que o têm há cerca de mês e meio, e tiveram, com certeza, ocasião de o estudar e ler.----------

Assim, apenas realçará três ou quatro aspetos que lhe parecem fundamentais, que resultam de uma estratégia que a câmara municipal tem vindo a implementar no concelho nos últimos anos, que passa, fundamentalmente, pela multiplicação das zonas verdes e requalificação do espaço público em todo o concelho, com um forte enfoque em toda a zona ribeirinha, por um lado, e está-se numa freguesia que foi objeto desse grande esforço de requalificação, e duma dotação de espaço verde em freguesias de dimensão populacional grande, como o caso de Vialonga, que, como se sabe, não tinha nenhum espaço verde com dimensão até há poucos anos.-

É uma estratégia que tem vindo a ser implementada nos últimos anos, que continuará. No que toca à zona ribeirinha, o objetivo da câmara municipal conhece-se bem, é o de se conseguir criar uma comunicação pedonal e ciclável de norte a sul, unindo, no fundo, os 22km de margem poente do rio no concelho. O ano passado foi um ano importantíssimo, porque se juntou a este troço de cerca de 5km, entre Vila Franca de Xira e Alhandra, um espaço de pulmão verde naturalizado importantíssimo, o parque urbano da Póvoa de Santa Iria, o jardim e o caminho ribeirinho que liga quase até à entrada de Alverca do Ribatejo. ----------

Essa é, talvez, a prioridade, sob o ponto de vista da intervenção futura da câmara municipal, a ligação desse caminho ribeirinho à cidade, uma ligação franca e qualificada à cidade de Alverca, e aí o Sr. Presidente tem vindo a transmitir a vontade da câmara municipal de conseguir encontrar as soluções necessárias para permitir essa intervenção.----------

Quanto aos desafios sob o ponto de vista da utilização dos espaços verdes, a câmara municipal tem, provavelmente, duas grandes áreas que constituem desafios importantes. A primeira é a qualidade do espaço propriamente dito, e aí

tem-se vindo a fazer um esforço, sendo que neste momento tem-se mais de um milhão de metros quadrados de zona verde a tratar, e uma das questões é a qualidade dessas intervenções, que se prende, necessariamente, com a forma como se controla a ação humana sobre elas. ----------

Tem havido, em crescendo, situações de danificação dos sistemas de rega e do equipamento público nestas localidades, estando a câmara municipal a pressionar as entidades competentes para se conseguir licenciar videovigilância nos grandes espaços verdes públicos, no caminho ribeirinho de Vila Franca de Xira, Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria e no Jardim da Flamenga, em Vialonga. Esta semana ainda se voltará a ter uma reunião com o comando metropolitano da PSP sobre esta matéria, uma vez que a autarquia está absolutamente convencida de que a colocação de videovigilância neste processo vai melhorar muito a situação do espaço público, sobretudo nestes grandes locais de espaços verdes. ----------

O segundo desafio é o da dinamização destes espaços públicos sob o ponto de vista da sua utilização e apropriação pelas pessoas. Sabe-se já, porque se vive isso, que a intervenção na zona ribeirinha tem vindo a alterar radicalmente a forma como as pessoas vivem a sua cidade, e a proximidade ao rio. Isso passava-se entre Alhandra e Vila Franca, e passa-se hoje em dia, na Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa e Alverca, passando-se também, e bem, em Vialonga.----------

Estes são espaços de transformação social, de recolocação do concelho no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa, sob o ponto de vista da fruição pública, e dão um toque de qualidade, que a câmara municipal quer para o concelho de Vila Franca de Xira. ----------

Um último aspeto não é de somenos importância, e aliás o Sr. Vereador Rui Rei tem tido ocasião, várias vezes, de levantar uma preocupação, que é também da câmara municipal, e crê que será de todos os responsáveis destas áreas. ----------

Com o aumentar das zonas verdes e a legislação que saiu, as juntas de freguesia passaram a ter uma responsabilidade diferente sobre a qualidade das suas zonas verdes. Nalgumas freguesias não é muito relevante, porque as zonas verdes que lhes estão acometidas são simples ou muito pequenas, mas há outras em que as zonas verdes atribuídas às juntas de freguesia têm uma dimensão e complexidade muito grandes. ----------

Os protocolos que começaram e entraram em vigor no início de maio estão em vigor, as juntas estão neste momento a fazer um esforço de organização, para garantir essa qualidade, e a câmara municipal tem vindo a fazer um acompanhamento dessa sua intervenção, mas ainda está longe do que quer que venha a ser a "pedra toque" normal no conjunto do concelho. ----------

Assim, esta preocupação com a fiscalização da câmara municipal, não só das empresas que do lado da autarquia fazem a sua manutenção, e essa é uma fiscalização mais permanente do lado da câmara municipal, mas também da fiscalização do trabalho que as juntas de freguesia fazem, tem vindo a ser afinada com os Srs. Presidentes de junta. ----------

Ainda no mês de julho a câmara municipal teve ocasião de estabelecer com eles um quadro de referência para avaliação das suas intervenções, e não existe ainda no país nenhuma definição sobre a matéria, porque estão todas as câmaras e juntas a fazer este trabalho ao mesmo tempo, estando a câmara municipal a aguardar que nas próximas semanas se consigam ter os primeiros relatórios preliminares por parte das juntas sobre estas matérias. Assim, é natural também, e haverá ocasião de discutir a matéria, sobretudo do acompanhamento do protocolo com as juntas, porque é importante que a câmara municipal se dedique a este aspeto. ----------

Um terceiro e último aspeto, para agora, pelo menos, é a preocupação relativamente a uma possibilidade em que a câmara municipal está a trabalhar também, que diz respeito ao aproveitamento de toda a matéria vegetal que se retira das zonas verdes. É absolutamente fundamental no ponto de vista da câmara municipal, não só porque permite a valorização do material que fica disponível, e diria imediatamente, cada vez que se faz uma intervenção, mas porque vai permitir, entre outras coisas, fazer, e o termo técnico não é este, a fertilização das zonas verdes que estão a cargo da câmara municipal, ou a cargo das juntas de freguesia, o que para o caso é um pouco indiferente, porque era uma mais-valia que se colocava no sistema. ----------

Recentemente, à última reunião de câmara veio o pedido para se autorizar a realização da atualização do Plano Municipal do Ambiente, e esta área da compostagem e valorização dos resíduos vegetais que são positivamente

reintroduzidos no sistema é absolutamente fundamental, sendo essa a vontade da câmara municipal.----------

Desde o momento que foi distribuído este relatório, até hoje, já se foi respondendo a algumas questões que estavam definidas como prioritárias, em primeiro lugar a necessidade de reforço da equipa, nomeadamente na área da fiscalização, já se tem mais um técnico nesta área, que veio de outra unidade orgânica para a Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público, para tratar especificamente da matéria, e também se reforçaram os meios à sua disposição, nomeadamente mais uma viatura especificamente para acompanhar esta área. -----

Desde a primeira vez em que se entregou o documento até agora já se introduziu a alteração, e à medida que o tempo for passando necessariamente voltar-se-á a refletir sobre a matéria, uma vez que é bastante dinâmica, e sob o ponto de vista financeiro representa cada vez mais um peso percentual grande nas despesas da câmara municipal, uma vez que ao multiplicar por 10 ou por 15 os espaços verdes do concelho em termos de área multiplicam-se necessariamente os gastos correntes com esta matéria, e é importante que corresponda ao que se pretende, espaços de fruição pública e de valorização natural do concelho. ----------

Por último, tendo sido pedido o agendamento e impulso deste processo pela Coligação Novo Rumo, faz sentido que comece agora a sua intervenção, e, não sabendo se querem também a palavra, passará a mesma depois à CDU.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo agradecem este relatório enviado, que retrata um pouco o atual estado de limpeza, manutenção e a forma como funciona esta área na câmara municipal, e, eventualmente, com os novos relatórios, chegar-se-á à questão das juntas de freguesia.----------

Em relação ao relatório, agradecem o facto de ter sido enviado, da forma como o foi, porque retrata, com alguma abrangência e transparência, a forma como os serviços estão a funcionar, o que, do ponto de vista da sua bancada, é positivo, porque permite avaliar, discutir, melhorar e, eventualmente, algumas das coisas que foram ditas pelo Sr. Vice-Presidente, que entretanto já se reforçaram algumas áreas.----------

Basicamente, da informação que lhes foi enviada, o quadro de pessoal estava

dividido na fiscalização, no apoio técnico e nas equipas de apoio, e a câmara reconhece que tinha algumas dificuldades, dada a dimensão dos espaços verdes do concelho, da sua responsabilidade, e depois da responsabilidade de fiscalização nos espaços entregues às juntas de freguesia, mas neste caso concreto no que diz respeito à câmara municipal, fazendo-se uma avaliação, e da gestão dos recursos, quer da câmara municipal, quer dos próprios recursos hídricos existentes no concelho. ----------

Fala-se também da questão do viveiro municipal, e pensa que a câmara municipal ainda tem um grande espaço para melhorar, porque dever-se-ia ter um espaço que tivesse condição para ter mais plantas, permitindo intervir de uma forma mais rápida, célere e planeada, sem necessidade de se fazerem permanentemente aquisições externas para esse espaço.----------

Uma questão que os membros da Coligação Novo Rumo também avaliam como importante é a das desmatações nalgumas áreas do concelho terminando o relatório com algumas necessidades e lacunas que tem a câmara municipal, que entretanto, aparentemente, no que diz respeito às equipas foram melhoradas, sendo que a dos equipamentos, eventualmente, será melhorada no futuro. Há uma questão importante, que é a do aproveitamento dos resíduos verdes, são aproveitados, e não o eram, eram tidos como um problema, em que muitas vezes as juntas de freguesia não sabiam o que deveriam de fazer, e nalguns casos os próprios contratos não estavam bem-feitos e o problema ficaria sempre para a junta. Não é um problema, é uma solução, e é um valor acrescentado para a própria manutenção e fertilização dos espaços verdes. ----------

Está muito bem, agradecem, consideram que o relatório está bom, é transparente e importante, mas falta a questão que o Sr. Vice-Presidente disse que virá entretanto, os relatórios das juntas.----------

Olham com muita preocupação, têm fotografias, mas não precisam delas, pois mesmo apesar da chuva que hoje apareceu mais intensamente, que tem aparecido ao longo do verão, e veem que há zonas no concelho absolutamente degradas, tendo a sul um estado absolutamente deplorável, para não dizer miserável.----------

Ao se chegar à fronteira entre Alverca do Ribatejo e o Forte da Casa, hoje união das freguesias, é inaceitável, sendo que toda a zona da urbanização de serviços da

Teixeira Duarte, onde está o Pingo Doce e escritórios, os espaços verdes secaram por completo, estão completamente secos, e toda a zona de intervenção, depois, do resto que era da Obriverca, de armazéns e serviços, está mato e seco.----------

Todas as urbanizações, quase sem exceção, na cidade da Póvoa de Santa Iria, estão secas, nalguns casos andou-se a cortar a erva e alguma da relva que existia. Para não falar em causa própria, fala só da estrada nacional, em que a junta de freguesia fez uma intervenção num espaço que não é da junta, é da câmara municipal, que é a parte do talude do Solar das Marinhas que dá para a estrada nacional, e gostava que a câmara municipal abrisse um processo de averiguação para saber quem fez aquela intervenção. ----------

Sabe quem fez, foi a junta de freguesia e os seus trabalhadores, e o executivo da junta mandou executar, mas gostava que os técnicos da câmara municipal avaliassem os danos que foram criados àquele jardim, e que fossem repostas as espécies que não vão voltar a nascer. Foi lá colocada uma máquina, como quando se faz a desmatação, e simplesmente matou-se toda aquela área que está encostada ao passeio, com o argumento que as pessoas não conseguiam passar. Se não conseguiam passar, a câmara municipal adjudicava a uma empresa, e tinha que lá ter ido desbastar. ----------

Há coisas em que não estão absolutamente de acordo, e não aceitam que se estejam a fazer passagens de responsabilidades e dinheiros, pois há juntas de freguesia que são absolutamente incompetentes, que é o caso da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, sendo absolutamente incompetente na gestão dos espaços verdes e de algumas limpezas urbanas. ----------

Portanto, a câmara municipal tem obrigação de avaliar, e se não tiver condições, as competências deverão voltar para a câmara municipal, porque aquilo a que se assiste naquela cidade e no Forte da Casa é absolutamente inaceitável e deplorável, e deveria merecer da câmara municipal uma intervenção imediata para se avaliar, até porque, além desta descentralização, tem regras nas intervenções dos espaços verdes, na desbastação e na poda das árvores.----------

Não se pode chegar ali e, pura e simplesmente, limpar para os próximos 30 anos, não é assim, e depois com uma arrogância, que é a típica dos ignorantes, porque quando um tipo é ignorante normalmente não aceita a opinião dos outros, pois tem

que se proteger. O próprio não está disponível para tapar a ignorância dos outros com o seu voto, devem ter "santa paciência", e não está disponível para continuar a assistir à degradação completa dos espaços verdes, que custam milhares de euros ao orçamento municipal, e que tem o voto de todos.----------

Se os membros da Coligação Novo Rumo estão satisfeitos com o relatório que é apresentado pela câmara municipal, não estão genericamente satisfeitos com a forma desta descentralização, nomeadamente a sul do concelho, e não estão disponíveis que o dinheiro da descentralização seja para tapar outros buracos da gestão ou congestão das juntas de freguesia. Nisso não estão de acordo, e estarão presentes para avaliar e obrigar que isto seja comunicado, porque todos estes contratos serão avaliados no limite, no fim, pelo Tribunal de Contas. ----------

Se aquilo não mudar na gestão, farão o envio destas informações, para que se verifique, efetivamente, se se está a fiscalizar ou não, porque se o próprio reconhece, neste caso, lendo o relatório, que existiu um esforço de explicar a situação, há outras coisas que não consegue verificar, vê desleixo e incompetência no que aconteceu neste verão. ----------

Se não tivesse sido este verão, que não foi quase verão, haveria mesmo espaços que eram absolutamente irrecuperáveis, como aquele no Forte da Casa, que acha que é irrecuperável, a não ser que se faça lá algum tratamento, porque efetivamente não houve manutenção, ela foi zero durante estes anos. Toda a gente sabe a sua opinião durante o passado, mas nunca assistiu, nalgumas zonas do concelho, ao que assistiu durante este último ano nos espaços verdes, que foi absolutamente inaceitável e considera que a câmara municipal tem obrigação de tomar uma iniciativa.----------

Aguardam por isso, que eventualmente na próxima reunião, ou nas próximas, comecem a chegar os relatórios, para verificarem se esta visão nalgumas áreas se verifica no relatório, ou é só da parte da sua bancada, mas pensa que não será assim.----------

Interveio o Sr. Presidente, pedindo a tolerância de mais um pouco de tempo para dar oportunidade dos membros da CDU dizerem o que acham do relatório, e sobre as questões que estão inerentes às zonas verdes, para depois o Sr. Vice-Presidente fechar o ponto. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que será telegráfico, devido ao adiantado da hora, registando que a câmara municipal apresentou as suas questões sobre a situação, e admite, como é evidente, pela descentralização de competências, que há áreas que não são diretamente da responsabilidade da câmara municipal, são das juntas, já tendo sido dito que foi admitido mais um trabalhador, e que a câmara municipal também tem algumas dificuldades de fiscalização, que pensa agora colmatar com isso. O Sr. Vice-Presidente também acrescentou algo ao relatório, e embora o mesmo já falasse nisso, ficaram satisfeitos por haver essa interligação, considerando o próprio que esta discussão deveria ser aberta às juntas de freguesia, que também têm responsabilidades pela descentralização de competências.----------

Há uma comissão de acompanhamento, que reúne, em princípio, de 6 em 6 meses, em outubro reunirá, mas nada obsta, e está salvaguardado, que pode reunir sempre que seja aconselhável. ----------

Agora, depois dos protocolos, é perfeitamente plausível e mais fácil saber de quem são as responsabilidades das áreas, da câmara municipal, das juntas de freguesia e até dos urbanizadores, e aí cada qual assumir as suas responsabilidades.----------

Pouco mais têm a dizer sobre a situação, pensa que a interligação câmara/juntas de freguesia, dentro deste espírito da comissão de acompanhamento, pode levar a resolver as situações que foram hoje trazidas à discussão. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, efetivamente, no âmbito do regulamento dos espaços verdes que também se aprovou, tem sido feito um conjunto de reuniões regulares, e mesmo de ações de formação, porque a complexidade do tratamento das zonas verdes, e do tipo de plantas que estão em causa, obriga a uma perícia técnica que os serviços têm vindo a passar às juntas de freguesia. ----------

Nem todos conseguem, nem todos podem ou nem todos querem, fazer as coisas devidamente, e quando isso acontece a câmara municipal dispara imediatamente um aviso, a pedir explicações sobre a matéria, por que é que foi feito desta maneira ou por que é que foi feito assim, e consoante a resposta isso dará ou não origem a um processo de contraordenações. ----------

No caso das podas de árvores há já algumas juntas que tiveram problemas desta

natureza, a câmara municipal, para além de uma ação pedagógica, tem também uma ação coerciva, que aliás está prevista no regulamento, no caso que o Sr. Vereador Rui Rei levantou, e os serviços já deram conta dessa situação, que não foi de facto realizada pela câmara municipal, não sabendo se já seguiu uma comunicação formal para a junta ou não, mas já se abordou a situação nos serviços. Se não seguiu está a seguir uma comunicação formal para a junta de freguesia, uma vez que, se houve ali um descuido ou um tratamento desadequado daquela zona verde, ela pode ter consequências, nomeadamente estas que estão previstas no regulamento, e aí a câmara municipal não tem transigido, uma vez que não pode, nem deve, fazê-lo.----------

O esforço da câmara municipal tem dado como resultado que as zonas verdes tratadas pela mesma, por regra, melhoram relativamente ao momento em que eram tratadas por outras entidades, nomeadamente pelos urbanizadores. Esse esforço sai muito, como é evidente, do pessoal da autarquia, que tem vindo a acompanhar o melhor que consegue estas áreas, e espera que se continue a conseguir imprimir mais qualidade às zonas verdes do concelho. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo duas notas. Quanto à questão de se avançar com ações coercivas contra as juntas de freguesia, já lhes chegaram algumas, e não teve coragem, porque entende que se deve ter uma relação com as juntas de freguesia de parceria, e o que disse foi que valeria a pena continuar o trabalho pedagógico de ajudar as juntas a fazer o seu trabalho o melhor possível.---

Obviamente que os que quiserem caminhar no trabalho, no serviço de qualidade, fá-lo-ão, e para aqueles que não tiverem capacidade para o efeito o que pode acontecer é a câmara municipal absorver esse trabalho e ser ela a realizá-lo.---------

Por último, agradece e enaltece o trabalho feito pelo Departamento de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público – DASEP, na construção deste relatório, que lhe parece de grande qualidade e vai ser um instrumento e uma ferramenta importantes para se seguir no futuro, melhorando-se os espaços urbanos, que é aquilo que todos desejam.----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro
Fl. Ata 142
Reunião de 2014/09/10
Procº
Deliberação nº 574

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA ----------

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. ----------

Encerramento às 14h10. ----------

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2014/10/08, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. ----------

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. ----------

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -